

**APOCALIPSE PEDAGÓGICO
E OUTRAS CRÔNICAS**

ARNALDO
NISKIER

**APOCALIPSE PEDAGÓGICO
E OUTRAS CRÔNICAS**

As dificuldades da educação brasileira



ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS

Produção editorial
Monique Mendes

Projeto gráfico e Editoração eletrônica
Estúdio Castellani

Catálogo na fonte:
Biblioteca da Academia Brasileira de Letras

370 Niskier, Arnaldo, 1935-
N634a Apocalipse pedagógico e outras crônicas : as dificuldades
da educação brasileira / Arnaldo Niskier. – Rio de Janeiro :
Academia Brasileira de Letras, 2007.

xxiv, 246 p. ; 21 cm.

ISBN: 978-85-7440-117-1

1. Educação. 2. Crônicas. I. Título.

Ao escritor José Louzeiro,
a homenagem amiga do autor.

APRESENTAÇÃO

Este é o 15.º livro de crônicas sobre educação, ciência e cultura que temos o privilégio de lançar, sempre gratos à inspiração inicial do inesquecível acadêmico Austregésilo de Athayde.

Somando aos livros anteriores, totalizamos 1.872 crônicas ou artigos publicados em jornais e revistas, a partir do tradicional **Jornal do Commercio** do Rio de Janeiro, onde iniciamos esse tipo de trabalho, hoje espalhado por outros órgãos de circulação nacional.

Fizemos uma divisão temática, obedecendo à cronologia em que saiu a colaboração semanal, agora novamente reunida em livro, graças ao apoio recebido da Academia Brasileira de Letras, na gestão do presidente Marcos Vinícios Vilaça.

Nosso correio eletrônico, para o desejável intercâmbio de informações, é aniskier@ig.com.br.

Rio de Janeiro, 10 de julho de 2007.

Arnaldo Niskier

da Academia Brasileira de Letras

SUMÁRIO

1	ABL	1
	A biblioteca do século 21	2
	O professor ideal	4
2	CCS	7
	A comunicação na língua portuguesa	8
	Sem censura	9
	A chegada ao limite	11
	Anúncios fora de hora	13
	TV por assinatura e pirataria	15
	O ar é de todos	17
	Convergência tecnológica	19
	O tema de todos os temas	21
	TV pública sem trololó	23
	Aprende-se menos	25
3	EDUCAÇÃO GERAL	29
	A educação está pior	30
	Um estorvo ao brasileirismo	32
	Mentes inquietas	34
	Direito está torto	37
	Precisa-se de milagre na educação	39

Alfabeto digital	42
Um frankenstein bonito	44
A presença da educação	46
Sem recursos fica difícil	48
Classifica ou desclassifica?	50
Educação para o trânsito	52
A educação básica e suas perspectivas	53
4 ENSINO MÉDIO	57
O caos do ensino médio	58
A orfandade do ensino médio	60
5 ENSINO SUPERIOR	63
Apocalipse pedagógico	64
O caminho da excelência	67
Professores ensinam errado	70
A clonagem de trabalhos e a nova pedagogia	72
Farol do conhecimento	74
6 EDUCAÇÃO E TRABALHO	77
Trocando “pá e enxada” por lápis e caderno	78
Educação, estágio e trabalho	79
A vergonha do trabalho infantil	81
7 EDUCAÇÃO NO FUTURO	85
O livro do apocalipse	86
Os desafios da liberdade de expressão	89
O aluno ideal	92
8 ERROS DE PORTUGUÊS	95
O dragão, a fera da Rua Larga	96

O descaso com a língua portuguesa	98
A CPI da língua portuguesa	100
Língua portuguesa: o começo de tudo	103
Estamos perto do lingüicídio?	105
Língua de fora	107
Quando a escola era normal	109
“Eu te pago pra quê”?	111
9 LDB	115
A reforma que não reforma	116
A revolução possível	119
10 JUDAÍSMO	121
Mulher iluminada	122
O Sarcasmo em Antônio José da Silva, o Judeu	124
11 PREMIAÇÕES	129
Nem tudo está perdido	130
Vivaleitura	132
Justa premiação	134
12 POLÍTICA	137
Diálogo com o povo	138
A gíria que está na moda	140
13 PERSONALIDADES	143
A real dimensão do Padre Vieira	144
Um período emblemático	145
Um herói nacional	147
Lembranças de José Veríssimo	149
D. Quixote, sempre	151

José Cândido de Carvalho, “invençoneiro e linguarudo”	153
A pequena notável	155
Sérgio e a energia nuclear	157
Cecília e o bom combate	159
Drucker e o coração	161
Entre o engenho e a arte	162
Homem múltiplo	164
60 Anos de CNC	166
Quando falha a memória	168
Assim falou Vidigal	170
Nada de exageros	172
O estilo ferreirês	174
Por quem tocam os tambores de São Luís	176
O primeiro professor	180
A magia da imagem	182
Chediak, um cavalheiro	184
Quanto mais velho, melhor	186
Octavio Frias de Oliveira, a passagem de um grande brasileiro	188
Guimarães Rosa no jardim dos justos	190
Vargas Llosa e a literatura	192
14 SEC	195
Emoções em Valença	196
Os gestores culturais	197
Oficina de animação	201
Tecnólogos na zona oeste	203
Seresta em Conservatória	205
Atrações brasileiras em Paris	207

A proteção de bens imateriais	209
Conselho de leitura	211
O rio de todas as cores	213
Ankito na baixada	215
15 SEE	219
Acesso, permanência e sucesso	220
16 REFORMA	223
Os desafios da reforma	224
Reforma universitária: ainda falta muito	226
17 SESC	229
O gingado de Ana Júlia	230
Uma boa seleção	232
18 VIAGENS	235
Um santuário florido	236
O império brasileiro e seus fotógrafos	237
O orgulho da presença francesa	239
Primavera em Tóquio	242
A deterioração das classes populares	244

CAPÍTULO 1

ABL

A BIBLIOTECA DO SÉCULO 21

O Brasil passou a contar, a partir de setembro de 2005, com a sua mais moderna biblioteca inteligente, de início prevista para dispor de livros de filologia, mas depois se espalhando para outras áreas importantes do conhecimento, como é o caso da história, da literatura e do que chamamos de “brasileira”, livros basicamente destinados a contar e recontar o nosso País.

Trata-se da Biblioteca Rodolfo Garcia, que nasceu em 1998, quando assumimos a presidência da Academia Brasileira de Letras. Tivemos a idéia, depois submetida à aprovação do plenário, quando concluímos que não mais seria possível arquivar todos os livros da primeira biblioteca, que passou a se chamar Lúcio de Mendonça. Com o tempo, apesar de bonita, tornou-se acanhada.

A primeira providência foi pensar o local. Ocorreu-nos a sugestão de esvaziar o segundo andar do Palácio Austregésilo de Athayde, por ser o único com ligação direta ao prédio administrativo. Disporíamos de acesso, além de um novo espaço de 1.300 m². Pessoalmente, deslocamos escritórios, bancos e uma academia de dança para outros andares, abrindo mão de uma renda mensal, naquele andar, de 25 mil reais. A biblioteca seria mais importante, como hoje se demonstra na prática.

A etapa seguinte foi pensar o projeto. Com a ajuda da especialista Maria Eugênia Stein, grande animadora cultural, escolhemos a arquiteta Cláudia Carvalho para elaboração. Tivemos inúmeras reuniões, até que fosse dada como boa a versão para levar ao plenário da Casa de Machado de Assis, o que foi feito no segundo semestre de 1999, ainda na nossa

gestão. Com o apoio de uma bateria de transparências, o projeto foi aprovado – e hoje é aplaudido por sua beleza e plasticidade.

Como era merecido, pois fora presidente da Biblioteca Nacional, fizemos uma apresentação especial ao acadêmico Josué Montello. Ele gostou muito do que lhe foi dado ver. Completamos a audiência, pedindo-lhe que sugerisse um nome para a nossa segunda biblioteca. Ocorreu chamá-la de Rodolfo Garcia, um grande historiador com quem Montello havia trabalhado anteriormente na Biblioteca Nacional. Acolhida a sugestão do nome, submetemos em seguida ao plenário, onde foi plenamente aprovado. É claro que tudo isso consta das atas acadêmicas.

Restava começar a obra. Fizemos a limpeza do espaço, esvaziando o andar. Como não daria mais tempo, até o final de 1999, para começar a construção, nossa última decisão foi pedir ao plenário, no orçamento para o ano de 2000, a importância de 250 mil reais. Aprovada por unanimidade.

Outros presidentes, no democrático regime de rodízio da ABL, deram seqüência à iniciativa de que nos orgulhamos. Hoje, com um acervo de cerca de 70 mil obras literárias e históricas, algumas raras, a ABL oferece ao público de estudantes, professores e pesquisadores o que há de melhor, além de recursos técnicos especializados para educação à distância e videoconferências. Uma verdadeira e moderna universidade, como há poucas em nosso País.

O PROFESSOR IDEAL

Estamos vivendo uma curiosa fase dos “quase”. O escritor Carlos Heitor Cony lançou o seu **Quase memória**, para muitos uma obra definitiva. Mais recentemente, tivemos o **Quase Danuza**, em que a jornalista desnuda suas dores e alegrias, pessoais e profissionais, pormenorizando sobretudo os históricos casamentos com Samuel Wainer e Antônio Maria.

Saímos da literatura para alcançar a educação. E, nela, abordamos o professor quase ideal. Não se conseguiu até hoje chegar ao mestre perfeito, sobretudo no período em que há transformações diárias na vida de cada um de nós. Se tivéssemos o professor ideal seria fácil promover a sua clonagem, com os recursos científicos e tecnológicos existentes. Não faltariam bons e categorizados mestres.

A perfeição existe no domínio divino. Ainda não é uma conquista à mão dos pobres mortais. E a clonagem está submetida a uma alentada discussão a respeito de valores éticos, no caso de se referir a seres humanos (inteiros ou aos pedaços). Isso ainda vai render muita polêmica.

Queremos trabalhar, no sistema de ensino, com o professor quase ideal. Com qualidades e virtudes especiais. Quando se aborda o professor se envolve igualmente o especialista. Não há melhor momento para essa indispensável virada. O MEC anuncia uma grande transformação nos cursos de Pedagogia, o que abre esperanças concretas de benefícios ao magistério brasileiro. Em muito boa hora.

A tecnologia avançada derruba saberes antigos – e com velocidade supersônica. O professor de hoje não é o sábio de antigamente; na década de 50, por exemplo, convive-

mos com mestres, na então Universidade do Distrito Federal (UDF), quase inacreditáveis. Eram preparadíssimos nas suas cátedras, mas respondiam às questões de filosofia, história, religião como se fossem responsáveis por essas matérias. Infelizmente, esse conhecimento universal não mais se concentra na mesma pessoa. Vivemos a época dos especialistas, em que o maior empenho é a construção de competência, em nosso caso tomando como referência a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei n.º 9.394/96).

Desde que por aqui passou, em 2001, o sociólogo suíço Phillipe Perrenoud deixou-nos a idéia de que o eixo de saber do professor foi transferido do conhecimento sobre as disciplinas ensinadas para a faculdade de mobilizar um conjunto de recursos cognitivos (saberes, capacidades, informações), a fim de solucionar com pertinência e eficácia uma série de situações. O assunto foi desenvolvido no livro **As competências para ensinar no século XXI**, do autor citado e outros, Editora Artmídia.

Com a complexidade da relação ensino-aprendizagem, o professor se tornou não apenas o transmissor de conhecimento, mas o executor de atividades extra-educacionais. Com um ponto essencial. Como a aprendizagem agora é para sempre, o cotidiano passou a ter um imenso relevo, com requalificação contínua. Sugere-se o trabalho em equipe, dada a natureza multidisciplinar dos conhecimentos, e a reintegração dos estudos em psicologia, sociologia, biologia, ética, política, filosofia, religião, legislação, planejamento, marketing, gestão financeira e do conhecimento – e assim se terá o pretendido novo curso de Pedagogia, que deixará as habilitações em administração, supervisão, inspeção e ori-

entação para o nível de pós-graduação, quando os professores já deverão ter experiência de magistério.

Assim, o professor quase ideal precisa ter uma série de qualidades como as que foram listadas com propriedade pela revista **Educação**, depois de ouvir diversos educadores: compromisso com o ensinar; saber contar histórias; promover situações significativas de aprendizagem; mediar problemas e conflitos; servir de exemplo; enxergar o conhecimento de forma não-fragmentada; saber trabalhar em equipe; ampliar o próprio repertório cultural; ter conhecimento teórico sobre grandes áreas do saber, para além da didática e da pedagogia; entender o aluno; estar aberto ao novo, mas com critério; estar preparado para ser o elo de comunicação entre família e escola; saber gerenciar a sala de aula; aprender a aprender (filtrar o que é relevante); entender o papel da TV e da Internet; ter competência para ser orientador e também conselheiro.

Aí está um bom começo para discutir a missão do mestre neste esperançoso século 21.

CAPÍTULO 2

CCS

A COMUNICAÇÃO NA LÍNGUA PORTUGUESA

Está em funcionamento, em Brasília, o Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, que hoje presidimos com muita honra.

A ele incumbe zelar, como órgão auxiliar do Senado, pelas questões normativas que se referem à radiodifusão e às telecomunicações brasileiras.

O nosso pensamento é comprometer o CCS com a valorização da língua portuguesa, hoje tão maltratada. Por que, por exemplo, não estimular a realização de programas de rádio e TV que abordem tal problema, de suma gravidade para a nossa cultura?

Discute-se quem será responsável pela elaboração dos conteúdos dos programas que são exibidos. É preciso cuidado para não desfigurar a nossa cultura.

Se vem aí a nova Lei de Comunicação Eletrônica de Massa, incluindo outras mídias, devemos estar atentos ao que se chama de “cadeia de valor da comunicação social”. A entrada de grandes grupos internacionais na produção de conteúdos de informação e entretenimento suscita uma discussão de relevo indiscutível.

O conteúdo nacional poderá servir de poderoso aliado para as questões do nosso vernáculo, hoje praticamente indefeso. Devemos estar atentos a isso.

O Centro de Integração Empresa-Escola é uma instituição sempre engajada na resolução das difíceis questões que assolam o nosso País.

Preocupado com a falta de respeito com que é tratada a língua portuguesa, o CIEE investiu na edição do terceiro li-

vro da série Na ponta da língua, que com muito orgulho lançaremos, no próximo dia 17 de março, nas dependências do próprio CIEE. Com os dois volumes anteriores, sendo que o segundo teve três edições, abordamos cerca de 2.100 questões que suscitam dúvidas no falar e no escrever do dia-a-dia das pessoas.

O povo brasileiro, em geral, faz questão de acertar, o que lhe falta é o acesso ao conhecimento. O rádio e a TV às vezes dão contribuições negativas, quando repórteres e atores falam errado, esquecem as concordâncias nominal e verbal. E a questão da regência verbal? Continua-se a dizer em alto e bom som nas novelas: “eu lhe amo”. Regionalismos à parte, consideramos inaceitável.

Estamos empenhados, também com o CIEE, numa cruzada patriótica pelo respeito e enriquecimento da língua de Machado de Assis.

SEM CENSURA

Quando se pretende trabalhar sobre os conteúdos das emissoras de rádio e televisão, estimulando a qualidade e, se possível, também o bom gosto, longe está qualquer preocupação com os mecanismos da censura. Isso é uma questão de outros tempos, quando tivemos de conviver com o autoritarismo indefensável. Hoje, qualquer medida que cheire a cerceamento da liberdade de expressão terá a repulsa da sociedade brasileira.

Mas há certas questões que precisam ser bem entendidas. Como concessões do governo, as emissoras devem respeitar a razoabilidade de certos parâmetros. Quando o Ministério

da Justiça promove a classificação de filmes, por exemplo, está exercendo o seu papel moderador. É um problema de respeito à lei vigente, do qual não se pode dissociar. Querem uma prova concreta?

Diz-se que determinado filme (em geral do exterior) em TV aberta só pode ser exibido a partir das 23 horas. Há razões para isso, principalmente o seu caráter nitidamente moral. Se a lei afirma que palavrões e cenas pornográficas são permitidos, mesmo que virando o nariz, a partir de determinado horário, como é que existem emissoras, sob argumentos os mais pueris, que desobedecem as normas e antecipam a sua exibição para horários incompatíveis?

Veja-se que é dura a caminhada para se chegar a uma comunicação de massa palatável, sem fugir ao fundamental princípio da liberdade de expressão, que não é sinônimo de licenciosidade. Vemos com simpatia a existência de um código de ética, elaborado não pelo governo, mas pelas próprias emissoras e produtores de programas. Não há qualquer ofensa aos princípios democráticos quando se pensa assim.

Na verdade, com as duplicidades e omissões da legislação sobre telecomunicações e radiodifusão, urge oferecer ao Congresso Nacional, como é obrigação do Conselho de Comunicação Social do Senado Federal, um anteprojeto da Lei de Comunicação de Massa, antes bastante discutido, inclusive com a colaboração das Comissões de Educação da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Insistiremos muito na evolução desse projeto. Assim, estaremos dando consequência aos dispositivos legais que reservaram ao CCS atribuições para a realização de estudos, pareceres, recomendações e outras solicitações a respeito do Título VIII,

Capítulo V, da Constituição Federal, para lidar com temas como a liberdade de manifestação do pensamento, programas comerciais de tabaco, bebidas alcoólicas, agrotóxicos, medicamentos e terapias; produção e programação de emisoras de rádio e televisão; monopólio ou oligopólio; promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente e à regionalização da produção cultural, artística e jornalística, além da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal de radiodifusão; defesa da pessoa e da família relativamente a programações de rádio e televisão contrárias ao disposto na Constituição Federal; outorga e renovação de concessão, permissão e autorização de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens; e legislação complementar sobre dispositivos constitucionais referentes à comunicação social. Como se vê, não é pouca coisa.

A CHEGADA AO LIMITE

Limite é um clássico da filmografia brasileira, trazendo à luz o nome de Mário Peixoto. Valorizou a cidade fluminense de Mangaratiba, que fica a pouco menos de duas horas do centro do Rio de Janeiro.

Para a inauguração de mais uma Sala Popular de Cinema, com o nome de Limite – Mário Peixoto, fizemos uma agradável visita à região, com o registro de que ali não havia cinema há cerca de 30 anos. Parece impossível, mas é a dura realidade, como, aliás, acontece em algumas outras cidades do Rio de Janeiro. A Secretaria de Estado de Cultura está corrigindo esse elemento negativo da nossa cultura, instalando salas de DVD, para o que tem contado com o apoio

da empresa Telemar. Logo atenderemos a cidades como Natividade, Varre-Sai, Porciúncula, São Pedro da Aldeia, etc., alcançando o total de 21 Salas Populares.

A idéia foi inspirada pela governadora Rosinha Garotinho. Durante a semana, a programação é gratuita, com filmes brasileiros, destinados a escolares das redes municipal e estadual. Nos fins de semana, as casas são abertas ao público em geral, ao preço simbólico de 1 real. Como temos feito as salas em regiões relativamente pobres, como se pode criticar o fato, considerando-o demagógico ou popularesco? Só mesmo muita má vontade para classificar dessa forma o que representa um esforço notável de inserção cultural. Há uma entusiástica receptividade à iniciativa.

Ao falar em Mangaratiba, à frente do prefeito Aarão de Moura Brito, que goza de grande popularidade em sua cidade, chamei a atenção dos presentes para o que isso representa como fator de justiça social. Ele e a presidente da Fundação Mário Peixoto, Célia Vale Teixeira da Cunha, têm a mesma opinião, rejeitando de antemão quaisquer objeções que possam colocar a sugestão sob a ameaça de uma segunda intenção (política).

O primeiro filme exibido, a partir da inauguração, é claro que só poderia ser o **Limite**. Os 120 espectadores acompanharam a projeção com imenso interesse e não nos surpreenderíamos se alguns estivessem diante da tela pela primeira vez.

Outro aspecto que nos interessou foi a preocupação dos dirigentes do Centro Cultural com a formação de recursos humanos. O Centro de Memória Audiovisual, equipado com as máquinas da modernidade, tem três turnos de cursos para os jovens que, ao sair dali, têm a dupla opção: adqui-

rem um título em nível intermediário ou podem acorrer aos vestibulares. Como cidade de intensa atividade turística, Mangaratiba apresenta uma boa diversidade profissional, enriquecida pela Biblioteca Municipal, que agora começa a valorizar o seu acervo.

Saimos orgulhosos da bela cidade. Ali, em governo passado, deixamos inaugurada a Escola Estadual Papa João Paulo II. Antevíamos, no início da década de 80, a grande figura humana em que viria a se transformar o Papa da Paz. E agora a Sala Popular de Cinema Limite – Mário Peixoto. Sem dúvida, duas bonitas realizações.

ANÚNCIOS FORA DE HORA

Numa reunião do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, Milton Seligman demonstrou um fato curioso: o Brasil não é dos maiores consumidores de bebida do mundo, como se acreditava. Ele é ultrapassado por diversos países, como a República Checa e a Alemanha, por exemplo, sem contar as nações escandinavas.

O assunto bebida voltou à tona no CCS quando se discutiu, com muita propriedade, o tema “Bebidas Alcoólicas”, com a presença de diversos especialistas, em Brasília.

Não é papel do CCS apresentar conclusões. Trata-se de um órgão auxiliar do Congresso Nacional. Deve propor sugestões, no que se refere a telecomunicações e radiodifusão. Aí entra a propaganda.

O que mais se debateu foi o desrespeito à legislação: menores de 18 anos são proibidos de consumir (e comprar) bebidas alcoólicas. Isso desde 1941. O que falta é uma eficien-

te fiscalização, problema do governo. Disso é que devemos nos convencer.

Outro aspecto focalizado refere-se à utilização de símbolos sexuais na propaganda dos produtos de algum teor alcoólico. É claro, para pais e educadores, que a mistura de sexo e cerveja, por exemplo, não pode ser exibida em horários incompatíveis, atingindo crianças e adolescentes ainda despreparados para esse impacto. Nesse caso, não há desobediência, pois os anúncios ditos “criativos” foram deslocados para horas noturnas, preservando-se a referida faixa etária.

Só não é defensável a transgressão desse acordo, sob alegações quase infantis. Uma delas é a desculpa de que a programação televisiva teria sido adiantada, por causa dos imprevisíveis shows ao vivo, e aí não haveria como garantir a sua exibição em horários antes previstos. Sinceramente, deve prevalecer o lado moral da questão – e a apresentação dos anúncios deve ser evitada, fora de hora.

O brasileiro sempre falou de bebida e ela foi inspiração para diversos autores. A música “Você pensa que cachaça é água?” fez um enorme sucesso. Foi cantada e dançada em diversos carnavais, tal a sua força. Tornou-se um clássico do nosso repertório popular.

Não é fácil a tarefa do CCS. São múltiplas as questões a serem enfrentadas, como a nova lei de comunicação social eletrônica, o rádio digital, a TV digital, a regionalização da programação, etc. Com representantes qualificados da sociedade civil e de entidades de relevo dos trabalhadores, em clima de harmonia, espera-se um grande avanço no trato dessas matérias.

Por último, cabe uma referência ao problema das rádios comunitárias, hoje estimadas em 12 mil. Quase todas “pira-

tas”, atrapalhando as ondas utilizadas pelas emissoras comerciais, legalmente constituídas. É preciso evitar esse abuso, prova de que somos mesmo muito fracos em matéria de fiscalização e controle. Em breve haverá uma audiência pública no CCS para tratar do assunto, em parceria com o Senado Federal.

TV POR ASSINATURA E PIRATARIA

Dentro dos princípios democráticos do nosso tão falado e obscuro projeto de nação, ninguém pode ser contra o acesso de famílias carentes aos benefícios da TV por Assinatura. O que não pode é generalizar a conquista por intermédio de um volumoso processo de pirataria. Milhares de antenas são instaladas ao arrepio das operadoras, o que não nos parece lógico.

Também é preciso entender que nem todas as famílias das classes C e D podem arcar com os custos de uma TV por Assinatura. Esse pagamento pode tornar-se incompatível com a renda familiar. A solução, pois, parece caminhar para um preço mais razoável, quando se tratar de regiões pobres, favelas ou não, mas de grande densidade populacional.

Todos esses aspectos foram amplamente debatidos em Brasília, na última reunião do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional. Na ordem do dia, o regulamento da Anatel sobre o Plano de Metas de Qualidade para TV por Assinatura (PGMQ). Da discussão fizeram parte os membros do CCS, além dos especialistas Alexandre Annenberg e Giovander Silveira. Foram feitas propostas concretas para o aperfeiçoamento do documento, com a relatoria eficientemente comandada por Daniel Herz.

Vários pontos foram discutidos, buscando-se consenso, como a absorção dos custos que a aplicação do Plano exigirá das operadoras, prazos para o cumprimento das metas, condições para evitar penalizações injustas e o intervalo ideal de tempo entre a solicitação de encerramento do serviço e o desligamento efetivo da transmissão de sinais. Hoje isso se faz de forma bastante demorada, com sacrifício sobretudo dos que devem pagar as respectivas mensalidades. O que se deseja é a ampliação da eficiência do sistema, aumentando o alcance da sua oferta.

Estamos todos acompanhando a oferta de benefícios na programação das emissoras de televisão. São talvez as mais aquinhoadas com as conquistas da moderna tecnologia. O exemplo bastante expressivo pode ser encontrado no que se refere ao mundo digital, uma autêntica revolução.

Mas nada disso pode servir de escora para a marginalidade. Não é só no Brasil que isso ocorre. Ao contrário, os Estados Unidos, por exemplo, têm o maior índice de furtos de sinais de TV por Assinatura do mundo. São grandes quadrilhas que falsificam documentos pessoais e corporativos para a aquisição de mercadorias e aplicativos eletrônicos. A grande e desagradável descoberta, nesse processo, é que os criminosos envolvidos nessa prática são os mesmos que falsificam documentos, promovem o tráfico de drogas, etc.

O quadro internacional pede o fortalecimento da força tarefa estabelecida para o combate desses crimes. No Brasil, a ABTA (Associação Brasileira de TV por Assinatura) desenvolve ações concretas para evitar o furto de sinal e outras modalidades de pirataria. Tem o apoio do Ministério da Justiça e conta com a solidariedade das pessoas de bem, que não podem compactuar com esse tipo de ação indefensável.

O AR É DE TODOS

Cresce no Brasil o número de rádios comunitárias, especialmente em regiões periféricas. A lei estima que elas devem operar em caráter secundário, mas o que está ocorrendo é uma brutal distorção no uso do canal 200, com interferências dramáticas em canais de radionavegação aérea.

É o resultado de uma ampla pirataria, hoje atingindo cerca de 12 mil emissoras, com ênfase nas regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e de São Paulo. Além das interferências, a falta de controle atinge em cheio a programação. Várias delas estão sendo empregadas para dar os resultados do jogo do bicho, numa impressionante babel de apoio a uma notória contravenção.

O dr. Ara Minassian, diretor da Anatel, esclareceu ao Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional que há 2.283 canais designados no canal 200 e mais 2.231 em canais que não estão no 200, totalizando 5.541 municípios, com potência máxima de 25 watts e raio de 1 km. Não há milagres tecnológicos que evitem superposições condenáveis, além de prejuízo às emissoras comerciais instaladas, em virtude do desgoverno assinalado. Daí a reconfiguração do plano básico de FM, para a utilização segura dos canais 198, 199, 200, 201 e 202, segundo normas internacionais.

Há um convencimento na praça de que a valorização dos canais comunitários representa a democracia no ar. Embora determinado o seu alcance para 1 km, não é raro ocorrer a extensão para 6 km, o que representa um ganho considerável. Na discussão havida no CCS, em Brasília, lembrei-me de um fato que tem relação com o que vimos comentando. Ao adquirir para a Manchete a rádio Federal

(760 khz), de que fomos diretores, não raro éramos alertados pelas autoridades do Ministério das Comunicações de que estávamos inadvertidamente invadindo a onda de socorro da Marinha de Guerra. Tivemos que fazer todos os ajustes técnicos possíveis para evitar esse risco. Agora, isso se tornou corriqueiro, com emissoras inclusive utilizando a potência de 3kw.

Com o claro desejo de buscar soluções, o Conselheiro Fernando Bittencourt, especialista na matéria, depois de considerar que pela primeira vez o tema estava sendo tratado de forma bastante séria, apresenta um conflito de grandes proporções. Ao invadir competências da rádio comercial, as emissoras comunitárias estão querendo concorrer nas cidades grandes, numa ação predatória que ofende a legislação da radiodifusão brasileira. A queixa de Clementino dos Santos Lopes, Coordenador da Abraço, é de que estamos com uma lei excessivamente restritiva – e isso deve ser reexaminado pelas autoridades.

No debate havido no CCS, coordenado pelo Conselheiro Geraldo Pereira dos Santos, abordou-se a questão do emprego das rádios comunitárias também para a educação, faltando apenas uma ação governamental de peso para que houvesse colaboração na distribuição de programas adequados aos anseios das populações mais pobres do nosso País. Se ainda temos 16 milhões de analfabetos e uma grande quantidade de semi-alfabetizados, imagine-se o potencial que se encontra aí embutido, depois de feitas as devidas correções de rumo.

CONVERGÊNCIA TECNOLÓGICA

Há uma realidade que se aplica a todos os setores estratégicos do desenvolvimento brasileiro. Nossa Carta Magna data de 1988, tendo sido redigida à luz do embasamento científico e tecnológico de então. De lá para cá, no entanto, registrou-se muito progresso, a começar pela incrível participação da Internet em nossos projetos de vida.

Vejam os casos das telecomunicações e radiodifusão. O país vive uma intensa dicotomia, pois há regras atualizadas no primeiro dos campos, enquanto no segundo a obediência se faz à Constituição, impedindo uma série de avanços e gerando embaraços para a expansão econômica e social.

Discute-se hoje quando se instalará a TV Digital no Brasil. As televisões abertas dependem de normas claras a respeito do assunto. Quando elas virão? O tema foi objeto de ampla discussão no Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, órgão auxiliar do legislativo, que tem pensado e repensado sobre a matéria, que envolve outra fundamental particularidade: a questão do conteúdo. A quem incumbirá a responsabilidade final?

Não há restrições para a construção de plataformas. Existem algumas de alta tecnologia, instaladas no país. Mas entende-se que os conteúdos envolvem a soberania nacional, o desejo de construção de uma cultura fincada em nossas raízes. Não se pode admitir a livre circulação de conteúdos emanados de centros de poder existentes no exterior, como se fôssemos nos abrir de forma escancarada para um tipo de neocolonialismo cultural indefensável. A existência de 15 milhões de parabólicas, transmitindo a TV aberta, só faz agravar o problema.

A regulação do que se relaciona ao conteúdo nacional é fundamental, compreendendo-se que a sua transmissão deve ser prerrogativa das emissoras, como afirmou o especialista Márcio César Pereira de Araújo, presidente da TIM Brasil. Será a melhor maneira de ampliar as fronteiras do conhecimento, com proteção à nossa língua e à diversidade regional. Isso deve ser respeitado, assim como é preciso considerar que os recursos para a inclusão digital (Fust, Fustel, etc.), hoje somando bilhões de reais, não podem ser desviados da sua finalidade original. Eles não estão servindo à educação, como se pretendia, transformados que foram em muletas para outros setores igualmente carentes do governo.

Clama-se pela criação de linhas de crédito especiais para a implantação da TV Digital (quem sabe, BNDES?), não obstante ser conhecido o valor de 50 bilhões de dólares investidos pelo setor de telecomunicações, após as privatizações. É quantia expressiva, que talvez justifique os números, por exemplo, da telefonia móvel, hoje no país com 70 milhões de assinantes.

O que afirmam estudiosos é que as operadoras não deveriam cuidar de conteúdos, tarefa das emissoras. É difícil imaginar que alguém vá sentir conforto ao tentar assistir a um filme pelo celular. Quanto tempo o consumidor agüentará olhar para aquela telinha mágica?

As TVs abertas, transmitindo em analógico, aprofundam as diferenças entre os que podem ou não pagar. O que deveria ser um instrumento de justiça social acaba se transformando em privilégio. A solução imediata está na regulamentação da TV aberta, para que ela chegue ao mundo digital sem o vácuo jurídico que serve para ampliar diferenças –

e não aproximar as pessoas do conforto tecnológico, ideal perseguido pelos democratas de todos os partidos. Será um fator poderoso de integração social.

O TEMA DE TODOS OS TEMAS

Não há dúvida de que a TV Digital, começando a funcionar no próximo ano, representará um enorme ganho tecnológico. As imagens dos aparelhos de TV serão muito mais perfeitas, com o fim dos detestáveis chuviscos e outras imperfeições do envelhecido sistema analógico.

Com a entrada em vigor da Era Digital, muitos canais ficarão disponíveis, portanto a oferta será ampliada muitas vezes. Além da qualidade, a quantidade de canais, tornando a variedade uma realidade a ser considerada. Não haverá mais tanta parcimônia quando se tratar de televisões destinadas à educação, como ocorre em países desenvolvidos. Ganhará o povo mais humilde em oportunidades.

Mesmo frisando que o livro permanecerá para sempre no conjunto dos materiais pedagógicos, o escritor Umberto Eco tem afirmado que tudo poderia melhorar muito se produzíssemos livros mais baratos, sem tantas cores exuberantes, porque via computadores de baixo preço, com o emprego da Internet, haveria uma oferta dual de acesso ao conhecimento. O livro conteria mais texto e as ilustrações poderiam figurar na rede de computadores com todo o colorido a quem têm direito.

É certo que existe um vácuo jurídico nas relações entre telecomunicações e radiodifusão. Perdida a chance de promover o ajuste necessário, na Constituição de 1988, o as-

sunto perdura, enquanto nos aproximamos da hora da verdade: a definição do momento em que a TV Digital começará a funcionar em nosso País.

O ministro Hélio Costa, convidado pelo Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, discorreu sobre a matéria. Na sua opinião, o sistema vencedor será aquele que ofereça as melhores ferramentas para que o Brasil se beneficie desse avanço. Em discussão, os sistemas europeu, americano e japonês. A decisão não deverá passar do ano de 2006, propiciando parcerias variadas entre as TVs abertas e as operadoras existentes.

O tema dos temas, por convicção dos especialistas, é o destino do conteúdo. A TV aberta precisa de regulamentação com a chegada do mundo digital, que será o começo do fim dos procedimentos analógicos, hoje superados em preço, precisão e tamanho. Assim se buscará com mais facilidade a integração nacional, posto que não se discute o caráter pouco democrático do analógico, separando o nosso povo entre os que podem e os que não podem pagar. A questão torna-se ainda mais delicada quando é sabido que o poder econômico que domina essa tecnologia está situado fora dos limites do Brasil. Para sermos mais precisos, nas nações pós-industrializadas, beneficiadas por largos investimentos na Sociedade do Conhecimento.

As linhas de ação brasileiras são dificultadas por obstáculos objetivos, como a falta de leis sobre o emprego do satélite, em que não há restrições, que recaem somente sobre a TV a cabo. Aliás, estranha-se por que os limites da TV a cabo não tenham sido estendidos à TV por assinatura.

Hoje, a transmissão de conteúdo é prerrogativa das emisoras abertas, ficando de fora as empresas de telecomunica-

ções e de informática. Há muita gente, nesse emaranhado legal, confundindo conteúdo com plataforma (meios). Entendemos que se deva regulamentar o que se entende por conteúdo nacional, defendendo os nossos valores, que não podem ser sacrificados em nome do avanço científico e tecnológico que, todos sabemos, é de incrível rapidez. Já se decretou a morte do videocassete, sobrevivendo o CD e florescendo agora o DVD.

Devemos educar o povo para curtir a sua cultura, com boas e plausíveis parcerias. Se a produção destina-se a milhões de brasileiros, em número crescente, é preciso proteger em primeiro lugar a língua portuguesa, a nossa cultura e a questão da diversidade regional. Não será jamais defensável uma programação de características alienígenas ou pasteurizada, sem levar em conta as incríveis diferenças que marcam o País.

Há siglas de brigas e incompreensões, como é o caso do Fust, recursos pensados para a inclusão social, do Fustel, etc. É tema que não deve escapar da argúcia dos membros do CCS, cujo plenário se prepara para discutir com determinação o assunto.

TV PÚBLICA SEM TROLÓLO

Há certas providências que custam a desabrochar, no Brasil. Estamos discutindo o sim ou não da implementação de uma TV pública, que hoje passou a ser prioridade do presidente Luís Inácio Lula da Silva. Na sua última entrevista foi direto ao assunto:

“Quero que exista uma TV pública, juntando a Radio-brás e a TV Educativa do Rio de Janeiro. Que isso venha sem mais trololó.”

O presidente deu o sinal de que haverá recursos para montar uma boa rede, em que a maior exigência será a qualidade. *“Nada de chapa branca. O povo não suportaria.”*

Ao sermos recebidos na rede NHK, em Tóquio, no que talvez seja a maior rede do mundo em termos educativos, soubemos que o sistema começou há 82 anos como rádio. Na verdade, é semipública, pois os cidadãos pagam taxas de 14 dólares por mês para assistir à TV terrestre e 25 dólares quando assistem às imagens via satélite. O Governo não precisa ajudar as emissoras, que têm da população um nível de satisfação da ordem de 70%. Isso não impede que 10% tenham desistido de pagar. A razão? Um dos mistérios orientais.

O Japão tem 127 milhões de habitantes. Pois a Rede NHK opera com 11.600 funcionários, para administrar 13 canais domésticos analógicos e digitais. Até 2011 será tudo digital, cuja imagem é mesmo muito superior (alta definição). Vimos experimentos que demonstram isso (BS – Hivision). Perguntamos se eles ainda distribuem material de apoio impresso. A resposta é negativa. A NHK produz para desenvolver atividades nas escolas. Exemplo: um professor de Ciências descobriu uma forma de ensinar mais adequadamente tudo sobre ofídios. Ele ganha um espaço para mostrar aos demais o caminho aberto. Não há o emprego de educação à distância como a entendemos, ou seja, dando cursos. Isso é papel da escola, todas elas de tempo integral, e com grandes incentivos à tarefa dos professores.

Esses subsídios são úteis para saber como aplicar à realidade brasileira, totalmente diferente.

Aqui no Brasil caminha-se para uma televisão educativa laica, sem atuação político-partidária, explorando temas sobre os quais há controvérsias, como energia nuclear, células-tronco, biodiesel, etanol, defesa do meio ambiente, etc.

A exigência oficial é que seja uma TV democrática, que respeite as religiões e as opções políticas de cada um, com debate permanente sobre as grandes questões nacionais. *“A sociedade necessita de uma boa rede pública de televisão.”*

Não se sabe ainda se ela virá por intermédio de medida provisória ou de mensagem enviada ao Congresso Nacional, onde hoje o governo tem maioria. Antes é preciso levantar os seus custos, que não serão pequenos, pois pensa-se também na produção de programas brasileiros para o público infantil, hoje massacrado por filmes importados e de grande violência, o que não se coaduna com a nossa cultura. Eles podem ser bastante educativos, sem serem excessivamente didáticos.

APRENDE-SE MENOS

O que tem a ver a política tributária com a educação? A nosso ver, tudo. Educação e Desenvolvimento são expressões geminadas. A segunda é uma variável dependente da primeira. Para que haja o progresso deve-se tornar realidade o elenco de reformas pretendidas, mas ainda distantes, como a tributária, a previdenciária, a agrária, a sindical-trabalhista, a educacional (projeto encruado no Congresso

Nacional), a constitucional, a política, a administrativa, a judiciária, etc.

Faltam leis complementares, sobram dificuldades. Veja-se o caso das telecomunicações. Elas brigam com as normas da radiodifusão, a hierarquia legal tem sobressaltos, como se evidencia na atual discussão em torno da TV Digital. Ela está se implantando no Brasil, é certo, como demonstram os debates no Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, que temos a honra de presidir, mas tudo deveria ter se iniciado com uma Lei Geral, harmonizando procedimentos, como ainda não houve. Chegar à plenitude da Era do Conhecimento não parece fácil.

Temos deficiências pedagógicas que se tornaram pontuais. Exemplos podem ser citados, como a existência ainda de um grande número de analfabetos (mais de 16 milhões), a repetência, a evasão, a falta de bons professores, os salários indignos, o registro de que 74% da nossa população não conseguem ler, escrever e pensar com independência. Não vencem o obstáculo de um texto curto.

Numa população de 190 milhões de habitantes, há apenas 5 milhões no ensino superior. Na Coréia do Sul e na Finlândia, por exemplo, as taxas de matrícula universitária passam dos 80% da população concernente. Vivemos um grave problema, que pode ser bifurcado em número e qualidade. Sem esperar milagres impossíveis, vamos levando a educação às apalpadelas, sem um rumo certo. Há mais gente na escola, mas hoje se aprende menos do que em décadas recentes.

O investimento total em educação, no Brasil, chega a 4%. Não estamos longe de países como a Alemanha (4,4%), EUA (5,3%), Itália (4,6%) e na Holanda (4,6%). No cálculo

do investimento por aluno, no entanto, a nossa posição deixa muito a desejar. Na primeira fase do ensino fundamental, é 842 dólares por ano; na segunda fase (antigo ginásio) é 913 dólares; no ensino médio é 1.008 dólares por ano. Na comparação com outros países, perdemos longe. Inclusive no ensino superior, quando o investimento por aluno é de 10.361 dólares. Gastamos em demasia, para pífios resultados. São dados da OCDE.

Não se pode viver de informações viciadas. Foram divulgados, no governo FHC, números inchados, de conquistas que estavam a léguas de distância da verdade. Quem vive de perto essa realidade, como é o nosso caso, sabe que faltam bibliotecas, laboratórios, maior ligação com a Internet, escolas do interior não têm energia elétrica, nem sempre a merenda é distribuída e uma boa iniciativa, como a merenda nas férias, tornou-se uma raridade. Ainda por cima inventaram uma tal de promoção automática que só fez piorar a qualidade do sistema. Crianças chegam à quarta série sem conhecer corretamente o que seja ler, escrever, contar e pensar. Isso compromete o futuro de forma irremediável.

CAPÍTULO 3

EDUCAÇÃO GERAL

A EDUCAÇÃO ESTÁ PIOR

Há uma história popular que é bem elucidativa. Quando, numa cidade do interior, foi feita empiricamente uma pesquisa sobre a popularidade do seu prefeito, um sábio local manifestou a sua opinião: aqui a população está bem dividida. Metade acha que ele é um prefeito medíocre, a outra metade acha que ele é um medíocre prefeito.

Recordo o fato para lembrar os oito anos de gestão na educação do Governo Fernando Henrique Cardoso. Que confusão: o seu então ministro sistematicamente veio a público, com sua notória atração pela mídia, para criar a mais impressionante bateria de factóides do país. Uma fértil imaginação.

Escreveu um longo artigo, afirmando peremptoriamente que “a educação brasileira está melhor.” Como vivemos numa democracia, apesar da arrogância neoliberal, temos o direito de questionar essas afirmações, com base no que vemos objetivamente em sucessivas visitas a escolas – e no que afirmam os sacrificados secretários estaduais e municipais de educação, que aprenderam a não mentir. Não há ganhos concretos em exercícios demagógicos.

Comemora-se a quase universalização do ensino fundamental, mas há um grande silêncio sobre as saídas (evasão) de crianças depois de matriculadas. Por que houve o aumento de matrículas e uma diminuta inauguração de novas escolas? A resposta é simples: coube todo mundo porque muitos não ficaram, a merenda prometida era pífia (quando chegava) e os livros didáticos distribuídos, depois dos mistérios da escolha dirigida, muitas vezes não saíram de depósitos ou das próprias escolas. Era comum, nesse período, ou-

vir reclamações do tipo “não sei o que fazer desses livros”, “os professores não foram treinados para utilizá-los”, “uso um método que prescinde de livros”, etc.

Ou seja, em termos de qualidade, quando se pode medir o aperfeiçoamento de um sistema, a educação nunca esteve tão ruim, no conjunto. É possível que existam bons alunos, na rede pública. Graças a professores dedicados e competentes, que também os há. Mas dizer que o conjunto melhorou é um exercício ficcional de mau-gosto.

Não se trata de má vontade com o ex-ministro. Ele também destruiu o ensino médio, que agora está sendo recomposto pelas atuais autoridades. Se quiserem números, recorram aos dados do Saeb 2003 (MEC). Só a língua portuguesa melhorou pouquíssimo, mas ainda ficou na faixa da reprovação dos técnicos. A matemática piorou, o mesmo ocorrendo com ciências. Crianças da quarta série mal sabem ler, escrever e contar; jovens da oitava série não conseguem interpretar o que lêem. São dados oficiais, sem manipulação.

Sobre o ensino superior, qualidade virou exceção. O número de cursos criados nos últimos anos do Governo FHC foi uma barbaridade, sob a pressão desmesurada de políticos de todos os calibres. Depois, imputaram a culpa no pobre do Conselho Nacional de Educação, apenas uma vítima de toda essa orquestrada insanidade. Só nos resta mesmo o protesto.

UM ESTORVO AO BRASILEIRISMO

José Veríssimo escreveu há mais de 100 anos sobre características da educação nacional com as quais, em parte, ainda convivemos. A escola deveria ser a cadeia heterogênea que ligasse todos os elementos da Nação. Isso não ocorreu, infelizmente. Permaneceram diversidades de raça, de religião e de costumes. Nossa escola primária, assim, deixou de exercer a devida influência na formação do caráter e no desenvolvimento do sentimento nacional.

“Várias causas acudiram a estorvar em nós o brasileiro: a extensão do país, a falta de comunicações, os estudos superiores em país do exterior, como é o caso de Portugal, o nosso provincialismo conhecido como bairrismo, a falta de organização consciente da educação pública e a péssima instrução pública que não procurou jamais ter uma função na integração do espírito nacional, além do iletrado brasileiro – ainda há pouco 84% da população – nada encontrou que, impressionando seus sentidos, lhe falasse da pátria e a seu modo fosse também um fator da sua educação.” Muitas ilações podem hoje ser feitas, decorrido mais de um século dos fatos referidos por Veríssimo, que ainda acrescentou:

“Não há museus, não há monumentos, não há festas nacionais. O que freqüentou a escola, onde lha não fizeram conhecer e amar, desadorando a leitura e o estudo, não procurou fazer-se a si próprio uma educação patriótica.”

“... A educação pública deixou que houvesse essa indiferença pelas coisas nacionais, sendo paupérrima a nossa literatura nacionalística. Não possuímos uma única revista que

leve a todos os cantos do país os trabalhos dos seus escritores, dos seus pensadores, dos seus artistas e os estudos no país feitos. Não temos ilustrações por onde fiquemos conhecendo os diversos aspectos da variada paisagem brasileira, ou as obras e construções no Brasil e por brasileiros feitas, nem os nossos homens e sucessos notáveis, nenhum algo raro monumento erguido.”

São frases para reflexão. Algumas naturalmente se tornaram envelhecidas pela ação do tempo. Outras, com as devidas correções, podem ser lembradas pela oportunidade da sua referência. Querem um exemplo? Os cadernos de literatura dos grandes jornais, onde a proporção de autores estrangeiros citados e endeusados é muito maior do que as citações modestas do que se faz no Brasil em matéria de literatura. Quando não se tem de implorar por uma nota, como se não fosse obrigação desses jornais acompanhar com carinho o que se faz na própria terra em matéria de literatura.

Estamos vivendo um tempo de reforma educacional. O MEC deseja começar pelo ensino superior e colocou a sociedade para discutir a sua primeira versão, a que sucederá outra, de teor ainda desconhecido. De saída, dos 100 artigos propostos, 32 são visivelmente inconstitucionais. Mau começo. O que se deve pretender, lembrando o patriotismo de José Veríssimo, é que haja uma proposta inteligente de integração nacional, com a valorização do brasileiro, de que andamos um pouco divorciados. Esse é o ponto de partida que enfaticamente propomos, ao assinalar a saudade e o respeito com que José Veríssimo é lembrado.

MENTES INQUIETAS

A saudável vida universitária proporciona permanentemente novos conhecimentos. Foi o que ocorreu no campus Ibirapuera do Uni-FMU, quando o professor Edevaldo Alves da Silva reuniu o neurologista José Salomão Schwartzman e a médica e pesquisadora Ana Beatriz Barbosa Silva (ambos da Academia das Ciências de Nova York), para discutir um tema de grande atualidade: transtornos devidos aos déficits de atenção.

Uma inferência inicial: em nosso País há 6% de crianças em idade escolar que sofrem o problema. Só na rede pública de São Paulo isso corresponde a 60 mil pessoas, o que positivamente não representa pouco. Abrange hipercinéticos (expressão antiga) ou hiperativos, com reações de impulsividade, dispersão e esquecimento momentâneo. Uma criança assim pode ligar 100% da sua atenção numa determinada questão, quando há interesse, ou fazer exatamente o oposto, não ligando a mínima para o que esteja ocorrendo à sua volta. Muitas vezes ela é movida por impulsos, mas sem a filtragem que caracteriza pessoas ditas normais.

A busca de resultados positivos tanto pode levar à bioquímica (remédios), prerrogativa só de médicos, ou a uma forte orientação escolar, com a colaboração de pais interessados. Ficou patente, no debate havido, que o tratamento farmacológico não pode ser o ponto de partida, até porque o hiperativo é movido pela paixão. Quanto maior, torna-se mais viável a correção dos desvios de atenção, sobretudo quando são valorizados o talento e a criatividade.

Esses estudos, que irão se desenvolver no Uni-FMU, abrangem uma correlação com os indivíduos portadores de

altas habilidades, como são hoje chamados os superdotados. Não mais é recomendável sejam eles segregados do convívio de classe, mas exige-se do professor um pouco mais de preparo para lidar com essas diferenças que não devem ser aprofundadas. Veja-se um exemplo que trazemos da televisão. A atriz Cláudia Rodrigues (*A diarista*, TV Globo), ex-professora de educação física, onde certamente queimava boa parte das suas energias, é uma dessas pessoas hiperativas. Quando ela busca explicar o seu jeito de ser, confessa entre uma ordem e outra: “Sou assim, acelerada!” Quem traça os seus limites? Desde quando seus pais ou professores propuseram-lhe freios no confronto com a vida?

A dra. Ana Beatriz, que é carioca, supõe que, ao vivermos a Era do Conhecimento, imprescindível será a valorização dos talentos. E vai além: “Sem fé, ou seja, transcendência, não haverá conhecimento.” Ela defende o mens sana in corpore sano, mas com a presença segura da transcendência. É o que explica no livro **Mentes inquietas** (Editora Gente, SP), que se encontra na 29ª edição.

Sempre existirá, nas gerações futuras, o prazer de criar algo, portanto sempre seremos favoráveis à inclusão, que suscita solidariedade. Professores e famílias devem estabelecer relações especiais de compreensão e ajuda, até mesmo para valorizar a diversidade, como pretende a recém-criada Associação dos Estudantes com Distúrbios de Déficit de Atenção (AEDDA). A impulsividade pode ser vista como coisa boa (o talento não pode ser atrofiado), levando-se em conta o verso inspirado do poeta Paulo Bonfim:

Livrai-nos da tentação de sermos superiores ou inferiores a alguém.

Essas considerações ensejam algumas palavras sobre os indivíduos portadores de altas habilidades. Eles têm recebido pouca atenção das autoridades, desprezando os estudos da especialista Helena Antipoff. Assim, não se aceita o aluno desviado do padrão defensável de comportamento, sendo ele contestador, mas provido de alta liderança, um indivíduo que necessita de cuidados especiais para amenizar a sua condição de “diferente”.

Segundo as publicações do Centro Nacional de Estudos Especiais (Cenesp), são considerados como superdotados aqueles que apresentam capacidade intelectual geral, aptidão acadêmica específica, pensamento criador ou produtivo, talento especial para as artes visuais, dramáticas e musicais e capacidade psicomotora.

Além das particularidades citadas, consideram-se hoje, também, a hiperatividade, a distração, a negligência ao falar e escrever, a instabilidade aparente de interesses e atitude crítica acentuada.

Figuram entre as características intelectuais dos superdotados a habilidade para lidar com palavras, a capacidade de aprendizagem e de memória, a capacidade de pensamento abstrato para analisar, associar e avaliar, a sensibilidade e a capacidade de resposta ao meio ambiente, imaginação fora do comum, a flexibilidade de pensamento, curiosidade sábia, permanência de interesse e atenção, produção ideativa, maturidade de julgamento e habilidade para lidar com os próprios problemas.

Identificam-se como características psicológicas a independência de pensamento, a rapidez perceptiva, a profundidade de compreensão, a originalidade, a persistência em alvos mais distantes, o desejo constante de superar-se.

As qualidades de empatia, sociabilidade e cortesia, os traços de comportamento cooperativo, poder de autocrítica, a capacidade de assumir situações complexas (criadas artificialmente ou não) e o companheirismo imaginativo são incluídos nas características sociais de um superdotado.

Juntando-se os conceitos aqui referidos, pode-se concluir que há um belo campo de estudos e pesquisas nesta área, em que recentemente tudo era dúvida.

DIREITO ESTÁ TORTO

O Brasil nasceu com uma forte atração bacharelesca. Enquanto colônia, mandava seus filhos bem-dotados para a Universidade de Coimbra, onde se formavam em Direito, para depois exercer o seu mister entre nós. É o caso de José Bonifácio, figura estelar da nossa História.

Vieram os cursos superiores em Olinda e no Rio de Janeiro, por inspiração de D. João VI, para depois se transformar em mania nacional.

O interesse pelo Direito é inversamente proporcional às dificuldades para lidar com o idioma português. Seria lógico que os vocacionados para o Direito tivessem idêntica atração pela língua portuguesa, mas lamentavelmente não é o que ocorre. Os altos índices de reprovação nos exames da Ordem dos Advogados do Brasil configuram uma quase tragédia; 100 questões de múltipla escolha aprovam somente 12% dos bacharéis, em São Paulo. A segunda fase, com quatro questões dissertativas e uma peça processual, faz o resto, aprovando 8% de todos os inscritos. O problema é nacional e não só desse ou daquele estado.

A explicação dos representantes de 177 faculdades de Direito de São Paulo passa pela dificuldade do Exame (o que nos parece uma desculpa esfarrapada), chegando ao desconhecimento absurdo das regras fundamentais da língua portuguesa. Plural, conjugação, regência, grafia, significado das palavras – tudo isso envolve um desconhecimento básico, certamente nascido das primeiras fases do aprendizado (fundamental, médio), agravado pela quase indigência no fenômeno da leitura. O livro é um instrumento raro e distante, quando deveria estar bem próximo do aluno.

Há problemas estruturais no trato da língua portuguesa. A começar pela falta de unificação, um velho sonho de filólogos como Antônio Houaiss, que lutaram para que existissem regras comuns na comunidade lusófona, mas sem sucesso. Brasil, Portugal e Cabo Verde chegaram ao acordo. Outras nações, sobretudo em virtude de sangrentas guerras civis, esbarraram em restrições dos respectivos parlamentos.

Assim, nossos dicionários registram palavras idênticas, com significados distintos. Bica, a nossa popular torneira, é um cafezinho na terra de Camões; nosso curativo é um penso; rapaz é gajo e salva-vidas é banheiro. Isso sem citar as questões de lógica, que são bem distintas.

Isso nos leva a afirmar que a língua portuguesa é extremamente difícil. Dominá-la é uma arte que requer bastante leitura. O fenômeno é encontrado em nossas universidades? As bibliotecas vivem cheias? Têm todos os livros necessários? Elas atualizam sempre os seus respectivos acervos?

Há uma clara minoria que conhece o idioma. Assim como é possível encontrar bons alunos que registram com propriedade muitas expressões em latim, de que o Direito é

pródigo e que figuram em sentenças lapidares dos nossos maiores juristas. O que não chega a ser um consolo, pois a maioria sofre do mal crônico do desconhecimento, o que torna inviável passar pelos severos exames da Ordem. Daí o acerto com que se refere ao fato o advogado Luís Flávio Borges D'Urso, presidente da OAB-SP, para quem a reprovação é crescente e requer medidas de reação. Pretende se reunir com diretores das 177 faculdades de Direito de São Paulo, para estabelecer uma ação comum, que, é claro, deve começar pela obrigatoriedade dos cursos de língua portuguesa no nível superior. Se o ensino médio não faz o que é da sua obrigação, o jeito é mesmo atribuir a urgente tarefa às escolas de Direito. Não estamos perto do caos, mas dentro dele. Existe a chance de dar um novo rumo à formação de recursos humanos para o Direito, como convém ao País.

PRECISA-SE DE MILAGRE NA EDUCAÇÃO

O MEC, ao longo da história, sofreu todo tipo de influência. Quando era moda apresentar soluções de direita ou de esquerda, divertimo-nos bastante com idéias até generosas, mas que não entraram no domínio objetivo da prática.

Querem um exemplo? Vamos acabar com o analfabetismo até o ano tal. Entramos noutra década, as promessas ficaram na saudade, e hoje ainda temos cerca de 16 milhões de iletrados, fora os milhões que somente sabem assinar mal e porcammente o nome, para alegria de alguns políticos do interior. São os coronéis da ignorância.

A questão dos recursos para a educação ficou como utopia.

“Só se pode gastar (e não investir) no ensino superior 50% do orçamento do MEC.” Anos se passaram e esse percentual dançou de 65% para 63%, depois 60%, e agora a reforma proposta para o ensino superior pretende que suba para 75%, desprezando a função supletiva do Ministério, no apoio aos sistemas estaduais e municipais.

É curioso: devido a posturas da Constituição de 88 (que o então presidente José Sarney afirmou que tornaria o país ingovernável), criou-se uma utopia de que os estados e os municípios ficaram ricos de uma hora para outra. Não precisamos mais da ajuda federal, o que é dos grandes equívocos cometidos pelo comando neoliberal da nossa educação, refletido nos oito anos de governo FHC.

Se a educação infantil e a educação básica (fundamental + média) são atendidas de forma precaríssima pelo poder público, em geral, que lógica macabra leva as autoridades a essa política de “proteção” ao ensino superior? Fica claro o desejo de criar todos os embaraços à colaboração privada, prevista na Carta Magna.

Estamos vivendo uma época difícil, no estabelecimento de prioridades. Sabe-se que a ação oficial na educação infantil (“é de menino que se torce o pepino”) é pífia. Em termos de Brasil, enfrentamos o brutal fenômeno da desnutrição de forma precária. A participação do MEC é quase nula e os sistemas municipais e estaduais fazem o que podem, ou seja, quase nada.

Os educadores sabem que o cérebro atinge o tamanho normal até os 5 anos de idade. Por isso, a criança precisa ser bem alimentada nos primeiros anos de vida. Isso acontece? Onde? No Norte, no Nordeste, nos grotões pobres de outras regiões? A merenda é precária, mal distribuída, não atinge o

período de férias, o que leva as crianças a voltar às aulas, em geral, com menos 2 kg de peso. Isso não é quase criminoso?

Começar mal um processo que deverá ter, no mínimo, 11 anos é trabalhar contra o nosso futuro, com a prevalência do escapismo oficial.

Devemos reformar tudo, na educação brasileira. Isso não se resolve com leis demagógicas ou o exercício acadêmico sem profundidade.

As verbas devem atender, prioritariamente, àquilo que mais necessitamos. Cadê o apoio à melhor formação e ao aperfeiçoamento do magistério? O pensamento sobre a educação à distância é tímido, como se tivéssemos vergonha – o país com este tamanho – de caminhar no mesmo sentido das nações pós-industrializadas.

Não é verdade que o ensino fundamental tenha sido universalizado. A mídia aceitou essa propaganda sem fazer as verificações devidas. E nem uma palavra sobre a péssima qualidade do que foi ministrado, sob orientação oficial, com livros discutíveis e mal distribuídos. Assim, não há santo que dê jeito.

A metade que estuda em escolas públicas, no ensino médio, está mal preparada e vai enfrentar dificuldades óbvias quando chegar ao ensino superior. De que adianta facilitar o acesso à universidade, mesmo pública, se o problema é de base? Não há como corrigir o que nasceu torto, apesar dos esforços das nossas atuais autoridades. Elas podem facilitar o acesso via cotas, mas não acreditamos que sejam capazes de fazer milagres. Agredir a Constituição ou desprezar a LDB (lei n.º 9.394/96) não nos parece a melhor idéia. Por isso, concordamos plenamente com o estudo feito pelo jurista Célio Borja. Em matéria de inconstitucionalidade, o anteprojeto é um prato cheio.

ALFABETO DIGITAL

Os modismos aqui chegam, mas em geral custam a pegar. Desde a época do Descobrimento, as cartas com as novidades demoravam mais de um mês, trazidas pelas valentes caravelas portuguesas. E alguma coisa para virar modismo, naqueles tempos, não era fácil. Como espalhar pela colônia?

Há mais de 40 anos que se discute no Brasil o emprego da educação à distância. Outros países foram avançando na eficiente modalidade, como é o caso do Canadá, da Inglaterra e da Austrália, entre outros. Aqui, depois de tempos espaçosos de preguiça (ou medo do novo), em que muita bobagem foi escrita, como o receio de que se tornasse um supletivo de terceira classe, felizmente caminhamos para uma reação favorável, a partir do que foi prescrito na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (n.º 9.394/96).

Hoje, há mais de 310 mil alunos brasileiros freqüentando cursos via educação à distância, no nível superior, o que já é uma prova de que acordamos para o que é muito comum em universidades norte-americanas, como tivemos a chance de verificar em visita à New University, na Flórida. Os seus 15 mil alunos estudam no regime de meio a meio, com um pormenor essencial: as avaliações são sempre presenciais, o que evita qualquer possibilidade de fraude.

Agora, a moda é citar a inclusão social, de que a digital obviamente é parte. Cerca de 25 milhões de brasileiros com mais de 16 anos têm acesso à Internet, mas devemos pensar que somos uma população de 180 milhões de habitantes. Ainda é pequeno o índice dos que têm esse privilégio, mais adstrito a escolas particulares, tornando bem visível o fosso

entre incluídos e excluídos digitais, no quadro geral de pobreza do País.

É claro que existe muita esperança na liberação dos recursos do Fust (Fundo de Universalização das Telecomunicações), que está perto de acumular cerca de 4 bilhões de reais. Alimentado com 1% do faturamento das concessionárias de telefonia, não está sendo colocado à disposição de processos saudáveis, como o acesso à rede mundial de computadores para escolas, bibliotecas, hospitais, postos de saúde, órgãos de segurança, entre outros. Foi tristemente jogado no processo de reforço do superávit primário. Como ficam o treinamento e o aperfeiçoamento de professores e especialistas de que tanto carecemos?

Queremos a inclusão para todos, como instrumento de justiça social. O presidente Lula assinou decreto, no dia 26 de abril, criando um Grupo de Trabalho Interministerial com a finalidade de elaborar anteprojeto de regulamentação dos artigos 221 e 222 da Constituição e da organização e exploração dos serviços de comunicação social eletrônica. A coordenação será do Ministério das Comunicações, que já convocou a colaboração de entidades de grande vigor intelectual, como é o caso do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional.

O trabalho deverá ser conjunto para ampliar o alcance do atendimento e também minorar os efeitos da confusão legal que cerca as atividades imbricadas de telecomunicações e de radiodifusão, em nosso País. Harmonizar esses procedimentos será uma grande conquista, até que se possa lançar luzes mais fortes, igualmente, no que se entende por geração de conteúdos.

Enquanto isso, voltamos a insistir numa tese que sempre foi preocupação do cardeal Ratzinger, hoje papa Bento

XVI. Desde o Concílio Ecumênico Vaticano II há pleno convencimento de que “a educação é dada no lar e na escola.” Na prática, isso não está ocorrendo entre nós. Pesquisas mostram que muitos pais não têm capacidade para ajudar os filhos no emprego da Internet. Quando se espantam com o avanço da pornografia no poderoso instrumento é uma razão a mais de preocupação. Ser analfabeto digital, no mundo de hoje, é colaborar de alguma forma para o desvirtuamento do uso do computador, seguramente uma das maiores invenções da humanidade. Mas que se justifica pela nobreza dos seus propósitos, sobretudo educacionais, e não baixarias indefensáveis.

UM FRANKENSTEIN BONITO

Dois professores mal-humorados da Unicamp publicaram, sob o título “Frankenstein volta às aulas”, um artigo no mínimo injusto sobre a nova Secretaria de Estado de Ensino Superior de São Paulo. Queremos crer que, no fundo, buscavam também atingir o seu titular, professor e médico José Aristodemo Pinotti, figura estelar da cultura brasileira. Afirmam, com a maior sem-cerimônia, que a instituição é um “baú de idéias anacrônicas”. A expressão é forte e, com certeza, preconceituosa.

Os articulistas enxergam maledicência nas intenções reveladas e até se referem a “manobras diversionistas e demagógicas”, abusando claramente do seu direito à liberdade de expressão. O professor Pinotti defende mudanças no sistema de ensino superior – e onde está o pecado em proclamar isso? Hoje, o número de alunos nas escolas de

3º grau ficou estagnado, sem claras perspectivas de alterações de porte.

As declarações oficiais, que vêm de Brasília, acenam com um PAC-Educação, para quatro anos, investimentos de 8 bilhões de reais. Isso, sim, parece o sonho de uma noite de verão na Capital da República. De onde sairá esse dinheiro, que teria, entre outros devaneios, o condão de criar mais 100 Universidades oficiais, como se aí estivesse o problema. Sobram vagas nas escolas públicas, muito mais vagas nas escolas particulares. De onde sairá o público para freqüentar os hipotéticos cursos preferencialmente noturnos dessa promessa meio sem sentido?

E mais: o Brasil vive endividado, trata as empresas de forma escorchante(inédita no mundo) e tem uma previdência social insolúvel. Seria uma boa preocupação dos verdadeiros educadores debater sobre os recursos financeiros prometidos, embora se diga que já temos 500 milhões para o projeto.

Não podemos esquecer a Educação Infantil, tão desamparada, e projetos de ajuda aos candidatos a exames vestibulares, muitos dos quais não suportam os pesados encargos dos cursinhos espalhados por aí. Todas essas providências, que se encontram no espírito e na alma do novo Secretário de Estado de Ensino Superior, de olhos postos no futuro imediato de implantação também da TV Digital, que oferecerá quase infinitas possibilidades à educação brasileira, com os faróis acesos na interatividade e na alta definição.

Onde, pois, a visão retrógrada do que se pretende fazer? Hoje, bons profissionais são chamados de “conservadores”. Pode-se transferir esse estigma não para os homens que se preocupam com a qualidade das novas políticas, mas para

aqueles que, à falta do que comentar, segundo uma visão estreita, vêm monstros à sua frente. Aliás, vale recordar que se o Frankenstein tivesse mãe, certamente ela o acharia lindo.

A PRESENÇA DA EDUCAÇÃO

Cada vez mais se consolida, no espírito dos brasileiros, a idéia de que um fator estratégico poderá nos levar a posições bem melhores. Certamente é a educação.

Estávamos em 12.º lugar entre as economias mais ricas do mundo, mas caímos no ano passado para 13.º. Isso quando alguns especialistas internacionais passaram a formular a hipótese de que, em pouco tempo, rivalizaríamos com a Rússia, a Índia e a China, em termos de expansão econômica e social.

Os países que crescem, como os tigres asiáticos, têm políticas públicas muito bem delineadas, com ênfase visível na área educacional. Não fora assim, como obter mão-de-obra qualificada? Estivemos estudando o assunto na Coreia do Sul. Visitamos a fábrica Samsung, com 120 mil operários, ninguém recebendo salários inferiores a 250 dólares e como nível de instrução mínimo o médio (concluído). Por que isso não entra na cabeça das nossas autoridades, só Deus sabe. A balela de que já investimos muito em educação não resiste à menor análise. Investimos menos do que o necessário – e com um grau de eficiência altamente discutível. Prioriza-se o ensino superior, desprezando-se a origem de tudo, a educação infantil e a educação fundamental.

Os números manipulados em bravatas oficiais não são confiáveis. As crianças entram na escola, mas boa parte não

fica. Por desinteresse na caminhada ou por necessidade dos pais de contar com o trabalho infantil proibido. E um outro fator de fundamental importância: os baixíssimos rendimentos dos nossos docentes, hoje bastante desestimulados, como se comprova com relativa facilidade.

Voltemos ao Rio de Janeiro. O estado se industrializa, na capital e no interior, comemora o avanço em áreas específicas, como o Pólo gás-químico de Duque de Caxias, a indústria farmacêutica de Jacarepaguá, os grandes estaleiros da construção naval (Angra, Rio e Niterói), a indústria automotiva (Resende, Porto Real, etc.), além das perspectivas da Refinaria da Petrobras. Vão ser formados os recursos humanos indispensáveis, seja em nível intermediário, seja em nível superior. Os seus alunos estarão recebendo desde cedo uma formação especializada, criando os técnicos em nível intermediário de que já carece o estado, que é a segunda unidade econômica do País. Educação e Industrialização, como irmãs siamesas, caminharão lado a lado, numa capital que, historicamente, fez do setor terciário da economia a sua razão de ser. Juntando tudo isso, quem poderá duvidar do crescimento fluminense?

O Rio de Janeiro tem ainda as potencialidades do setor exportador (minerais, combustíveis, papel e celulose, produtos siderúrgicos), que já apresenta resultados apreciáveis.

É claro que ainda estamos à espera de reformas estruturais, sempre prometidas. Urge corrigir os desequilíbrios fiscais do setor público, atenuar o aumento da carga tributária, sem prejuízo da ação oficial sobre os grandes desafios da segurança, da saúde, da educação e das habitações.

SEM RECURSOS FICA DIFÍCIL

A educação é um direito de todos (Constituição de 1988), depois de ter sido direito de poucos, na primeira Constituição brasileira (1824), a que assegurava a instrução primária gratuita a todos os cidadãos, que não deixou de ser uma bela obra de ficção, distanciando a lei da sociedade.

Nos primeiros 50 anos de Brasil, a educação fez-se “sem escolas e sem despesas, com financiamento zero”. De 1549 a 1759, quando os jesuítas administraram a educação brasileira, o financiamento surgiu das rendas da Igreja. A União não aplicava recursos. Fez-se a educação da elite, incluindo brancos e índios aculturados.

Em seguida vieram as **aulas régias**, com os professores nomeados pelo rei, de forma vitalícia. As Câmaras Municipais procuravam financiar a educação com taxas sobre produtos como a carne, o sal, a aguardente. Em 1772, o Marquês de Pombal criou o **subsídio literário**, primeiro imposto a financiar a educação.

Em 15 de outubro de 1827 foi editada a lei da instrução pública, que previa: “*Em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos haverá as escolas de primeiras letras que forem necessárias.*” Sua redação é atribuída a José Bonifácio. Com a edição do Ato Adicional de 1834, passou a responsabilidade pela educação a ser das províncias, sem capacidade financeira. Elas contavam com o IVC, imposto que antecedeu o conhecido ICMS. A tributação prosperava somente onde houvesse mercado interno. Finalmente, a Constituição de 1934, elaborada por Francisco Campos, que foi a primeira a contar com um capítulo específico sobre Educação e Cultura.

A vinculação de recursos, como afirma o estudioso Paulo Sena Martins, serviu de base para a manutenção e o desenvolvimento do ensino, contando ainda com outra fonte, o salário-educação, que é uma contribuição social. Passamos pela Emenda João Calmon, aumentando percentuais, o mesmo tendo ocorrido antes na Carta Magna de 1946 e na Lei n.º 4.021/61. Hoje, a União ficou com o patamar de 18% sobre a receita líquida dos impostos enquanto Estados e Municípios têm a obrigação de aplicar o mínimo de 25%. Já se vê, na prática, que a soma desses recursos não é suficiente, não valendo como verdade absoluta o fato de que, ainda assim, são mal aplicados.

O salário-educação é calculado com base na alíquota de 2,5% sobre o total de remuneração paga ou creditada, a qualquer título, aos segurados empregados (lei n.º 9.424/96). Os recursos são aplicados da seguinte forma: 10% são mantidos na União, para redistribuição a estados e municípios em programas como o transporte escolar e a Educação de Jovens e Adultos (EJA); os outros 90% são divididos em uma cota federal, correspondente a 1/3, e uma cota estadual e municipal dividida proporcionalmente ao número de matrícula no ensino fundamental, nas respectivas redes.

Esse esquema de financiamento foi complementado com a criação, em 1996, do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), hoje o Fundeb, a fim de alcançar toda a educação básica.

CLASSIFICA OU DESCLASSIFICA?

Autoridades que lidam mais de perto com os problemas da educação infantil, entre nós, estão empenhadas numa campanha no sentido de proteger crianças e adolescentes dos excessos cometidos pela oferta desmesurada de programas, na mídia eletrônica, que são incompatíveis com as respectivas faixas etárias. O objetivo é subsidiar as famílias na tarefa cada vez mais complexa de educar filhas e filhos, adotando a máxima que no Brasil virou lei: “a educação deverá ser dada no lar e na escola.”

A decisão, é claro, caberá sempre à família. Pais separados, desatentos ou desinteressados sempre serão obstáculo a uma escolha acertada, por parte das crianças, mas o que está em jogo é o cumprimento de um dispositivo constitucional. Enquanto não mudar a Carta Magna, que outra alternativa resta se não o cumprimento da lei? pergunta, com razão, a dra. Rachel N. Sanchez, empenhada na campanha de esclarecimento, para que se dê maior e melhor cumprimento também ao que estabelece o discutido Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Volto à visita ao Japão para lembrar que, naquela secular civilização, os pais têm presença ativa na seleção dos materiais com que lidam os estudantes. Ou seja, eles estão por perto das escolhas feitas para servir aos alunos, como nos confirmaram os diretores da rede NHK, com os quais tivemos ocasião de conversar. Eles gostam do “mangá”, que são histórias em quadrinhos com heróis japoneses, mas sem os excessos com os quais costumamos conviver.

É importante ressaltar que não há qualquer condescendência, de nossa parte, com a idéia da censura. Isso é capítu-

lo ultrapassado, sem saudade, dos tempos de obscurantismo. Quando se aborda a questão da classificação de filmes para a televisão, por faixas etárias, é um instrumento democrático de classificação indicativa. Se os profissionais que têm essa tarefa são incompetentes, essa é outra história. Mas elas têm margem pequena para cometer excessos, pois são reguladas por procedimentos em que toda a sociedade está de olho.

O ECA tem defensores e detratores, o que é natural, dado o tempo decorrido da sua implementação. Mas indiscutivelmente procura proteger os direitos da criança e do adolescente que, no ordenamento jurídico brasileiro, gozam de absoluta prioridade. Os meios de comunicação de massa devem fazer a sua parte, contribuindo para que haja esse salto de qualidade, nas relações entre as partes.

Da mesma forma como se deve destacar a prerrogativa inalienável, repetimos, de pais e responsáveis de decidir a que conteúdos audiovisuais seus filhos podem ter acesso. Pensar o contrário é reservar aos veículos direitos além do direito, o que positivamente não é a melhor solução.

Estão em jogo 26 milhões de crianças e adolescentes que, ainda por cima, vivem no Brasil em regiões com diferentes fusos que, no horário de verão, operam com as alterações conhecidas. Se o Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional for renovado – como se espera da Câmara dos Deputados e do Senado Federal – poderá prestar decisiva contribuição ao melhor esclarecimento da matéria, como órgão auxiliar do Congresso Nacional.

EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO

A cada dia acordamos com novidades a respeito dos excessos cometidos em nossas estradas ou caminhos urbanos onde o perigo está presente, sobretudo no comportamento de jovens em geral bêbados ou drogados. Sem contar os pais irresponsáveis que entregam seus carros a menores de idade, sem receio das conseqüências, muitas vezes trágicas.

Os números são dramáticos. O Brasil assinala o registro de mais de 60 mil mortos no trânsito por ano, nada menos de 165 por dia. O último dado oficial é de 2004, quando morreram mais de 70 mil pessoas em conseqüência de acidentes, com mais de 35 mil vítimas fatais de colisões. Esses faleceram no local do acidente, outros a caminho dos hospitais. Ajuda bastante esse tipo de comportamento a sensação generalizada de impunidade, com a falta reconhecida de guardas e sinais confiáveis. As vítimas mais numerosas encontram-se na faixa etária dos 14 os 26 anos de idade. O Brasil, segundo dados da ONU, está em sexto lugar entre os países onde morre mais gente em acidentes de trânsito. É uma preocupação que extrapola nossas fronteiras.

A cada minuto e meio, um motorista comete uma infração de trânsito fora do Estado onde o seu carro foi licenciado. As multas, em número superior a 2,5 milhões, não educam, pois as causas são mais profundas e esse castigo não surte os efeitos necessários. Conviria pensar também, na análise do problema, no crônico mau estado das estradas federais ou estaduais, como se fosse uma praga da qual não podemos escapar. A operação tapa-buracos foi uma vergonha.

Há um esforço oficial para melhorar essa situação. Criado o Registro Nacional de Infrações de Trânsito (Renainf),

chegou-se à conclusão de que temos 42 milhões de carros cadastrados.

A dificuldade maior, no entanto, opera-se na fragilidade da educação para o trânsito. Muitos dos nossos alunos do ensino médio, em virtude do fenômeno da distorção idade-série, têm mais de 18 anos e podem dirigir oficialmente. Aí entra a imaturidade, acompanhada do álcool e das drogas, para provocar acidentes fatais, como têm ocorrido na Lagoa Rodrigo de Freitas (Rio), cujas pistas, em dias de chuva, são naturalmente escorregadias. Andar a mais de 100km (ou até chegar a 155) é atrair o desastre. O que fazer com esses jovens, liberados de forma absurda por seus pais ou responsáveis?

Nas escolas, como disciplina transversal, dá-se educação para o trânsito. Nem todas obedecem a essa recomendação legal, muito menos as Secretarias de Educação. Todos afirmam que “é muito importante inocular, no espírito de crianças e jovens, sobretudo estes, o espírito de todas essas regras”. É muito bonito do ponto de vista teórico, mas pouco se faz, inclusive no interior. Muitas vezes não é por falta de interesse dos professores. A ausência de material é uma constante – e atualizado – para servir de reforço ao aprendizado dessas noções essenciais. E que elas passem a ser obrigatórias nas grades curriculares.

A EDUCAÇÃO BÁSICA E SUAS PERSPECTIVAS

Há fundadas esperanças de que o PDE (Plano de Desenvolvimento da Educação) traga benefícios a todos os níveis de ensino, a partir da Educação Infantil, que é uma exigência constitucional.

Quem arrisca um pensamento sobre a matéria é o ministro Fernando Haddad: “A União se omitiu do seu papel na educação básica. A maior culpada é a União, que deveria ser provedora da educação, principalmente nos estados do Nordeste.” Falou em Teresina, após dar partida à Caravana da Educação, que percorre o país. A esperança é de que o Fundeb e o PDE possam corrigir o enorme desequilíbrio que ocorre na oferta da educação.

O Plano de Desenvolvimento da Educação contém 47 medidas, algumas delas específicas para a Educação Básica, como a alfabetização de jovens e adultos, sobretudo na região Nordeste, e que será tarefa prioritária de professores da rede pública. O que se pretende é que sejam eles capacitados adequadamente para esse renitente desafio que atravessa gerações.

A Educação Profissional seria atendida com a criação de 150 escolas federais em quatro anos, nas cidades-pólo selecionadas. O modelo Senac e Senai deve ser respeitado e estimulado a se desenvolver mais ainda, sob responsabilidade do Sistema S, que dá provas insofismáveis de competência e retidão, nas suas tarefas. Aliás, a propósito, o ex-ministro Cristovam Buarque disse a Antonio Oliveira Santos, presidente da Confederação Nacional do Comércio, que sabia da construção da Escola Sesc de Ensino Médio, na Barra da Tijuca (Rio), em área superior a 130 mil/quadrados, e que, pelos cuidados com o seu projeto pedagógico, poderia servir de modelo para outras instituições similares. Serão 500 alunos (15 por sala), em tempo integral, com residência para alunos e professores, garantindo uma incomparável qualidade de ensino.

O PDE estima a criação dos Institutos Federais de Educação Tecnológica (Ifets), para reorganizar a rede federal, que

é atendida de forma satisfatória pelos Cefets. Não seria o caso apenas de reforçar essa rede? Passar as unidades espalhadas no Brasil para um Instituto não é apenas um reforço da burocracia? Será uma sociedade civil sem fins lucrativos?

Certamente um devaneio, sem solo firme, é a medida que se refere à avaliação. Prevê-se que em 15 anos o país terá de alcançar nota 6 no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). O MEC apoiaria os “municípios que estivessem em pior situação”. Não há objetividade nessa sugestão. Planejamento a longo prazo, que extrapole o atual governo, é uma temeridade. Faltam medidas estruturais para permitir que saíamos da atual média 4, que nos leva a uma situação comparável a pequenas nações, inclusive da África.

Veja-se o caso do projeto “Dinheiro na Escola”. Aquelas que cumprirem as metas do Ideb, que não são muito precisas, poderão receber parcela extra de 50% do Programa Dinheiro Direto na Escola, que dá assistência financeira a escolas de ensino fundamental e especial (estas registradas no Conselho Nacional de Assistência Social). A crítica é feita no sentido de que pode parecer mais um ato paternalista do governo, que não ataca as causas estruturais, pensando que vai resolvê-las com “doações” de difícil ou quase impossível controle. São inúmeras experiências de processos nos Tribunais de Contas, pelo mau uso ou improbidade na matéria. Como evitar isso, ainda não se descobriu a fórmula.

CAPÍTULO 4

ENSINO MÉDIO

O CAOS DO ENSINO MÉDIO

Não pode existir tranqüilidade, quando se aborda a questão da qualidade do ensino médio. Até porque os indicadores mostram que tem havido um acentuado decréscimo. Nos exames do Enem, relativos a 2006, as provas aplicadas ficaram abaixo das médias do ano anterior, confirmando uma tendência da década. A prova objetiva de 2006 alcançou a média de 36,9 pontos, em 2005, e 52,8 na redação. As provas de português na 3ª série do ensino médio desceram de 266,7 para 253,6, embora não seja possível comparar os números de Enem e do Saeb, por utilizarem metodologias distintas.

O estado do Rio Grande do Sul ocupou o 1.º lugar em ambos os exames, Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro ficaram nas posições seguintes, na prova objetiva. Na redação, depois do Rio Grande do Sul, vieram Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul e Rio de Janeiro.

A média nas escolas públicas alcançou em 34,94 e nas escolas privadas chegou a 50,57, na escala de 0 a 100. A média nacional, assim, ficou em 36,90. Pode-se afirmar que o ensino médio, globalmente, foi reprovado. Está um caos.

Nas últimas colocações nos exames voluntários do Enem, em 2006, abrangendo 2,8 milhões de alunos, sem que lhes seja cobrada a criticada memorização, ficaram os estados de Tocantins, Amazonas, Acre, Maranhão, Roraima, Amapá, Alagoas e Rondônia. Foram os que tiveram as piores médias, nas questões objetivas.

Numa visão geral, pode-se inferir que estamos decrescendo de aproveitamento, perto ou dentro de uma tragédia nos estados mais pobres (Norte e Nordeste). Nossas leis ampa-

ram uma perspectiva de melhoria? Não estamos certos disso. Há o excesso visível de normas, complicando o entendimento do que desejam as autoridades brasileiras, inclusive as que pertencem ao MEC, quando alteram itens ao sabor dos ventos, sem oferecer um documento consistente e consolidado. Uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional surge como necessidade inadiável, se quisermos alcançar o que fizeram nações mais ou menos desenvolvidas do que a nossa.

A única luz que se vislumbrou, nos últimos exames realizados, foi a melhora de notas nas quartas séries do ensino fundamental. Será que é o início de uma saudável reação?

Hoje, no Brasil, somente nos últimos 10 anos, foram produzidos cerca de 20 documentos oficiais, sem nenhum sentido de organicidade. O que se comete, legalmente, é quase um sacrilégio.

Pensamos que, assim, pode existir uma causa concreta dos lamentáveis resultados divulgados pelo MEC, sobre as provas de 2006 do Enem e do Saeb. Embora não possam ser comparadas, elas são mais que evidentes. Pode-se inferir que há a necessidade de uma nova lei para a educação no País. No mínimo para consolidar o que existe e tornar mais compreensível para o sistema o que deseja cada autoridade quando propõe sucessivas alterações, nem sempre muito coerentes. Não há nação que resista a esse arcabouço legal, excessivo, confuso e contraditório.

A ORFANDE DO ENSINO MÉDIO

Seria arriscar-se a uma injustiça nomear os padrinhos dos nossos diversos graus de ensino. Mas uma coisa é certa: sobrava razão a Anísio Teixeira quando afirmava que o “nosso ensino médio é inteiramente órfão”. De lá para cá, ou seja, da década de 50 até os nossos dias não há como escolher este ou aquele educador que tenha se debruçado com ênfase sobre o nível intermediário. Ao contrário, seria mais fácil dar o título de “inimigo” a uma ou outra autoridade que só fez complicar o andamento dessa etapa de ensino.

Enquanto tivemos a divisão entre clássico e científico, até que havia uma certa unidade no ensino médio. Os alunos, de acordo com a sua escolha, ligada à vocação, preferiam os cursos que conduziam às ciências humanas (Direito, Pedagogia, Letras) ou ao desenvolvimento científico e tecnológico (Engenharia, Medicina, Ciências Biológicas). Com o nascimento em parto artificial do 2.º grau, a pretexto de valorizar-se a educação profissionalizante (lei n.º 5.692/71), implantou-se uma “bagunça homérica” no sistema escolar, sob a batuta de um MEC totalmente atordoado.

Alguns têm dificuldade de explicar a diferença entre os técnicos e os tecnólogos. Outros sabem que estes últimos são formados em nível superior, em cursos de curta duração (hoje, uma grande atração para os jovens sem paciência de freqüentar cursos mais longos). Mas, robusteceu-se a dúvida: os técnicos são formados em três anos, junto com o ensino médio, ou dependem de um ano adicional? O que verdadeiramente se passa com os egressos dos CEFETs? Eles viraram um misto de ensino médio e superior?

A sociedade brasileira ainda tem o ranço da Constituinte de 37 (Estado Novo). Getúlio Vargas assinou um artigo afirmando que “o ensino técnico-profissional seria destinado às classes menos favorecidas”. Nada melhor para justificar a discriminação, de que não nos livramos até hoje. Cresce a nossa industrialização e o setor de serviços tem o reforço da computação quase desenfreada. Como criar os recursos humanos adequados para enfrentar esses novos tempos? É claro que ninguém é contra o progresso, mas há uma imensa falha quando a escola deve responder às necessidades de oferecer pessoas de competência no nível intermediário. No mundo desenvolvido, esse tipo de problema não existe. Há uma boa oferta de empregos no nível pré-universitário, como vimos na Coreia do Sul e no Estado de Israel. De todos os que freqüentam o ensino médio apenas 1/3 sobe ao nível superior, ficando os demais 2/3 amparados por boas e bem pagas oportunidades. Aqui é que se inventou a teoria de que sem o diploma de nível superior o indivíduo não é ninguém. Prefere-se o formado, mesmo que sem emprego.

É preciso promover uma profunda reforma no ensino médio, colocar ordem na sua seriação e na formação dos seus especialistas. Estes conectados ao processo de desenvolvimento econômico e social do País, para que haja maior proveito desse grande investimento que, bem ou mal, está sendo pago pela sociedade brasileira.

CAPÍTULO 5

ENSINO SUPERIOR

APOCALIPSE PEDAGÓGICO

Que ele está doente, não há dúvida. Os remédios é que são complicados, muitos deles não disponíveis na praça. Estamos nos referindo ao atual estágio da educação brasileira, com 60 milhões de alunos, analisada profundamente no 7.º Fórum Nacional das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no estado de São Paulo (Semesp).

Foram 17 pronunciamentos, envolvendo especialistas do MEC, reitores e diretores de escolas superiores privadas e, no final, um discurso muito aplaudido feito pelo ministro do STF, professor Carlos Ayres de Brito. Ele deu novo ânimo ao setor, em palavras poéticas, mostrando que, com muita bravura, será possível encontrar as soluções adequadas. “Usem a coragem, pois é uma palavra oriunda do francês e que tem o prefixo latino **cor**, coração. Com bons sentimentos iremos ultrapassar a crise.”

Mas, até chegar lá existe uma longa caminhada. E muitos desencontros assinalados, como a ingerência exagerada dos meios oficiais. Depois da LDB n.º 9.394/96, foram assinados 1.531 atos reguladores do Ensino Superior, entre os quais 535 Portarias e 368 Resoluções. A vida de cada um desses documentos costuma ser brevíssima, até porque muitos deles chegam a agredir dispositivos legais de mais alta hierarquia. A palavra bagunça não diz tudo.

A expansão do Ensino Superior Privado sofre um nítido processo de estagnação. Se houver este ano um crescimento de 5% será muito. Como não há estoque de alunos do ensino médio com capacidade financeira para enfrentar a mensalidade média de 425 reais, a crise está colocada. O MEC

deve abrandar os seus atos regulatórios, assim como o setor, em regime de comunhão de esforços, precisa encontrar meios financeiros de saldar suas enormes dívidas, sobretudo com o INSS. Por que não se pensar num sistema de troca de dívidas por bolsas de estudo, ampliando as oportunidades oferecidas pelo Prouni, hoje limitadas a cerca de 300 mil alunos? Estima-se que poderiam ser atendidos 1 milhão e 500 mil jovens entre 18 e 24 anos de idade se algo fosse feito nesse sentido.

Outro aspecto ainda não explorado refere-se às virtualidades dos fundos de pensão, hoje detentores de 13% do nosso Produto Interno Bruto. Como são entidades de direito privado, que operam com investimentos a longo prazo, poderiam ser criadas condições para que os seus próprios participantes (hoje, mais de 2 milhões) tenham o direito de matricular os seus dependentes, com um sistema factível e inteligente de financiamento junto às entidades privadas de educação.

Para alguns dirigentes, não existe somente uma crise. O caso é mais sério e poderia ser configurado como “apocalipse pedagógico” ou algo parecido com “à beira do abismo”. Não foi a idéia predominante. O certo é que a estagnação está prevista para durar até 2010, tornando irreal a meta do curioso Plano Nacional de Educação, que prevê para aquele ano algo em torno de 8 milhões de estudantes no nível superior. Do jeito que as coisas estão, não chegaremos sequer a 7 milhões.

O quadro é trágico pelo seguinte motivo: as classes A e B estão na escola; as classes C e D somente podem pagar mensalidades de, no máximo, 180 reais, o que torna impraticável a oferta de bom ensino. Os professores teriam aviltados

ainda mais os seus salários. Onde ficaria a qualidade do ensino? E a tão decantada pesquisa?

Aliás, questionou-se muito o dispositivo constitucional da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão. É preciso existir uma compreensão mais ampla de cada uma dessas vertentes, como é o caso de entender a extensão como algo ligado ao trabalho de pesquisa. Uma é variável dependente da outra.

Defendeu-se, nos pontos luminosos que pudemos levantar (cerca de 250, nos três dias do Fórum), uma aplicação mais adequada de metodologia do ensino à distância. Grandes países do mundo desenvolvido estão fazendo a mescla do presencial com o ensino à distância, com grande proveito. O Brasil já tem em operação cursos que abrigam 380 mil estudantes na modalidade, o que é um bom sintoma, a ser estimulado pelas autoridades, como os membros do Conselho Nacional de Educação. A Inglaterra funciona assim desde 1972. Os EUA agora se entusiasмам pela idéia.

Qual o melhor caminho? perguntou o professor Hermes Figueiredo, presidente do Semesp. A resposta é complexa. As vagas cresceram mais do que a demanda. Hoje, temos 4 milhões de estudantes do nível superior. Desse total, somente cerca de 650 mil estão freqüentando gratuitamente as escolas oficiais. Cada aluno custa aos cofres públicos cerca de 11 mil reais (o preço de um estudante da educação básica é 2 mil reais). É preciso contrabalançar esses dados, sabido que a maior prioridade nacional situa-se nos primeiros graus de ensino, onde estudam 46 milhões de pessoas. Precisamos urgentemente de novas técnicas de gestão empresarial. Essa é a verdade.

O CAMINHO DA EXCELÊNCIA

Acreditamos que uma direção eficiente, professores valorizados e alunos incentivados são a base indispensável para fazer a educação acontecer. A importância desses três elementos é a mesma, pois se qualquer um dos pilares falhar o processo educacional fatalmente será prejudicado.

Alfredo Bosi considera que “o professor do ciclo básico deve ser valorizado em termos de preparação e salário, caso contrário, os mais belos planos ruirão como castelos de cartas”.

Qualquer profissional precisa de reciclagem constante e principalmente aqueles que militam com a saúde (um pequeno engano pode causar a morte do paciente) e com a educação (um professor desatualizado pode causar a “morte cultural” de seus alunos).

Vivemos o tempo em que o professor não é mais o único detentor do saber. Hoje, devemos ser guias, consultores, orientadores da aprendizagem, apoiando, acompanhando o trabalho da turma e introduzindo os ajustes necessários ao alcance pleno dos objetivos planejados.

O papel do professor mudou. Além da preocupação com conteúdos ele tem por obrigação educar cidadãos capazes de pensar, criticar e construir as suas próprias vidas, numa sociedade cada vez mais complexa.

Já pararam para pensar que temos uma nova responsabilidade junto ao alunado? Precisamos ajudá-los a compreender, e dar sentido ao volume de informações que recebemos diariamente das mais variadas fontes: TV a cabo, Internet, além dos tradicionais rádio, TV, jornais e revistas.

Hoje, os livros didáticos são menos considerados do que há 30 anos. Os recursos para comprá-los são escassos, ou os

jovens não aprenderam a descobrir e desenvolver o gosto pela leitura, pois já têm uma gama de informações tão grande que dispensam descobrir a maravilhosa magia que se encontra dentro de um livro.

O professor precisa não só acompanhar os fatos atuais, mas desenvolver, ele próprio, conhecimentos científicos e lingüísticos que lhe dêem meios para analisar, interpretar e criticar para orientar os alunos a selecionar as numerosas informações que chegam.

Os profissionais da educação precisam estudar, ler muito (de tudo), participar de centros de estudo, seminários e conferências.

A modernidade não exclui as etapas essenciais de planejamento, desenvolvimento e execução, avaliação e reestruturação do que foi detectado negativamente. Isso sem esquecermos do jargão de que todo planejamento precisa ser flexível, isto é, mutável a qualquer momento, durante o processo.

Na educação atual, compatível com toda a tecnologia e desenvolvimento conhecidos, os protagonistas principais não são apenas aqueles já citados, mas, também, os pais, familiares e comunidade, cada um assumindo seu próprio papel na escola e na sociedade.

A instituição escolar não pode e não deve buscar a uniformização dos estabelecimentos, nem quanto ao aspecto físico dos prédios nem quanto à transmissão do saber. Cada escola tem sua história, suas peculiaridades e sua identidade, cada uma está inserida numa comunidade diferente, com pessoas e anseios distintos. É impossível, por exemplo, tentar unificar o tratamento dado a uma clientela estudantil do litoral nordestino, que vive num clima em que o sol está

presente os 365 dias do ano com uma clientela de alunos da região Sul, onde o frio pode determinar, até, a mudança do horário do início das atividades escolares.

A interação dos profissionais da escola (diretores, professores, funcionários, etc.), com os pais, alunos, famílias em geral e outros agentes permite a elaboração de projetos que visam a melhor e mais completa formação do educando.

Não deve haver qualquer preocupação dos gestores do ensino em relação à supremacia da escola, pois ela jamais perderá o seu lugar, enquanto tiver bem demarcada a separação entre as suas atribuições e as da comunidade. O importante é que o aluno ame a escola e seja por ela amado. Nessa troca quase bíblica é que reside o êxito do processo.

A integração com a comunidade é uma conquista, um objetivo que deve ser perseguido por todos aqueles que atuam de alguma forma na escola. É essencial a criação de ambientes culturais diversificados, que contribuam para o conhecimento e para a aprendizagem do convívio social, levando à compreensão de todos os fatores que se expressam no ambiente escolar, quer sejam eles políticos, sociais, culturais ou psicológicos.

A educação dada na escola é sistemática, planejada e continuada, para uma clientela de crianças, adolescentes, jovens ou adultos, durante um período contínuo (ano letivo), em que todos os atores envolvidos no processo estão marcados pelos seus direitos e deveres, citados na hierarquia organizacional do sistema.

PROFESSORES ENSINAM ERRADO

“Os professores, mesmo de nível universitário, não conhecem bem a língua e ensinam errado aos alunos.”

PROFESSOR EVANILDO BECHARA

É parte de um depoimento do Prof. Evanildo Bechara à repórter Valéria Martins, do **Jornal de Letras**.

O filólogo Bechara, com 73 anos, é imortal da Academia Brasileira de Letras. Considerado um dos maiores especialistas em filologia e gramática portuguesa do mundo, sua opinião sobre os nossos professores deve ser avaliada com muita atenção. Somos obrigados a admitir que a situação é assustadora.

Quando a jornalista lhe pediu que justificasse a denúncia em relação aos professores, afirmou: “Outro dia me mostraram uma prova para a quinta série, ou seja, para alunos de 10 ou 11 anos, que era errada até do ponto de vista pedagógico. Trazia um texto da carta de Pero Vaz de Caminha, escrita em português antigo. Dizia assim: ‘mandamos em terras batéis e esquifes.’ No final do texto, havia um glossário onde ‘esquife’ aparecia como sinônimo de ‘caixão fúnebre’. Ora, ‘batéis’ são barcos grandes e ‘esquifes’, barcos pequenos. ‘Esquife’ é uma palavra estrangeira, um empréstimo que recebemos das línguas nórdicas. Ou seja, o professor não leu corretamente a carta de Pero Vaz de Caminha, não conhece o vocabulário da língua portuguesa e está passando noções erradas aos alunos numa prova. É gravíssimo.”

E disse mais: “Há muitos erros de português. O nível diminuiu muito, mesmo nos meios onde se deveria saber es-

crever corretamente. Mas esses profissionais são vítimas do mau ensino da língua, que já está institucionalizado. Hoje mesmo, eu estava analisando algumas provas de vestibular da PUC e da UFRJ. As interpretações que os próprios professores fazem nas questões são verdadeiros absurdos. São interpretações pessoais, nas quais os alunos não conseguem penetrar facilmente. Na parte de gramática, também há erros.”

Quem gostaria que seu filho aprendesse, na escola, noções erradas de gramática e textos com interpretações dúbias? São os desafios que se colocam para os cursos de formação de professores, na esperança das necessárias providências.

O profissional de educação precisa ser vocacionado. Entretanto, a remuneração dos professores é um problema, ainda insolúvel, o que vem afastando do magistério aqueles que fizeram excelentes cursos de formação e se preocupam com a atualização constante. Estes, certamente, optam por outros trabalhos. Não se pode deixar de registrar que os baixos salários impedem que o professor reserve uma verba para a compra de livros e pagamento de cursos de reciclagem – mal dá para comer e para vestir. E morar dignamente, então, nem se fala.

O investimento na melhoria dos recursos humanos dos profissionais da educação, principalmente em relação ao domínio da língua, é imprescindível e urgente. Seja professor de física, química ou qualquer outra disciplina, todos têm obrigação de falar e escrever corretamente o português. O exemplo é o maior aliado da educação. Isso para não citar a precariedade registrada nos cursos de Direito em relação ao vernáculo.

Para que as autoridades assumam a responsabilidade de manter cursos, promover oficinas, seminários e encontros para os professores, a fim de tê-los atualizados, é preciso que este ponto seja considerado prioritário no planejamento de qualquer governo municipal e estadual e as verbas, destinadas a esse programa, sejam de fato utilizadas para o crescimento pessoal e profissional do professor.

Enquanto se pode estimar o futuro, nas grandes nações, cada vez mais beneficiadas pela propagação da globalização, para nós não resta outra alternativa que não seja a adesão completa à prioridade educacional. A formação de professores e o seu treinamento constante gozam de absoluta prioridade, devendo entusiasmar os que se encontram sacrificados pelo desânimo. Se o futuro aponta para a Sociedade do Conhecimento, não podemos estar fora disso.

Ganharemos todos: os professores, os alunos e a educação brasileira.

A CLONAGEM DE TRABALHOS E A NOVA PEDAGOGIA

O assunto é delicado e hoje objeto de graves preocupações por parte de professores e especialistas. Escolas atentas e com um bom projeto pedagógico estão valorizando o emprego de manuscritos, sobretudo em aulas de Língua Portuguesa, para evitar que alguns alunos pretensamente espertos retirem seus textos dos abundantes e nem sempre valiosos sites existentes na Internet.

Sofre o ensino brasileiro, que vê parte dos seus alunos abandonar o hábito de freqüentar bibliotecas (quando isso

ocorria), para trocar pelo pouco trabalho de copiar o que lhes interessa na Internet. Exigir o trabalho “à mão”, como faz hoje o Colégio Interlagos, na Zona Sul de São Paulo, é para evitar a simples e desaconselhável cópia.

Na **Folha de S. Paulo**, de 23 de outubro de 2005, uma reportagem de Fábio Takahashi mostra que há plagiadores contumazes e colégios chamam o fenômeno de “clonagem de trabalhos”. Diz o professor Sérgio Ferreira do Amaral, da Unicamp: “Se o professor ler o trabalho, saberá se foi ou não copiado.”

Em outra matéria, no mesmo jornal, é mostrado como se evitar a cópia com a encenação de peças por parte dos alunos – e um amplo debate de que participa a platéia interessada. São defesas pedagógicas de democratização da informação, que não pode compactuar com esse tipo de ilícitude, sobretudo nas camadas mais jovens da população.

Se esse exemplo está sendo combatido nas escolas, o que dizer da sua condenável generalização? Não há qualquer justificativa para a apropriação intelectual indébita, em que campo ela estiver situada, seja em cursos de pós-graduação, como há ocorrências, ou em matéria que esteja sob julgamento da magistratura brasileira, considerada uma das mais competentes e dedicadas do mundo. A exceção é lamentável.

Uma forma de evitar tais espertezas é inaugurar, em 2006, um novo curso de Pedagogia. Já não é sem tempo. Seguramente desde a década de 80 que está sendo tentado um novo modelo, sem qualquer acordo entre as partes interessadas. Ao entrar no Conselho Federal de Educação, em 1986, recebemos do seu então presidente, professor Fernando Gay da Fonseca, a recomendação de uma dedicação

especial ao curso de Pedagogia, que então já precisava de uma grande reforma.

O tempo foi passando, tentativas surgiram, houve nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, mas não saímos dos fundamentos da velha Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. No fundo, os grandes reformistas que se reuniam nas Faculdades de Educação não queriam mudar nada. Só fazer onda, como tivemos experiência em “n” reuniões havidas em diversas capitais brasileiras.

O Conselho Nacional de Educação anuncia uma resolução, instituindo novas diretrizes curriculares para os cursos de licenciatura em Pedagogia. Serão extintas as habilitações de Supervisão, Orientação, Administração e Inspeção Escolar, que passam a ser oferecidas na pós-graduação, exigindo-se a experiência do magistério. A licenciatura em Pedagogia será destinada à formação de professores para Educação Infantil e para Anos Iniciais do Ensino Fundamental; para os cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal; e para Educação Profissional, nas áreas de serviços e apoio escolar. O novo curso de Pedagogia terá 3.200 horas de carga horária mínima. Vamos esperar que as coisas melhorem num dos pontos mais nevrálgicos da educação brasileira, que é a formação de professores e especialistas.

FAROL DO CONHECIMENTO

Na Bahia, falamos aos alunos do “Farol do Conhecimento”, iniciativa da professora Anaci Paim, hoje com mais de mil inscritos. Como não poderia deixar de ser, o tema foi a legislação educacional.

A lei n.º 9.394/96, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), é uma colcha de retalhos. Sem contar que há cláusulas de leis mais antigas (Lei n.º 4.024/61 e 5.540/68), que continuam em vigor.

Depois da LDB/96, tivemos a edição de outras 14 leis, modificando artigos mais e menos importantes, na média de mais de um por ano. Que cérebro poderá armazenar tamanha quantidade de normas, em tão curto espaço de tempo? Quem se dispuser a conhecer pormenorizadamente as leis educacionais do País terá que gravar na memória partes das leis de reformas anteriores a 1996, a própria LDB e mais novas leis, modificando algumas das suas cláusulas. Não é chegada a hora de consolidar tudo isso?

Dizem os nossos mais experientes educadores que as leis da educação, no Brasil, costumam ter a duração de aproximadamente dez anos. Se tivéssemos a plena convicção de que tudo se aprova, no governo ou no congresso, para o benefício do processo ainda haveria quem se acomodasse à idéia. Mas não é o caso. Esse nervosismo legal representa momentos, na condução do sistema educacional, com toques neoliberais ou mais abertos, conforme os ares internacionais, que sempre influenciam nações com as características da nossa.

Muda-se daqui e dali e ainda não sabemos identificar o verdadeiro conceito de autonomia universitária. Cada um registra a seu modo. Os professores e especialistas brasileiros continuam ganhando mal, no país inteiro, como se houvesse uma praga pairando sobre essa delicada questão. Ninguém entende a razão de não ter se encontrado uma solução plausível e democrática para o problema. É ridículo, hoje, afirmar-se que há um grupo de oligarcas pouco interessados

no progresso dos conhecimentos dos nossos estudantes, com vistas à sua manutenção na ignorância que ensina sempre aos espertos o aumento do seu enriquecimento. Temos mais de 50 milhões de brasileiros vivendo abaixo da linha de pobreza, com soluções paliativas que não levam à erradicação desse mal. Gratificações a fundo perdido não ensinam às novas gerações. A boa educação é que pode produzir melhores efeitos no mercado de trabalho. Com uma vantagem: será para sempre.

Citamos essa pletera de leis existentes, sem esquecer que há uma ameaça sobre as nossas cabeças: a proposta de uma lei de reforma universitária, que privilegia corporativismos e uma incrível sucessão de artigos nitidamente contrários à Constituição de 1988. Há uma teimosa insistência na aprovação dessa lei, que foi e voltou ao congresso sem o mínimo respaldo político, colocando os seus autores na berlinda. O que desejam ao propor uma lei inconstitucional? Não se criam mais cursos superiores noturnos, de preferência públicos, para diminuir a demanda que cai pela falta de recursos da população. Agora, a desculpa é a violência. Estamos hoje com menos de 5 milhões de universitários, quando as necessidades apontam para o triplo desse número, naturalmente prestigiando-se os cursos mais ligados ao processo de desenvolvimento econômico e social.

CAPÍTULO 6

EDUCAÇÃO E
TRABALHO

TROCANDO “PÁ E ENXADA” POR LÁPIS E CADERNO

Há muitas décadas, assistimos à luta para extinguir, ou pelo menos diminuir, o índice de analfabetismo no Brasil. Idéias mirabolantes já foram tentadas, mas os resultados não foram os mais desejados. Quem não se recorda dos trabalhos do Mobral, nos anos 70, e da Fundação Educar, nos anos 80, e mais recentemente, já no governo Lula, do Projeto Brasil Alfabetizado? Paralelo aos programas oficiais, muitas iniciativas têm sido tentadas para amenizar esse grave problema social.

Essa reflexão surge no momento em que se divulga um estudo, mostrando o aumento no nível de escolaridade entre os trabalhadores da indústria do Rio de Janeiro, de 1994 a 2003. Segundo o documento, o número de analfabetos caiu de 1,2% para 0,5% no período. Um dos exemplos notáveis, que podemos destacar, é o Programa “Alfabetizar é Construir”, desenvolvido pelo Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado do Rio de Janeiro (SINDUSCON-RIO), que, dentro do contexto da educação de jovens e adultos no Rio de Janeiro, é digno de elogios. Criado em 1990, o programa já alfabetizou mais de 10 mil operários, atingindo plenamente o seu objetivo, que é o de valorizar o trabalhador da construção civil, melhorar sua auto-estima e despertar a consciência da cidadania. Um detalhe importante, e que dá mais credibilidade, é que a metodologia do curso foi desenvolvida sob a orientação do educador Paulo Freire, que também participou do Grupo de Trabalho responsável pela implantação do programa.

O resultado dessa mudança de perfil educacional pode ser detectado no crescimento profissional e social consegui-

do por aqueles que trocaram, no final de seus expedientes, a “pá e a enxada” pelo “lápiz e o caderno”, nas salas implantadas nos próprios canteiros de obras.

Não podemos ignorar que os empregadores também são beneficiados com a melhoria da escolaridade dos trabalhadores. Afinal, devido à globalização, aumentou a competitividade no mercado, obrigando as empresas a investir na implantação de sistemas de gestão de qualidade. Para que a mão-de-obra possa acompanhar a evolução tecnológica, é necessário melhorar a qualificação.

Segundo a coordenadora do programa, Célia Macieira, o projeto pioneiro do sindicato fluminense acabou servindo de modelo para que outras entidades seguissem o caminho e criassem programas com o mesmo objetivo, em diversos estados brasileiros. O próprio Ministério da Educação reconheceu a importância do “Alfabetizar é Construir”, outorgando, em 1997, o “Prêmio Educação para a Qualidade do Trabalho”. É de exemplos assim que a nossa educação está necessitada.

EDUCAÇÃO, ESTÁGIO E TRABALHO

As recentes revelações dos testes de avaliação da educação básica são suficientemente claras para se concluir que estamos “descendo a ladeira”, em matéria de qualidade, nos últimos dez anos. Firmou-se o predomínio da escola particular, como era esperado, e mais do que nunca inferiu-se que não haverá o sonhado aperfeiçoamento sem que se atinja o ideal do tempo integral, a que se deve agregar a melhor formação dos professores e a garantia de uma remuneração decente.

No livro **Educação, estágio e trabalho** (Editora Integre), que tivemos a honra de escrever ao lado do educador Paulo Nathanael Pereira de Souza, por inspiração do CIEE/SP, há uma gama variada de observações sobre as graves deficiências do nosso processo educativo, como bem indica o acadêmico Murilo Melo Filho, no seu denso prefácio: “Surgem diariamente novas e sofisticadas profissões, em nosso mercado de trabalho, mas os nossos jovens não têm tido as devidas oportunidades de emprego. Até o estágio tem sofrido dificuldades.”

Sem entrar no mérito das judiciosas observações do nosso parceiro, pode-se acreditar que o ensino piorou em relação ao passado. Mais coisas são ensinadas e menos se apreende, numa relação inversamente proporcional. Há profissões impensáveis há alguns anos, mas hoje são necessárias diante do desenvolvimento científico e tecnológico, ressaltando-se a informática. Onde está a competência para trazer esse conhecimento ao cotidiano da escola?

O que mais nos falta, hoje em dia, é o capital humano preparado e atualizado, como bem requer o economista Luiz Gonzaga Bertelli, presidente executivo do Centro de Integração Empresa-Escola. Assim será possível realizar trabalhos úteis com diferentes graus de complexidade e especialização. O que se deseja é obter a visão possível da ação integradora de teoria e prática, desde que certos óbices incompreensíveis, como os obstáculos que se criam ao desenvolvimento da política nacional de estágios, uma preciosidade de que não devemos abrir mão.

Que há necessidade de desconstrução da educação brasileira, não há dúvida. Muitas leis, sem um mínimo de coerência, com a prevalência da desfigurada lei n.º 9.394/96,

vítima de pelo menos 14 emendas desestruturantes, pintam o quadro que coloca em risco toda uma nova geração. Quem se preocupa com isso?

Nossa população economicamente ativa, hoje superior a 75 milhões de brasileiros, tem a vergonhosa taxa de 4,5 anos de preparo, o que nos distancia de países como a Coréia do Sul e o Japão, nos quais é o dobro. Não se pode aceitar essa realidade.

Um grande instrumento de ensino mais acelerado é a educação à distância, que já assinala mais de um milhão de alunos em nossos centros de produção. Seria formidável para o país se déssemos prioridade a essa modalidade, como fizeram a Índia e a Irlanda, tornando-se líderes mundiais na fabricação de softwares educativos. Se eles fizeram (e ganham um dinheirão com as exportações), qual a razão que nos leva a uma certa timidez, no trato dessa matéria? Ainda mais quando se sabe que a Era Digital se apresenta em seus primórdios, com todas as chances de provocar monumental transformação? Estamos batalhando, no Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, organismo auxiliar do governo federal, para que esse atraso se transforme num imenso desafio, em que todos nos empenharemos, para ajuda à educação brasileira.

A VERGONHA DO TRABALHO INFANTIL

O Brasil exhibe aos olhos do mundo uma das faces mais perversas da sua ostensiva injustiça social: o trabalho infantil. Outro dia, na TV, chegamos ao constrangimento, na presença de visitas estrangeiras, quando o noticiário mos-

trou, de forma eloqüente, quantas crianças viviam do lixo, catando objetos, sujando as mãos, respirando o ar impuro desses locais. Quando o repórter perguntou a algumas delas se estavam satisfeitas com os resultados, mesmo de forma tímida foram capazes de balbuciar que “preferiam estar na escola”.

Uma triste realidade. Temos cerca de 3 milhões de crianças e jovens até os 16 anos de idade que trabalham no Brasil, muitas vezes (ou quase sempre) em péssimas condições de salubridade. Quem não se lembra das imagens dos que vivem nas carvoarias do Norte e do Nordeste, arriscando-se a doenças terríveis? Lembramo-nos de um voto dado, no Prêmio Imprensa Embratel, exatamente para a matéria que denunciava essa barbaridade contra o nosso futuro.

Quem gosta de enterrar a cabeça na areia, fingindo que não tem nada com isso, deve entender que são dados oficiais, do IBGE, não comportando tergiversações. Há um Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), em que o governo procura interessar os que se encontram nessa situação, oferecendo-lhes 40 reais por criança que deixa de trabalhar e volta aos estudos. Essa insignificância é oferecida às famílias, que, em geral, recebem o vergonhoso incentivo e continuam a manter os filhos nas condições anteriormente citadas.

A lei abre uma exceção para os aprendizes, que podem trabalhar a partir dos 14 anos de idade. E merece registro o esforço do Conanda (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente), vinculado à presidência da República, para que recursos públicos não financiem qualquer atividade econômica que empregue mão-de-obra infantil. O desrespeito a esse trabalho, que antes de tudo representa

um desserviço ao país que desejamos construir, se estabelece de forma escancarada, com base na garantia vigente de impunidade absoluta.

Empresas empregam menores de 18 anos em atividades perigosas, insalubres e às vezes noturnas, desconhecendo solenemente que melhor fariam, correspondendo às suas obrigações de responsabilidade social, se as enviassem a escolas possivelmente financiadas pelas próprias instituições, sem esperar que tudo venha a depender do Estado, precário no atendimento, como sempre.

Valeria a pena acompanhar os seminários e as publicações do Centro de Integração Empresa-Escola a respeito do tema, que se pode ligar, sem muito esforço, ao que é feito pelos estagiários em nosso país. Ali está um modelo a ser seguido ou imitado, mostrando que se pode realizar um trabalho adequado quando existe a prevalência de uma vontade política. Ou de uma decisão estratégica de enfrentar o problema. Uma visita às instalações do CIEE, por parte dos responsáveis oficiais, criaria excelente oportunidade para acreditar que se pode fazer, quando se quer mesmo resolver o problema.

CAPÍTULO 7

EDUCAÇÃO NO FUTURO

O LIVRO DO APOCALIPSE

Quando citamos o admirável mundo novo de celulares, laptops, Internet e MP3, estamos nos esquecendo dos milhões de excluídos sobre a face da Terra, que não têm nem o que comer. As cifras são chocantes: mais de um bilhão de pessoas no mundo (sobre)vive com menos de um dólar por dia; 11 milhões de crianças morrem anualmente de doenças que poderiam ser facilmente evitadas; 840 milhões de pessoas vivem com fome crônica e outro bilhão não tem acesso a água potável. Este é o panorama traçado pela maior pesquisa sobre a pobreza no mundo, elaborada por 265 especialistas em desenvolvimento e divulgado pela Organização das Nações Unidas em Nova York em 17 de janeiro de 2005.

Este verdadeiro Livro do Apocalipse do século 21, intitulado *Investindo no desenvolvimento: um plano prático para atingir os objetivos de desenvolvimento do milênio*, ocupa três mil páginas encadernadas em 13 livros e conclui que esta desgraça está longe de ser inexorável: se os países ricos cumprissem a promessa de investir 0,7% do seu Produto Interno Bruto (PIB) em ajuda ao desenvolvimento, mais de 500 milhões de pessoas poderiam sair da miséria e dezenas de milhares escapariam da morte, na próxima década. O Brasil não está fora do problema: embora a classe média das regiões urbanas viva em condições de Primeiro Mundo, nosso país abriga 13 bolsões de miséria que englobam 600 municípios em regiões com 26 milhões de pessoas, o equivalente à população do Marrocos e ocupando um território quatro vezes maior do que o da França. Segundo o coordenador-residente do sistema ONU no Brasil, Carlos Lopes, o país

poderia adotar, nesses locais, 16 ações de impacto rápido que constam do relatório *Investindo no desenvolvimento*.

No plano global, a ONU estabeleceu as suas Metas do Milênio, válidas para até 2015: erradicar a extrema pobreza e a fome; atingir o ensino básico universal; promover a igualdade entre os sexos e a autonomia da mulher; reduzir a mortalidade infantil; melhorar a condição de saúde materna (das gestantes); combater a AIDS, a malária e outras doenças; assegurar um meio ambiente sustentável; estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento.

Diretor do Instituto da Terra da Universidade de Columbia e diretor do Projeto do Milênio da ONU, o professor Jeffrey Sachs afirma: “O mundo tem tecnologia e *know-how* para acabar com a pobreza. Sejam claros: o sistema não está funcionando direito. Existe uma enorme preocupação com a paz e a guerra, mas uma preocupação muito menor com a pobreza e com os necessitados.” Segundo Sachs, a tragédia do fim do ano passado na Ásia mostrou que existe compaixão e solidariedade no mundo: “Agora é a hora de os países ricos se mobilizarem contra a tsunami silenciosa que mata milhões: a fome, a pobreza, a falta de acesso à água potável e doenças ligadas à falta de saneamento e educação.”

O mês de janeiro de 2005 aqueceu-se também com os fóruns globais de Davos (Suíça) e de Porto Alegre. O primeiro, o Fórum Econômico Mundial, reuniu os principais dirigentes mundiais, homens capazes de tomarem decisões concretas, mas preocupados acima de tudo com dinheiro e poder. O segundo, o Fórum Social Mundial, foi o costumeiro festival de ONGs e contestadores integrantes do que não se poderia mais chamar de *novíssima esquerda*, mas sim de *novíssimo protesto global* – uma vez que o embate ideológico

direita vs. esquerda morreu antes de entrarmos neste milênio. Os fóruns começaram com a notícia vinda de Londres de que as emissões de gases do efeito estufa poderão fazer as temperaturas globais sofrerem um aumento de até 11 graus Celsius, segundo as conclusões de um estudo em escala internacional – mais uma prova grave de que não estamos cuidando devidamente do nosso planeta.

A inclusão digital não poderia deixar de constar da pauta de Davos. E o Brasil foi de certa forma contemplado com uma das medidas de natureza prática tomadas: o Fórum Econômico Mundial anunciou a escolha do país como sede do projeto piloto do programa Itafe, Internet Access for Everyone (Acesso à Internet para todos). A idéia, lançada no Fórum de Davos de 2004 e mantida por grandes empresas do setor de hardware, software e consultorias, visa acima de tudo a promover a inclusão digital dos países emergentes. O Brasil sobrepujou a Índia e o Chile, cogitados inicialmente para sediar o programa. A medida é de extremo interesse para o país, um dos mais populosos do mundo, mas com um índice de apenas 8% da população conectada à Internet. Levamos a melhor nesta escolha principalmente pela extensão dos programas já em curso, como o PC Conectado, o de terminais públicos (as chamadas Casas Brasil) e o G-Sac, matriz do E-gover (governo eletrônico), além de iniciativas estaduais e municipais, como os telecentros paulistanos.

É louvável que a inclusão digital chegue para todos, mas não se deve esquecer também a inclusão de um bilhão de seres humanos ao direito de comida, água potável e saúde. Como salientou o presidente francês Jacques Chirac, para resolver o drama da miséria o mundo precisa mobilizar ape-

nas 3% do aumento anual da riqueza. Chirac propôs ainda a criação de uma taxa sobre o combustível usado no transporte aéreo e marítimo e a cobrança de um dólar sobre cada uma das três bilhões de passagens aéreas vendidas anualmente no mundo. E proclamou: “A juventude da África, da Ásia, e da América Latina reivindica, com toda razão, o seu direito a um futuro.”

OS DESAFIOS DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO

O século 20, tido como o período de maior liberdade que a sociedade humana já viveu, passou décadas debaixo da ditadura e da censura – talvez mais tempo até sob a opressão do que na plenitude democrática. Crucial nesta luta é a liberdade de expressão, tema que continua suscitando polêmicas e discussões até hoje.

Não se deve confundir liberdade com liberalidade ou até libertinagem de imprensa. A imprensa – denominada o Quarto Poder, depois do governo, do clero e do exército – nem sempre está a salvo de críticas. Já em 1920, numa conferência agora lançada em livro, **A imprensa e o dever da verdade**, Rui Barbosa declarava, falando com endereço certo: “Um país de imprensa degenerada ou degenerescente é portanto um país cego e um país miasmado, um país de idéias falsas e sentimentos pervertidos, um país que, explorado na sua consciência, não poderá lutar com os vícios que lhe exploram as instituições.”

“Todos têm o direito à liberdade de expressão e de opinião”, estabelece no seu artigo 19 a Declaração Universal

dos Direitos do Homem. No Brasil, desde a Independência, todas as constituições (excetuada a de 1937, do Estado Novo) garantem a liberdade de imprensa. A Constituição de 1988, em vigor, assegura no parágrafo 1º do artigo 220: “Nenhuma lei conterà dispositivo que possa constituir embargo à plena liberdade de informação jornalística.”

Tudo bem no papel, mas na prática as coisas são diferentes. O clientelismo e o poder econômico são os piores inimigos de uma imprensa livre. “A imprensa manda no povo e o capital manda na imprensa”, já dizia em 1883 o sociólogo Henry George.

A concorrência e a luta pelas vendas provocaram uma profissionalização *a fórceps* em nossa imprensa, a partir do fim da ditadura militar. Mas não se pode omitir que os grandes interesses comerciais ainda influem, com grande peso, nos bastidores da notícia. Mesmo assim, pudemos ver com satisfação que, na maioria das vezes, nas décadas recentes, a imprensa tem atuado como uma máquina bem lubrificada a serviço da verdade e do bem comum. Um dos episódios mais marcantes da liberdade de expressão foi o Caso Watergate (1972-74), em que dois repórteres do **Washington Post**, apoiados por seus editores e até pela proprietária do jornal, foram até o fim na sua investigação, desmascarando a rede de intrigas do homem mais poderoso do mundo, Richard Nixon, o presidente dos Estados Unidos, e provocando o seu *impeachment*. Vinte anos depois, tivemos uma reedição do “gate” entre nós, o Collorgate, quando o irmão do então presidente, Pedro, denunciou à revista **Veja** todos os meandros do Esquema PC, conduzindo ao *impeachment* de Fernando Collor de Mello.

No início era a palavra, mas a força do rádio levou à criação da diferença entre “imprensa falada” e “imprensa escri-

ta”. Com o advento da TV surgiu a “imprensa televisionada” ou, pior ainda, “televisiva”. Essa terminologia grotesca, se não ridícula, acabou substituída por um conceito mais “moderno”, importado da cultura anglo-americana por comunicólogos e publicitários – o de mídia, que abrange o conjunto dos meios de comunicação de massa. Curiosamente, a palavra original é latina: *media*, plural de *medium* (designando meio de comunicação). *Media*, pronunciado em inglês como *mídia*, entrou assim aportuguesado em nosso vocabulário. (Outra curiosidade é a existência do *mídia*, o profissional de publicidade que trata das relações com os veículos de comunicação.)

O termo *mídia* hoje abrange não só o conjunto dos meios de informação e comunicação (imprensa, rádio, TV, cinema, cartazes, etc.), como todo procedimento técnico que permita a distribuição, difusão ou comunicação das obras intelectuais escritas, visuais ou sonoras (imprensa, computador, videograma, satélite de comunicação, cabo de tele-distribuição, radiodifusão, televisão por ondas hertzianas, videografia difusa ou interativa e outros mais). Por tudo isso, mais do que um Quarto Poder, a Mídia se tornou quase uma espécie de Deus, um polvo que envolve praticamente toda a sociedade humana com seus longos e múltiplos tentáculos.

Um chavão que reflete uma verdade absoluta é a frase “A liberdade de um indivíduo termina onde começa a do outro”. James Fenimore Cooper, com a sua sabedoria de indigenista, já dizia em 1838: “A imprensa, como o fogo, é um excelente criado, mas um mestre terrível.” Os desastres que podem advir do mau uso da mídia são incalculáveis. Dois exemplos recentes estremeceram de certa forma as relações

entre Brasil e Estados Unidos: a “lambança” do correspondente do **New York Times**, Larry Rohter, primeiro ao extrapolar da sua função e fazer uma matéria sensacionalista sobre supostos hábitos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva; segundo, quando flagrou garotas de Ipanema obesas, numa reportagem de acentuado mau gosto, sem mencionar a total falta de importância jornalística. As garotas – nem tão garotas assim – eram turistas checas cinquentonas, que declararam sua intenção de processar o repórter, o fotógrafo, ou a própria publicação. Além de um pedido oficial de desculpas, o **New York Times** fez uma reparação na forma de uma reportagem especial laudatória sobre o Rio de Janeiro em seu caderno de turismo.

Se na imprensa, no rádio e na televisão os desmandos são mais passíveis de contestação e reparação, o mesmo não ocorre na Internet, um espaço totalmente incontrolável. Porém, isso já é outra história...

O ALUNO IDEAL

Quando se cria uma escola, por exemplo, de ensino médio, antes mesmo da formatação arquitetônica, é preciso pensar na sua alma. Ela se reflete na figura do aluno, que lhe dará vida e personalidade, juntamente com o que se espera do professor, na composição do corpo docente.

Elevando os níveis de exigência, o que se pode apresentar como características essenciais do aluno ideal ou próximo do ideal? Cada estabelecimento de ensino tem a sua missão, os seus objetivos. Hoje, nenhum deles pode se dissociar da qualidade, como fator fundamental da relação ensino-

aprendizagem. É a meta a ser buscada, tanto faz a escola ser diurna quanto noturna. Como explicar à sociedade que alunos do ensino noturno, exaustos de jornadas em geral cansativas de trabalho, estudem menos horas e tenham limitado o seu acesso a equipamentos como laboratórios, bibliotecas e computadores? É comum que tais elementos não estejam disponíveis à noite, entre outras razões alegadas por questões de segurança. Não dá para acreditar.

Em termos de avaliação, o procedimento aconselhável não passa necessariamente só por notas ou conceitos anteriores. Esta é apenas uma referência. Albert Einstein foi um péssimo aluno de ensino médio, com notas baixas em matemática, mas trazia em si o germe da genialidade que deu como maior consequência a criação da teoria da relatividade. Se tivesse sido avaliado somente pelas notas, o mundo poderia ter perdido uma das maiores figuras da ciência de todos os tempos.

O aluno precisa de aptidão para trabalhar na produção, desenvolvendo ações tanto no campo humanístico quanto na área tecnológica, para promover o necessário crescimento. Assim, na sua região, será elemento-chave das cadeias produtivas predominantes, que necessitam da sua boa e atualizada formação profissional. Ou viveremos eternamente dependendo da ciência e da tecnologia de fora? Daí a preocupação de capacitar trabalhadores que estejam aptos para atuar em suas respectivas regiões e, se necessário, em todo o país.

Dessa forma, o aluno deve ter bons princípios de organização e disciplina, iniciativa, espírito aberto às inovações, respeito à missão e objetivos da escola, além de acentuado grau de criatividade. Deve ser uma pessoa dotada de solida-

riedade, participativo, o que já se pode revelar aos 15 anos de idade, através de testes adequados. Deve ser também crítico e empreendedor. A ambição precisa ser limitada e a vaidade, comedida. O espírito de curiosidade é muito importante, pois assim serão sempre buscados novos conhecimentos, de que o mundo pós-moderno é pródigo. Um indivíduo acomodado dificilmente acompanhará as pegadas do progresso. Outra qualidade de relevo é o gosto pela leitura, para o uso conveniente dos recursos existentes em bibliotecas atualizadas e com características inteligentes. O amálgama desses elementos, em maior ou menor escala, poderá oferecer ao sistema um indivíduo plenamente apto a ser o elo essencial desta ambicionada cadeia escolar.

CAPÍTULO 8

ERROS DE PORTUGUÊS

O DRAGÃO, A FERA DA RUA LARGA

Há movimentos aparentemente contraditórios, hoje, em trato da língua portuguesa. De um lado, alguns jovens de escolas da Zona Sul divertem-se em seus computadores economizando vogais ou recriando o que se entende por fonética. O não é *naum*, assim como você se escreve simplesmente *vc*. Ainda não percebemos aonde querem chegar, mas o movimento está aí.

Como uma espécie de reação, embora difusa, cronistas de jornais consagrados promovem um movimento a seu modo. Resolveram atrair de volta à cena vocábulos que dormiam no esquecimento ou frases que pareciam abafadas num confortável arcaísmo. Foi o que ocorreu, por exemplo, com o inspirado Joaquim Ferreira dos Santos (*O Globo*), na crônica “As doces sirigaitas”. Ele cita Nelson Rodrigues, com quem convivi em algumas redações, aprendendo expressões que nunca mais saíram da minha cabeça, como “você é um biltre” (que li também em Eça de Queiroz) ou “mergulha de cabeça”, como sinônimo de “mete os peitos” ou “toca pra frente”. Hoje, isso tudo parece em desuso.

Gosto muito, quando elogiam alguma roupa que esteja usando, de afirmar logo, pra encerrar o assunto, que “comprei no Dragão”. Se o indivíduo for de meia-idade, logo atalha: “Aquele da rua Larga?” Respondendo afirmativamente e ainda dou pormenores: “Ao lado do prédio da Light.” Se não é verossímil, pelo menos tem a vantagem de cortar o assunto, que, de resto, não me interessa muito.

Outro termo que só me traz encantamento é “broto”. Chamo minhas netas de “broto”, elas riem, como se não estivessem entendendo.

Como explicar que esse era o grande elogio que se fazia às mulheres, nos gloriosos tempos da rádio Nacional, com o brilho do cantor Francisco Carlos, que fazia enorme sucesso com o seu “ai, ai, brotinho”. Parafraseando o poeta, mudaram os tempos ou fui eu que não evolui?

Lembramos o fato ocorrido num domingo, à tarde, na casa da Tijuca. Reunião de família, quando se pergunta que fim levou a namorada de um dos meus irmãos. A resposta foi típica de um comportamento da época. “Não houve jeito. Dei-lhe um bico!” Linguagem futebolística, pouco gentil, mas usual.

Antônio Houaiss, grande filólogo brasileiro, costumava afirmar que a língua portuguesa crescia à noite. Você acordava diariamente com uma porção de novidades, como se isso fosse inevitável. Numa sessão da ABL, perguntei-lhe pelo destino de tantas palavras que caíam em desuso. A explicação foi bastante clara: “Quando elas são importantes, ficam no vocabulário ortográfico ou até mesmo no dicionário, que é mais seletivo, com a rubrica ‘termo arcaico’. Mas quando saem mesmo de moda e nem foram muito bem percebidas, no linguajar popular, desaparecem para sempre, de morte morrida.” Isso é muito comum. Ainda bem que o notável diretor Maurício Shermann está criando um personagem que só usa palavras antigas – e certamente brilhará na televisão. Até que o termo Internet vá também para o espaço. Literalmente.

O DESCASO COM A LÍNGUA PORTUGUESA

É preocupante a falta de conhecimento de diversos profissionais de diferentes áreas em relação à Língua Portuguesa. Alegam essas pessoas que a simples troca de um z por um s não muda o valor de uma petição advocatícia, a receita de um médico ou, ainda, o relatório de um administrador. Puro engano: um texto mal escrito abala a imagem do profissional que o escreveu e, sem dúvida, desqualifica o trabalho.

Infelizmente, o descaso com o nosso idioma é notório.

Devemos ter cuidado com o que se fala e com o que se escreve, pois a nossa imagem está sempre sendo avaliada. A proliferação de “houveram”, “menas”, hs (para representar horas), mts para abreviar metro, o uso da 2.^a pessoa para o pronome V.Sa. e as constantes derrapadas na concordância verbal parecem um festival de mau gosto.

Conforme dissemos no auditório do **Correio Brasileiro**, em seminário promovido pelo CIEE, não deveria ser assim. O idioma português é o quinto mais falado do mundo, alcançando mais de 200 milhões de pessoas. A comunidade lusófona é constituída por Brasil, Portugal, Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe (os cinco últimos na África) e por Macau, Timor e Goa no Oriente, onde também esteve presente a colonização portuguesa. O saudoso especialista Sílvio Elia tinha certeza: apesar dos pesares, o Português está em expansão no mundo.

Hoje, estudantes de 14/15 anos estão às voltas com uma novidade cibernética: linguagem **icq**, sigla da expressão inglesa “I seek you”.

Eles se entendem (!) numa linguagem estranha. A explicação é que escrevem como se pronuncia. Por exemplo, o não é *naum* e João virou *Joaumm*.

Eles podem se comunicar entre si e com outros integrantes do sistema, conectados no *icq*, todos escrevendo a linguagem inovadora e discutível: “Vc goxta di lr?” As vogais sofrem, sobretudo o *e*, que pouco aparece.

Perguntei recentemente a uma adolescente se ela gostava de ler. Afirmou peremptoriamente que não: “Os livros são muito chatos.” Insisti em saber se a escolha não tinha sido infeliz, ela disse que não. E confessou que o *icq* era um barato, às vezes ficava horas conversando com colegas, amigos e até professores, perdendo a noção das horas. Em determinada ocasião, deu-se conta, ficou até depois da meia-noite nesse exercício de comunicação. Foi dormir feliz da vida.

Sou obrigado, como educador, a emitir a minha opinião. Não é favorável a essa ferramenta de comunicação on-line. O “eu procuro você” nasceu no Estado de Israel, provavelmente por motivos locais. Nós adotamos e, se for como brincadeira, tudo bem. A troca do livro, que é notoriamente um instrumento insubstituível de cultura, francamente, nem pensar.

Nossos estudantes lêem pouco, conseqüentemente quando têm que escrever “a sério” o desastre é inevitável. Se os jovens tomarem consciência da necessidade de separar o joio do trigo, o *icq* valerá como curiosidade. Mas se for permanente e substitutivo da nossa língua inculta e bela, estaremos perdidos. Os modismos são naturais nessa faixa etária. O perigo é a perpetuação desse hábito.

Entendemos até que a televisão pode ser incriminada nesse processo, com a valorização do linguajar chulo e po-

bre, característico de programas humorísticos ou até mesmo via novelas de baixo teor cultural. Sem puritanismos, podemos acusar a utilização frenética de palavrões por intermédio do vídeo como um modismo exagerado, criando uma dicotomia no espírito das crianças. Elas são contidas em casa pela educação mais rígida dos pais, mas têm a atenção despertada para a valorização dessas palavras na TV ou mesmo nas escolas, onde os *professores moderninhos* incorporam palavras antes proibidas no seu cotidiano. Isso leva a alguma coisa?

Crase, vírgula, ponto e vírgula são elementos indispensáveis da língua portuguesa. São muitas regras, é verdade, mas não há como fugir da sua aplicação. Por exemplo: separar o sujeito do verbo com uma vírgula é “pecado capital”.

A compreensão desse fato enseja uma profunda mudança no ensino do Português, sabendo-se, entretanto, que é o povo que faz a língua.

Pode-se concluir que a leitura liberta e leva a conhecer melhor o mundo, o outro e a si mesmo. A linguagem manifesta a liberdade criadora do homem.

A CPI DA LÍNGUA PORTUGUESA

Em recente noticiário da **Folha**, foi registrado o recorde de reprovação na seccional paulista da OAB. Dentre os 20.237 candidatos (advogados formados – bacharéis em Direito) o índice de reprovação foi de 92,8%, apenas 1.450 conseguiram aprovação. O Dr. Luiz Flávio Borges D’Urso, presidente da OAB/SP, acha que “há pessoas que chegam à prova e não sabem conjugar verbos ou colocar as palavras no

plural”, recomendando que “é preciso reagir”. Concordamos inteiramente com ele.

Muitos comunicadores, até renomados, com a desculpa de modernidade, erram à vontade, como acontece com frequência na CPI dos Correios. Pensamos, até, para ficar na moda, que se poderia criar a CPI da Língua Portuguesa. Os erros mais escandalosos seriam punidos com multas e até prisões, com leituras obrigatórias, como um dia pensou o deputado Aldo Rebelo. Isto sem esquecer as frequentes derapadas nas concordâncias verbal, nominal e pronominal.

Fui convidado pela equipe do **Fantástico** (TV Globo) para acompanhar um grupo de estudantes de 14/15 anos, às voltas com uma novidade cibernética: linguagem **icq**, sigla da expressão inglesa “I seek you”. O experimento teve lugar no Colégio Anglo Americano da Barra da Tijuca. Os jovens, meninos e meninas, eram sete, cada um pilotando o seu computador.

Eles se entendem (!) numa linguagem estranha. E me explicaram: “A gente escreve como se pronuncia. Virei para a direita e li no computador a menina perguntar “si stou tranquilo”. É claro que dei a resposta negativa. Não estou tranquilo porque a coisa é esquisita.

Estabeleci um diálogo curioso com os jovens. Eles se entendem entre si e podem também se comunicar com outros integrantes do sistema, conectados no **icq**. Todos escrevendo a linguagem inovadora e discutível: “Vc goxta di lr?” As vogais sofrem, sobretudo o *e*, que pouco aparece, como pude perceber. Então, perguntei a uma bonita menina de óculos:

– Os seus pais aprovam esse uso do computador, em casa?

Ela confessou que não. O pai, outro dia, aborrecido, entrou no sistema e corrigiu tudo. Ficou uma fera com o que ele qualificou como “desrespeito à língua de Camões”.

Insisti em saber da Júlia se ela gosta de ler. Afirmou peremptoriamente que não: Perguntei se a escolha não tem sido infeliz, ela diz que não. E confessa que o **icq** é um barato, às vezes fica horas conversando com colegas, amigos e até professores. Perde-se no horário. Em determinada ocasião, deu-se conta, ficou até depois da meia-noite nesse exercício de comunicação. Foi dormir feliz da vida.

Discuti com os alunos, na frente das câmeras, o que é linguagem popular e o que é norma culta. O João sabia direitinho a diferença e deu uma explicação convincente: “Se um dia depender de concurso público, para exercer uma profissão, precisarei utilizar a norma culta.” Se os jovens tomarem consciência dessa necessidade, separando o joio do trigo, o **icq** valerá como curiosidade. Mas se for permanente e substitutivo da nossa língua inculta e bela, estaremos perdidos.

Não se pode defender a existência de uma separação lingüística, dividindo o falar do rico e do pobre. Temos uma realidade plurilingüística, considerando-se basicamente que a norma culta deve ser respeitada sobretudo nos códigos escritos.

Está em funcionamento, em Brasília, o Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, que hoje presido com muita honra. A ele incumbe zelar, como órgão auxiliar do Senado, pelas questões normativas que se referem à radio-difusão e às telecomunicações brasileiras.

O nosso pensamento é levar o CCS a valorizar a língua portuguesa. Por que, por exemplo, não estimular a realiza-

ção de programas de rádio e TV que abordem tal problema, de suma gravidade para a nossa cultura?

LÍNGUA PORTUGUESA: O COMEÇO DE TUDO

Na nossa língua sente-se até hoje a influência indígena. Não poderia ser diferente, pois quando os descobridores aqui chegaram encontraram um povo – os índios – que era o habitante natural do lugar.

Com o passar do tempo, somos testemunhas de que os nativos foram sendo aculturados. A cultura indígena foi desrespeitada, o que provocou quase a extinção daquela etnia, inclusive a perda da língua original, pois há muitas sociedades indígenas que falam somente o português.

Estima-se que havia 1.300 línguas indígenas diferentes faladas no Brasil há 500 anos. Hoje, são 180. Entretanto, assimilamos dos silvícolas muitos vocábulos, tais como carioca e Ipanema, que permanecem na nossa cultura. O grande dicionarista Antenor Nascentes, cultor das línguas indígenas, demonstrou em seu dicionário da Academia Brasileira de Letras o vigor dessa contribuição de raiz à formação da nossa língua.

Há, no entanto, sinais indiscutíveis de degradação na língua portuguesa, hoje confusa e com limites imprecisos entre a norma culta e a linguagem popular, o que a torna de mais difícil apreensão. Ser moderno, nas camadas de cima da sociedade brasileira, não é só se vestir como recomendam os filmes, revistas e programas de televisão, mas também falar algo que se parece com o inglês, hoje a primeira língua de 500 milhões de pessoas.

Não custa insistir na barbaridade que é o batismo profano de pontos comerciais na Barra da Tijuca, onde se desenvolve uma verdadeira olimpíada de mau gosto, com nomes que nada têm a ver com a nossa cultura. Se já chegamos a imitar Miami, certamente estamos num caminho condenável.

A sorte é que ainda insistimos em apreciar Caetano Veloso, Chico Buarque, Martinho da Vila e Noca da Portela, para lembrar alguns dos que, teimosamente, se encontram na ativa de uma ação cultural eficaz.

Veza por outra, aborda-se o fenômeno da francofonia. São 170 milhões de falantes. O governo francês dá sinais de que tem interesse estratégico pela latinidade. Aos nossos ouvidos chegam apenas rumores, sem maior consistência. A lusofonia tem o seu espaço.

A ampliação dos laços que nos ligam à Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa (CPLP) está sempre em pauta. Isso é dito em ondas sucessivas, como aconteceu ainda recentemente com a independência do Timor Leste, que sofre hoje uma incrível pressão da Austrália para deixar o português de lado. A língua é oficial, mas falada por menos de 4% da população, índice que não está muito longe do que acontece com Moçambique, nação oficialmente integrada à Comunidade Britânica.

Há muito o que ser feito para reforço urgente da nossa comunidade, que não sobreviverá se for mantida apenas por belos poemas e discursos.

Vale a pena recordar um instigante pensamento do escritor mexicano Octavio Paz: “Quando um país se corrompe, a primeira coisa que se degrada é a linguagem.”

Concordo com ele.

ESTAMOS PERTO DO LINGÜICÍDIO?

Há muitos brasileiros preocupados com o destino da língua portuguesa, ainda hoje inculta e bela. Se há um propósito deliberado de assassinar o português, não se pode garantir que o caminho inexorável seja o nosso improvável lingüicídio. Até porque registram-se reações muito importantes ao aparente descaso com que a matéria é tratada.

Uma primeira e relevante resposta foi dada pela Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro, lançando o “Projeto de Incentivo à Leitura” (PIL), destinado aos seus milhares de alunos, com o enfoque predominante na poesia, um bom caminho para se amar a língua portuguesa no que talvez ela tenha de melhor.

Em seguida, agiu a Academia Brasileira de Letras, trazendo a lume a quarta edição do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, agora com 334 mil verbetes. Novas palavras, alguns arcaísmos cortados e uma estrutura mais moderna, chamando a atenção para os verbetes de origem estrangeira. Não devemos abandonar completamente o emprego do que representa a cultura de fora, mas sim evitar os exageros que nos colocam no nível de países mais atrasados. Menos, menos, como dizem os nossos humoristas, com razão própria.

Não existe ainda o Acordo Ortográfico de Unificação da Língua Portuguesa, paralisado desde 1990. Falta a aprovação dos parlamentos de nações como Angola, Moçambique, Timor Leste e Guiné-Bissau. Um dia isso ainda irá ocorrer, por uma questão de inteligência, diante do mundo caracterizado pelo uso intensivo do computador.

Se estamos preocupados com o problema da unificação, é interessante considerar que isso talvez se origine em conceitos da história da Torre de Babel, onde se registram expressões que convêm recordar:

“Ora, em toda a terra havia apenas uma só linguagem e uma só maneira de falar.”

“Disse o Senhor: eis que o povo é um, e todos têm a mesma linguagem.”

“Vinde, desçamos e confundamos ali a sua linguagem, para que um não entenda a linguagem do outro.”

“Chamou-se-lhe por isso o nome de Babel, porque ali confundiu o Senhor a linguagem de toda a Terra, e dali os dispersou por toda a superfície.”

Com uma população relativamente pequena pôde o Senhor propor essa dispersão. Mas depois que aumentou o número de seres humanos, é claro que o Todo-Poderoso distinguiu cada povo, dando-lhe identidade, o que se mede principalmente pela língua falada e escrita. Do ponto de vista geopolítico, a língua portuguesa tem a sua unidade e ela deve ser amplamente exercida. Pequenas diferenças, corrigidas pela unificação, podem lhe dar uma força maior ainda, no conjunto das nações. Importante mesmo é a conscientização do povo para a importância da língua portuguesa que precisa ser respeitada sempre.

Esses temas foram tratados na conferência que fiz no Colégio André Maurois, no Rio de Janeiro, sobre a importância da poesia na literatura brasileira. Eram 300 jovens,

vindos de outras escolas públicas também, para debater o trabalho de alguns dos nossos maiores poetas. Pode chamar a atenção de alunos e professores para a poesia sentida de Gonçalves Dias, Castro Alves, Vinícius de Moraes, Casimiro de Abreu, Álvares de Azevedo e até mesmo Machado de Assis, com o seu clássico “Poema a Carolina”. Já imaginaram quanta riqueza cultural acumulamos ao longo dos nossos cinco séculos?

LÍNGUA DE FORA

Há poucos anos, houve um sério debate, nos meios intelectuais brasileiros, quando o Itamaraty resolveu abolir o francês dos seus exames de admissão. Não é difícil lembrar que se argumentou muito com o seguinte fato: o mundo, no caminho inexorável da globalização, está preferindo o inglês como língua universal. Por que sobrecarregar os nossos futuros diplomatas com a língua francesa, que já não seria mais tão importante assim?

Protestos aqui e ali, houve quem recordasse que o francês é língua latina, devíamos ser solidários à francofonia, mas não adiantou. Foi-se o francês, apesar da resistência.

Estamos vivendo outro momento, este ainda mais confuso e de difícil justificativa. Talvez os mesmos “gênios” que tiraram o francês voltaram a sua cisma para a língua inglesa, retirando a obrigatoriedade dos exames de admissão. Nem francês, nem inglês. As línguas serão estudadas ao longo do curso e não serão mais exigidas à entrada. Alguns mais radicais atribuíram essa última decisão ao espírito antiame-

nista que estaria prevalecendo nos meios oficiais. É claro que os mais esclarecidos não acreditam nisso, pois os Estados Unidos são os nossos maiores parceiros comerciais, a muitas léguas de distância do segundo colocado. Dificultar o entendimento a quem poderá servir?

Outros acham que seria uma forma de impedir a invasão de termos estrangeiros em nossa língua. Basta estancar os excessos e não aceitar tudo o que os marqueteiros colocam nos anúncios veiculados, misturando prédios, alimentação e computadores. Pena severa, como sempre quis o deputado Aldo Rabelo, para os transgressores. A França aceita o “franglais”, mas em doses homeopáticas. Aqui no Brasil, como tudo é gigantesco, falta moderação nesse capítulo e um excesso leva a outro excesso. Ninguém tira vantagem no processo.

Para sermos claros: o Itamaraty não deveria ter defenestrado o francês, nem o inglês, nos exames de acesso ao Instituto Rio Branco. Cometeu uma dupla falta, talvez inclusive por desconhecer os efeitos poderosos que esses exames provocam, de cima para baixo, nos estudos em nível médio. Acompanhamos o que houve nos exames vestibulares, bem de perto, para poder afiançar que as mudanças ocorridas nos últimos 10 anos, como a introdução das provas discursivas (redação), tiveram significativa influência nas aulas de português dos nossos colégios. Se o sistema não melhorou tudo o que deveria, pelo menos trouxe um pouco mais de liberdade de raciocínio aos nossos jovens, obrigados a desenvolver temas da atualidade em linguagem própria e com um português aperfeiçoado.

Nisso tudo há um pouco de falta do que fazer. Em lugar de medidas dessa natureza, melhor seria que nos em-

penhássemos numa cruzada nacional em benefício da língua portuguesa, que houvesse um eficiente treinamento nacional de professores (com o uso da TV), para que não fôssemos obrigados a corrigir provas com uma redação abaixo da crítica.

QUANDO A ESCOLA ERA NORMAL

Nunca se soube exatamente por que acabou o título de Escola Normal, que começou exatamente com a primeira delas, no século 19, na cidade de Niterói. O auge dessas instituições, espalhadas pelo Brasil, pode ter ocorrido entre as décadas de 40 a 70. Formaram os melhores professores e certamente tinham os melhores mestres. No Rio, rivalizavam com os do clássico Colégio Pedro II, padrão de excelência nacional.

No começo dos anos 40, morador na rua Senador Furta-
do, bem defronte ao tradicional prédio da rua Mariz e Bar-
ros, na Tijuca, fui matriculado por meus pais no jardim de
infância. Eu e minha irmã Rachel, um ano mais nova.

Como era difícil atravessar a rua, tráfego intenso, inclusi-
ve de bondes, éramos levados cada dia por um irmão mais
velho (são três) e entregues à professora Paulina. Esta, que
depois se tornaria minha amada sogra, lembra que era cada
dia um irmão diferente, e sempre com a mesma atitude:
“Cumprimentem a professora.” Esticávamos os bracinhos e
cumpríamos a tarefa. Pronto, o irmão dava as costas e volta-
va para casa. Na época, tinha cinco anos. Foi a minha primei-
ra escola – e pública.

Vivia ali um ambiente de felicidade. As atividades eram agradáveis, dormia-se depois do almoço, ouvindo música que vinha de um vitrolão situado no centro do pátio, e a esteira fazia o papel de cama, aliás, confortável. Como não existia televisão, era mesmo na escola que nos ambientávamos com as letras do nosso alfabeto. Posso proclamar que aprendi a ler e a escrever na Escola Normal do Rio de Janeiro. Isso é muito importante na formação do indivíduo. E é sempre considerado quando a vida nos leva pelos caminhos traçados pelo destino. A lembrança da dona Paulina, falecida aos 90 anos de idade, não nos sai da cabeça. Misto de amor e gratidão pelos primeiros tempos na escola. Ela, aliás, fazia questão de contar a história. Lembrou-se de mim, anos mais tarde, porque se recordou do sobrenome esquisito e das figuras dos irmãos sempre educados. Ela foi responsável por mim exatamente no ano em que estava grávida da sua primeira filha, Gilda. Vinte e cinco anos mais depois, casei com a sua segunda filha, Ruth. Felizes para sempre.

Anos mais tarde, voltei à sede do Instituto de Educação. Não era mais o aluno ou o professor, mas o Secretário de Estado de Educação e Cultura. Providenciei enorme reforma na sede, incluindo a recuperação da sua piscina e do seu teatro, que batizei com o nome do educador Fernando de Azevedo. Palco de grandes realizações de arte-educação, como foram os Festivais Estudantis de Música Popular Brasileira e Teatro. Emocionante as entregas dos prêmios, divididos entre grupos da capital e de muitas cidades do interior fluminense.

O Instituto de Educação também foi palco de aulas excepcionais. Grandes mestres por lá passaram, deixando lições admiráveis. Não há uma data para marcar a decadência

da instituição. Certamente deve ter sido a partir da lei n.º 5.692/71, quando a profissionalização se tornou obrigatória e houve uma absurda generalização, sem condições para isso. Fizeram gato e sapato das boas escolas. Quando isso acabou, o estrago estava feito. Mas a imagem soberana e cabente da Escola Normal jamais foi esquecida. É o que a Faetec/RJ busca hoje resgatar.

“EU TE PAGO PRA QUÊ”?

Discute-se muito a estrutura do ensino, em nosso País. A escola deve ser assim, são tantos alunos por professor, olhe a biblioteca, não esqueça o laboratório. Cotas pra cá e pra lá, métodos como o montessoriano, teorias como a de Jean Piaget. E o resultado disso tudo?

Estamos preocupados com o tipo de aluno que sai desse verdadeiro liquidificador. Sobre isso, pouquíssimas discussões. Seria de bom alvitre comparar o aluno de hoje com o de ontem, muito mais respeitoso, embora dispondo de uma soma bem menor de conhecimentos. Os de 30 ou 40 anos atrás não tiveram acesso às inacreditáveis conquistas dos tempos modernos, todas elas naturalmente discutidas em classe, como acontece com as células-tronco, e outras benfeitorias que nos colocam diante da possibilidade da clonagem humana, apesar das restrições de muitas das religiões com as quais convivemos.

Outra característica é o comportamento nos dias de hoje, numa escola. Levantar da cadeira, como prova de respeito, quando entra o professor, nem pensar. Questionar a

avaliação é moda, sobretudo nas escolas particulares. Houve uma forte discussão entre uma professora e sua aluna e isso nos foi contado pela primeira delas. A aluna, por sinal bonita, aproximou-se da mestra e reclamou que a última prova foi feita sem que pudessem ser consultados livros usuais. “Assim não vale”, disse a jovem, ao que a professora redargüiu: “Quando você se apresentar para um emprego, ninguém vai consultar livro. Você terá que dar as respostas na hora, com aquilo que está dentro da sua cabeça.”

Outros alunos se aproximaram da professora, no intervalo, de forma quase ameaçadora. Era uma escola particular de nível superior. A conversa acabou quando outra moça, de maneira agressiva, reclamando da atitude da professora, gritou a plenos pulmões: “Eu te pago pra quê?” Como não era bolsista, achou-se no direito de fazer esse tipo de agressão, claro que inadmissível. O que se paga na escola não é só para adquirir conhecimentos, mas também para uma boa educação, que será de extrema valia diante das dificuldades da vida. Essa forma de humilhação, hoje corrente, mostra a perda de qualidade no relacionamento aluno-professor. Isso precisa ser revisto.

Convive-se, igualmente, é preciso proclamar, com a ameaça de armas nas mãos de menores. Não raro, são utilizadas para ameaçar ou ferir desafetos, sobretudo nas regiões periféricas. Mas não deixa de ser também um jeito de intimidar os mestres. Fala-se muito na existência desse risco, mas não são tomadas providências. Autoridades sugeriram a instalação de detectores de metal, na entrada das escolas, para prevenir contra esses abusos, mas de concreto nada foi feito. Infelizmente, são hábitos da modernidade e alguns deles adquiridos pelos maus exemplos de fora. A imprensa

divulga os crimes ocorridos em outros países – e isso já chegou ao Brasil – para infelicidade nossa. O que nos angustia é a falta de providências oficiais. Mais uma vez, só a edição do estatuto da criança e do adolescente não é suficiente para colher melhores resultados.

CAPÍTULO 9

LDB

A REFORMA QUE NÃO REFORMA

Estamos em plena discussão a respeito da reforma universitária, o que é democraticamente saudável. Há quem manifeste estranheza diante da proposta do MEC, apresentada pelo então ministro Tarso Genro, no dia 6 de dezembro de 2004. Talvez ela não fosse necessária, bastando os instrumentos legais hoje existentes, especialmente a Constituição e a LDB.

A simples verificação de que houve quatro decretos e 15 portarias, no ano de 2004, oriundos do MEC, praticamente responde à dúvida: com esse rondó pedagógico o melhor talvez seja consolidar tudo numa nova lei, mas elaborada com os cuidados devidos. Por exemplo: respeitar a Constituição é a primeira e mais louvável das preocupações.

No afã de modernizar o ensino superior, retirando-o da influência do neoliberalismo, não há como defender o seu giro em direção a um populismo condenável, expresso na prática exagerada do participacionismo.

O MEC pede sugestões, mas não pode se aborrecer quando elas são dadas. Ninguém quer impor nada, apenas participar deste momento da educação brasileira. Darcy Ribeiro conduziu a construção da lei n.º 9.394/96, que criou os Institutos Superiores de Educação. Foi aplaudido de norte a sul. Seria o resgate da antiga e saudosa Escola Normal. Oito anos depois da implementação da LDB, o MEC (o mesmo MEC) oferece à comunidade um anteprojeto, em que o ISE não mais existe. Essas idas e vindas quebram a credibilidade do sistema, mostram insegurança na condução dos nossos caminhos, deixam tontos os educadores que confiam na orientação oficial. Que justificativa poderá ser apresentada, se nem houve tempo para experimentar?

Com a pletora de Medidas Provisórias (uma das quais criou o Prouni), decretos e portarias, além dos pareceres nem sempre respeitados do Conselho Nacional de Educação, temos feito, na verdade, uma reforma universitária fragmentada, aos pedaços, quase caótica. Não é a opinião de um curioso, mas de quem conhece a universidade pública por dentro, depois de um convívio de quase meio século, como aluno, dirigente estudantil, membro do conselho universitário, professor titular concursado, diretor de centro setorial e até vice-chanceler. Nunca se viveu um ambiente assim conturbado, de resultados pífiros.

Um grupo de trabalho, constituído pela Confederação Nacional do Comércio, empresta a sua colaboração, partindo de premissas essenciais. A primeira delas é que o anteprojeto é inconstitucional, entre outras razões porque discrimina a livre iniciativa. Cumprir as normas gerais da educação nacional não elimina o que tem sido na prática uma cláusula pétrea.

No artigo 3.º há metas – e com prazo fixo – o que em leis têm sido sempre desrespeitadas. Já houve prazo para erradicar o analfabetismo, para baixar percentuais de recursos utilizados em educação superior, tudo sem nenhum efeito. Aliás, o texto não explicita de onde virão os recursos financeiros para aumentar a quantidade de vagas, pagar melhor aos professores e abastecer os laboratórios que hoje mais parecem obras de ficção. Sem dinheiro, qual é o milagre?

Se o estado é soberano, como entendemos, como se justifica a tentativa federal de sucessivas intervenções? Essa confusão é parte da invasão proposta pelo anteprojeto – e que deve ser contida. Nas entidades privadas não cabe interferência do poder público, de forma ostensiva, sobretudo no

que se refere às formas de gestão. Se isso não ocorre em outras atividades da vida nacional, não vemos como defender as amarras propostas para o setor educacional.

Há o cuidado de explicitar melhor as “universidades especializadas”, o que é saudável, mas o que serão os “cursos especializados por campo do saber” só Deus sabe. Não há grande vantagem no engessamento da duração dos cursos de graduação e deve ser mais estudada a questão da autonomia suspensa dos centros universitários, que foi criada pela antiga direção do MEC (gestão Paulo Renato). Isso faz parte do drama das descontinuidades, que infelicita a nossa educação.

Os artigos 14, 17, 32, 38, 39, 48 e 72 são nitidamente inconstitucionais, apesar do desejo de interpretá-los como avanços. Provocarão um festival de ações na Justiça, provavelmente paralisando o sistema nacional de educação, no seu fluxo natural. Em síntese, operando com toda boa vontade, na análise dos 100 artigos propostos pelo anteprojeto oficial, não há como deixar de apresentar essas ressalvas, a que se pode agregar outras como o incrível artigo 41, que prevê o percentual de 75% do orçamento do MEC para manutenção e desenvolvimento do ensino superior. Um absurdo que certamente jamais será cumprido, em virtude das obrigações oficiais com a educação básica, agora ampliada com a absorção da educação infantil. Ainda há tempo para melhorar esse documento, com as luzes da razão. Como está não reforma, complica. E talvez seja até inoportuno.

A REVOLUÇÃO POSSÍVEL

Ninguém duvida que a educação brasileira está mesmo precisando de uma revolução. Devem ser revistos os seus alicerces, envelhecidos por práticas confusas e de pouca efetividade. Com a experiência de tantos anos dedicados à educação e uma boa passagem pela Universidade de Brasília, consideramos oportunas as sugestões feitas pelo ex-ministro Cristovam Buarque ao senador Renan Calheiros, presidente do Senado da República, no primeiro trimestre de 2007.

Quanto mais não seja, para provocar os indispensáveis debates. Algumas são bem originais, como a Lei de Metas para a Educação e a Lei de Responsabilidade Educacional. Para facilitar o alcance de metas como o que se prevê na formação adequada dos professores até 2010 e a ampliação da autonomia das universidades federais, criado o Conselho Nacional do Magistério.

Cita também o problema crucial da falta de entrosamento entre a universidade e o ensino médio, reconhecido que “o ensino superior é a base da acumulação do capital do conhecimento – e por isso merece um programa de reformulação”.

O senador Buarque, ex-governador do Distrito Federal, clama pela modernização do equipamento das escolas, especialmente os de teleinformática e multimídia. Pede a mobilização de todas as instituições públicas e privadas que possam dar a sua contribuição a esse esforço, como se fez em tantas nações hoje desenvolvidas. Lembra que é necessário o envolvimento dos meios de comunicação e das famílias, na revolução educacional. Sem o que fica tudo mais difícil.

Sugere a criação de canais educativos de reforço escolar, dando naturalmente um novo sentido à atual discussão sobre o adequado uso da TV Digital, com a ampliação de sinais abertos para educação, cultura e cidadania. Se isso não se fizer de modo inteligente, as novas tecnologias de nada servirão para mudar o atual quadro de carências. Assim, será bem mais simples estabelecer o chamado “pacto de excelência”, que não é para durar apenas um ou dois mandatos presidencial. Deve-se prolongar no tempo e no espaço.

Há um dado interessante, nessas considerações, que é o custo de fazer e a prática; acrescente-se o custo da omissão, que naturalmente é caríssimo.

Nem todos os pontos focados pelo senador pernambucano podem ser considerados sem um debate esclarecedor. Exemplifica-se com a idéia do Conselho da República para a Educação, a nosso ver uma diminuição desnecessária das atribuições que cabem ao Conselho Nacional de Educação, que caminha por vias pouco claras, mas é o grande órgão normativo do MEC. A proposta termina de modo objetivo: “A única revolução possível e lógica no mundo de hoje é por meio da educação. Em vez de estatizar capital, financeiro ou físico, disseminar o capital conhecimento, usar lápis em vez de fuzis, professores em vez de guerrilheiros; e no lugar de trincheiras e barricadas, escolas.”

Aí está um tema instigante, para ampla reflexão.

CAPÍTULO 10

JUDAÍSMO

MULHER ILUMINADA

Há controvérsias, na história brasileira, sobre o número certo de Brancas Dias com que contamos. A versão mais verossímil é a do Recife, nascida em Lisboa. Teve 11 filhos. Embarcou para Pernambuco, ao encontro do seu marido Diogo. Viveu dias ditosos e infelizes, no engenho do Camaragibe. A outra Branca que pode ter existido é a da Paraíba, que teria sido uma heroína judia, vítima da Inquisição.

Para a pesquisadora e escritora Míriam Halfim, a escolha ficou com a primeira delas – e assim construiu uma bela peça de teatro, com o título **Senhora de Engenho, Entre a Cruz e a Torá**, que ganhou o primeiro lugar do Prêmio Literário da cidade do Recife, em 2004.

Se investido de crítico, não há o que retocar no texto de Míriam. As cenas são muito bem conduzidas, inclusive com inteligentes soluções de luz. Como se fosse o trabalho de uma veterana, nessa difícil arte.

A figura forte do enredo é mesmo Branca Dias, desde que chegou em Pernambuco, ao encontro do marido Diogo. Este, sofrendo as agruras da solidão, enquanto esperava a esposa, acabou namorando Madalena e com ela teve a filha Briolanja, de temperamento extremamente difícil. O convívio das duas famílias de Diogo Fernandes, no engenho, não foi dos mais agradáveis, pois passam a ser comuns as cenas de inveja e ódio, tendo como causa as origens religiosas de uma e outra. Branca Dias, extremamente judia, guardando com a filha Brites uma Torá (doutrina judaica) preciosa, enquanto de outro lado a predominância era da tradição católica, própria das cristãs velhas. Estas não precisavam disfarçar a sua crença; aquelas deveriam fingir-se de cristãs-novas,

enquanto na sua alma havia impregnada toda a sensação de um judaísmo forte e sempre presente.

O desenrolar da peça é enriquecido pela presença de uma grande figura da nossa história, Bento Teixeira, primeiro poeta da colônia. O mestre-escola judeu sofreu inúmeras adversidades, algumas provocadas pelo infeliz casamento com a desagradável Felipa, que chegou a desdenhar por muitas vezes da sua condição judaica. Ele encontrava amparo na casa de Branca Dias e participava das suas cerimônias religiosas, para comemorar secretamente as grandes datas. Ao lado disso, foi peça-chave quando Branca tomou a corajosa decisão de tornar-se também mestre-escola, para ajudar o marido a recuperar o engenho, depois de destruído por índios caetés. Foi justamente nessa quadra que se sentiu a imensa força da heroína, nos cinco anos em que fez da educação a sua principal atividade. Já havia experimentado sua vocação com o próprio filho Manuel Alonso, que nascera sem os braços. Aprendeu a escrever com o pé, com os ensinamentos ministrados pela própria mãe.

Branca Dias fora presa em Lisboa, depois obrigada ao uso forçado do sambenito. Quando chegou ao Brasil estava cheia de esperança: “Seremos felizes aqui, bem longe e a salvo da asquerosa e odienta Inquisição.” Ela se deixara prender para dar a oportunidade ao marido de fugir para o Brasil e assim se ver a salvo. Até que ela pudesse se juntar a ele novamente.

Nas alternativas propostas pelas várias cenas ficou patente o amor da família pelo engenho de Camaragibe, onde foram vividas passagens de fé, amor e milagre, com a claríssima presença de Branca Dias como mulher iluminada. A síntese está nessa frase, por ela proferida enquanto olhava para

fora: “O Camaragibe é mesmo uma bela propriedade. Aqui vivemos tantas coisas boas, tantas alegrias; algumas tristezas também. Muitas, pensando bem. Mas eu me recuso a dar peso maior às más experiências. Acho que no fundo, apesar de tudo, sou uma otimista. Não será nada fácil viver sem o perfume do jardim, do pomar, desta terra maravilhosa.” Desde que, é claro, não fosse impedida de professar a sua fé secular.

A mais convicta das filhas de Branca Dias foi Brites, fisicamente lesionada, mas de um caráter excepcional. Dizia ela que a única inveja desculpável é a do saber, “porque faz a gente querer melhorar sempre”. Viveu para a religião, foi guardiã da Torá, e bem mais velha foi denunciada, presa e embarcada para Lisboa, onde saiu em auto-de-fé, condenada a cárcere e uso do sambenito perpétuo. A tradição reza que morreu na fogueira, enquanto Bento Teixeira, também denunciado, morreu na prisão em Lisboa. Branca Dias foi denunciada, mas morreu antes de se instalar a Inquisição em Pernambuco, embora outra versão a faça vítima também da fogueira.

De todo modo, a escritora Miriam Halfim, de forma competente, reviveu instantes de sofrimento vividos pela comunidade judaica no Brasil. Realizou trabalho de grande valor histórico e literário.

O SARCASMO EM ANTÔNIO JOSÉ DA SILVA, O JUDEU

O Tribunal do Santo Ofício, abominável em sua essência, operou no Brasil cerca de 240 anos, com a matriz situa-

da em Portugal, onde teve mais de 280 anos de existência. Foram várias as injustiças cometidas contra os judeus, com processos infames e descabidos. Com isso, muitos foram sacrificados e outros viveram na clandestinidade, sem poder professar claramente a sua fé original.

O nome de Antônio José da Silva, o Judeu, é um dos mais notáveis e emblemáticos. Nascido no Rio de Janeiro, em 1705, sempre foi considerado descendente de judeus. Com seu pai, mudou-se para Lisboa aos oito anos de idade, para acompanhar a mãe prisioneira, acusada de praticar o judaísmo, como se isso fosse crime em qualquer época.

Antônio José escreveu diversas peças teatrais, alcançando fama e popularidade, no dizer do estudioso Salomão Serebrenick, autor do célebre **Quatro séculos de vida judaica no Brasil** (Edições Biblos, Rio de Janeiro, 1962). São suas palavras:

Como de suas peças, genialmente arquitetadas, com frequência extravasasse um sarcasmo sem rebuços contra a torpe atividade da Inquisição, esta o marcou e não mais descansou no afã de eliminá-lo.

Era como então se interpretava o sagrado direito à opinião. A primeira tentativa de calar o poeta foi a intimidação, sendo-lhes confiscados os bens e esmagando-se os seus dedos – ato praticado na Igreja de São Domingos, em 13 de outubro de 1726 – na esperança de que assim ficasse impedido de manejar sua pena mordaz. O efeito foi o contrário, acirrando-lhe o ódio contra o Tribunal. Então, a tática foi outra: criou-se uma rede de denúncias e falsos testemunhos, como a de que ele ria quando ouvia falar o nome de Cristo, jejuava às segundas e quintas-feiras, vestia roupa limpa aos

sábados e rezava o Padre Nosso, substituindo no final o nome de Jesus pelo de Abraão e o Deus de Israel.

Acabou inapelavelmente condenado à pena capital, em 11 de março de 1739, sendo queimado em 21 de outubro do mesmo ano, em praça pública, como se fosse um grande espetáculo. Não faltaram requintes de crueldade: foram obrigados a assistir ao ato sua mãe septuagenária, sua mulher e sua filha de quatro anos. Uma lamentável exibição, que não exime os responsáveis pela Igreja daqueles tempos tenebrosos. Confundir com a Igreja Católica de hoje, no entanto, é um equívoco de que devemos nos divorciar. Não pode haver essa culpa eterna.

A realidade e a ficção, na obra de Antônio José da Silva, o Judeu, estão presentes num dos seus grandes biógrafos: Camilo Castelo Branco. O seu martírio se desprende das páginas do livro, para retratar o advogado e cristão-novo pertinaz, ou seja, aquele que não se arrepende, mesmo diante da morte iminente. Isso também está muito claro na obra, de extraordinário valor histórico, da especialista Anita Novinsky, titular da Universidade de São Paulo. O seu trabalho é feito de muita paixão, mesmo quando, imitando Antônio José, dirige-se ao “leitor desapaixonado”. Como se pudesse existir essa categoria, quando se trata de lidar com tamanhas brutalidades, numa época em que a delação poderia ser moeda de troca de uma vida. Praticada até mesmo entre irmãos, como era comum na ocasião.

Para o acadêmico Moacyr Scliar, os judeus deram importante contribuição à cultura brasileira. Marrano foi o primeiro poeta brasileiro, Bento Teixeira, assim como marrano foi o seu primeiro grande dramaturgo, Antônio José da Silva. Apesar da permanente ameaça, por mais de dois séculos, os

judéus aferraram-se às suas crenças e costumes, dando raro exemplo de dignidade. Um breve interregno ocorreu apenas quando do domínio holandês, no Nordeste brasileiro (1624-1654). Sob os tolerantes calvinistas, puderam os judeus praticar a sua religião e prosperaram do ponto de vista econômico.

Não se diga que faltou a Portugal o sábio aconselhamento do padre Antônio Vieira a respeito das perseguições aos judeus. Em várias correspondências e atitudes públicas, o autor de *Os Sermões* tomou corajosas posições, o que lhe valeu uma prisão de dois anos e três meses. Uma carta ao rei D. João IV é bem elucidativa: “Uma opinião se espalhou pelo mundo e nos tem feito grandes danos: a de que Vossa Majestade é pouco afeito aos homens de Nação, os quais, de outro modo, poderão ser muito úteis a Portugal, pelo muito que poderão nos dar, adotando o país como sua pátria.”

Foi o que não pensaram os algozes de Antônio José da Silva, o Judeu, e tantas outras vítimas da lamentável Inquisição.

CAPÍTULO 11

PREMIAÇÕES

NEM TUDO ESTÁ PERDIDO

Um dos nossos orgulhos é manter com o ex-ministro Ernane Galvêas uma boa relação de amizade. Embora ele seja predominantemente economista, com brilhante passagem pela Universidade de Yale, não descansa das suas preocupações, como brasileiro, pelo destino da nossa educação. É rara a semana em que não trocamos informações sobre o que se passa no mundo da pedagogia. Ora para discutir métodos de alfabetização de jovens e adultos, ora para orientar a posição da Confederação Nacional do Comércio no que se refere à reforma universitária. O presidente Antonio Oliveira Santos deseja colaborar com os esforços do MEC, mostrando um vigoroso empenho na valorização do setor terciário da economia. Há uma tendência, na praça, de pensar a nova universidade segundo padrões industriais, como se pudéssemos descurar das políticas de recursos humanos dos setores primário (agricultura) e terciário (comércio), sem esquecer o hoje existente e progressista setor quaternário, onde se abriga a informática.

A última conversa com Galvêas foi animada. Ele reclamou, com justa razão, que fizemos menção aos bons resultados do projeto “Escrevendo o Futuro”, promovido pela Fundação Itaú. Integramos o júri que escolheu os melhores trabalhos, dentre os mais de um milhão apresentados, das 10 mil escolas públicas que, em todo o Brasil, inscreveram-se no concurso, com o objetivo de prestigiar a língua portuguesa. Mas esquecemos de citar o nome da escola e da professora, que merecem as homenagens de todos nós, pois certamente foram essenciais na sua formação, ao lado dos pais.

Estamos fazendo melhor. Vamos dar os nomes dos três vencedores, como forma de prestigiar os que se esforçaram mais, no sentido de destacar o quanto devemos nos preocupar com a língua de Camões e Manuel Bandeira. Aí vai a relação: 1.º) Giselle Santos de Paula (“No morro não tem só bandido”) – Escola Municipal Alice Tibiriçá (Rio de Janeiro) – Professora Myrian Rodrigues da Silva Munhoz; 2.º) Tairine Silva Ribeiro (“Da lamparina à energia elétrica”) – Escola Estadual Professora Joanita Carvalho (cidade de São João de Iracema – SP) – Professora Mary Silveira Oliveira Codinhoto; 3.º) Euler Júnior Machado (“Minha terra, minha gente”) – Escola Municipal José Henrique Avelar (cidade de Santo Antônio do Amparo – MG) – Professora Rosely Jacqueline da Silva Oliveira.

A que conclusão podemos chegar? Em grandes centros urbanos ou em pequenas cidades do interior, em favelas ou em conjuntos habitacionais, desde que haja uma vontade clara é possível trabalhar com afinco pelo nosso idioma. Louve-se, no caso, a figura da diretora da escola pública, elemento-chave desse processo, e principalmente a professora, em geral mal remunerada, mas que não esconde o seu grande amor pela missão que anima a sua vida. Somos testemunhas disso, viajando por todos os municípios do Rio de Janeiro, quando ocupamos a Secretaria Estadual de Educação (quatro anos) e sentindo, de forma inequívoca, o que é o exercício pleno de uma vocação sagrada. O concurso revelou isso na plenitude, mostrando que nem tudo está perdido.

VIVALEITURA

Enfim, uma boa idéia. Fala-se tanto na necessidade de criar um plano nacional de leitura, artigos são escritos com relativa abundância, mas na prática o que se vê são ações pontuais, que têm duração dos dias da sua realização. Ou seja, nada duradouro, definitivo, como se deve esperar de uma necessidade desse porte.

Busca-se constituir um Plano Nacional de Leitura e do Livro. Não é um esforço isolado, pois tem a participação de 21 nações, no ano de 2005, com o nome de **Vivaleitura**, que se confunde, de propósito, com o Ano Ibero-Americano da Leitura. Certamente, órgãos como as Secretarias Estaduais de Cultura têm uma presença significativa no evento, como está acontecendo no Rio de Janeiro, por intermédio da Biblioteca Pública Estadual, um centro irradiador de ações expressivas em favor da leitura em nosso País, sob a direção de Ana Lygia Medeiros.

O curioso é que essa idéia coincide com as comemorações, no mundo inteiro, em torno dos 400 anos de lançamento da obra-prima de Miguel de Cervantes, que é o **D. Quixote**. No Instituto Metropolitano de Altos Estudos, em São Paulo, participamos de um maravilhoso debate sobre essa efeméride, em que falaram intelectuais de diferentes formações, como Ives Gandra Martins, Celso Láfer, Rodolfo Konder, Edevaldo Alves da Silva, Luís Gonzaga Belluzzo, César Calegari e José Aristodemo Pinotti, entre outros. Cada um deu a sua visão sobre a permanência desse clássico, no imaginário popular, elogiando a capacidade de Cervantes, com o seu estilo irônico ou sarcástico, de criticar os romances da época sobre a cavalaria andante. O engenhoso

D.Quixote seria a personificação da busca de utopias aparentemente irrealizáveis, o que deu vida a uma extraordinária música de Chico Buarque, cantada por Maria Betânia, intitulada *Sonho impossível*.

A propósito, lembramos de dois fatos de grande repercussão: primeiro foi a encenação, no teatro Adolpho Bloch, da peça **O homem de la Mancha**, dirigida por Flávio Rangel, com Paulo Autran, Bibi Ferreira e um incrível Sancho Pança – Grande Otelo. A cena da morte do cavaleiro, suas últimas palavras, levaram-nos às lágrimas. Depois, o Prêmio da Latinitude, concedido pelas Academias Francesa e Brasileira de Letras, em 1998, ao escritor mexicano Carlos Fuentes. Este, ao receber as homenagens pela premiação, em discurso, no Rio de Janeiro, falou sobre “Machado de la Mancha”, mostrando prováveis semelhanças entre as obras de Miguel de Cervantes e Machado de Assis. Uma comparação erudita e inteligente, apesar da época em que cada um viveu, com uma diferença de cerca de 300 anos.

Voltamos ao Ano Ibero-Americano da Leitura. Busca-se maior inclusão social e desenvolvimento na região, com o envolvimento de chefes de Estado, para que a leitura se torne tema prioritário nas iniciativas governamentais. O Brasil quer construir uma nação de cidadãos leitores. Deve participar ativamente, com a atualização das suas bibliotecas públicas, a construção de outras, e uma política bastante consistente de valorização do gosto pela leitura. Tudo com a participação de todos os envolvidos no processo.

JUSTA PREMIAÇÃO

Mais uma vez, com o cuidado de sempre, a Fundação Bunge realizou o encontro dos jurados para a escolha dos vencedores dos seus prêmios, que já se chamaram Moinho Santista. Completando 50 anos de atividades, no Brasil, desta feita decidiram premiar os destaques nacionais nas áreas de Agronegócio, Educação Fundamental, Física e Romance.

O júri, presidido com lucidez pelo acadêmico Miguel Reale, hoje com 94 anos de idade, deu a vitória, respectivamente, às seguintes personalidades: Ernesto Paterniani, Terezinha Saraiva, Sérgio Rezende e Lygia Fagundes Telles, além dos quatro prêmios dedicados à Juventude (até a idade de 35 anos).

Quase 100 personalidades ganharam essa láurea, que é das mais importantes do País, visando à valorização do melhor que os brasileiros produzem, expandindo fronteiras e desbravando o novo. Isso deve ser reconhecido, para servir de estímulo à produção do conhecimento, em áreas diversificadas, nas quais devemos estar preparados para a competição internacional. É o que sempre repete o escritor Rui Altenfelder, superintendente da Fundação Bunge.

A escritora e acadêmica Lygia Fagundes Telles tem sido, merecidamente, muito premiada este ano. Inclusive ganhou o “Prêmio Camões”, concedido anualmente pelos governos do Brasil e de Portugal. Sabemos do seu relevo com conhecimento de causa. Em 1993, integramos o júri que se reuniu em Lisboa. Depois de cinco horas de debate, a escolhida foi a inesquecível Rachel de Queiroz, cuja obra era reconhecida em Portugal como das maiores produzidas em nosso País. Com a láurea vieram 100 mil dólares.

Outra premiada da Fundação Bunge, em 2005, foi a professora Terezinha Saraiva, figura ímpar da educação do Rio de Janeiro. Foi Secretária de Educação do Estado e do Município da Capital, realizando sempre trabalhos notáveis de valorização do ensino fundamental. A ela se deve a universalização do atendimento a esse nível, numa cidade-estado com grandes problemas de acesso à escola. Mobilizou suas professoras para a “batalha”, encontrou respaldo, deu gratificações antes inexistentes, e tornou-se vitoriosa. Inclusive quando criou o “inspetor da obrigatoriedade escolar”, acabando com as quase inexplicáveis classes ociosas. São também de sua autoria a *Operação Escola* e a *Carta Escolar*.

Pensando em Terezinha Saraiva é possível recorrer a uma entrevista concedida pelo acadêmico Rubem Alves à publicação *Cidadania* (n.º 26): “Escrevo para fazer os professores pensar. Gosto da vida. Eu vivo, gosto das crianças e de brincar, amo a natureza, gosto de escrever, para grandes e pequenos.” De onde se propõe a ilação?

É que a vencedora do Prêmio Bunge de Educação foi professora na comunidade do Salgueiro, não se limitou aos cursos feitos, nem ao aprendizado que se encontra nos livros. Tomou conhecimento da realidade indo ao encontro dos seus alunos, trocando a teoria nem sempre convincente pela prática insubstituível.

CAPÍTULO 12

POLÍTICA

DIÁLOGO COM O POVO

Temos a sensação de que já foi mais fácil ser representante do povo nas casas legislativas. Era menos gente envolvida, responsabilidades mais acanhadas, menos exigências. Hoje, é preciso louvar os que têm a coragem do sacrifício, embora o reconhecimento esteja longe de ser sequer razoável.

Acompanhamos há bons anos a carreira de Jorge Picciani, na Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Só de PMDB ele tem mais de 10 anos, fugindo ao hábito da troca sucessiva de partidos, o que deixa o povo, de certa forma, embaralhado com a questão de estilos e convicções, sem contar a ideologia. Picciani tem uma tradição e o respeito dos seus pares, tanto que foi presidente da Alerj e agora retorna à presidência, numa eleição garantida. Isso não é para qualquer um.

Numa conversa com ele, sentimos a seriedade dos seus projetos e o empenho de envolver os herdeiros políticos, como é o caso do filho Leonardo, no mesmo modo de servir. O que mais nos chamou a atenção foi o cuidado com a representatividade dos prefeitos, aos quais busca atender com um carinho especial. Afirma ser essa a sua obrigação – e por isso é reconhecido.

Outro aspecto que se destaca, no exame da gestão de Jorge Picciani, é a paixão pela mídia eletrônica. Estreou o canal a cabo, assegurando uma nova fase nas relações da Assembléia com a população: “Trata-se de um instrumento a serviço da democracia, permitindo fiscalizar o desempenho e a assiduidade dos deputados estaduais.” Breve, segundo se afirma, virá também a TV aberta, ampliando o acesso a essas informações, com a característica primordial da interati-

vidade, ou seja, o povo participará dos debates e das sugestões, não ficando como mero espectador de um processo que precisa ser mesmo dinâmico.

Lembramo-nos do quanto eram ouvidas as sessões da Câmara de Vereadores, há 50 anos. Quando havia tempo, era gostoso focalizar a audiência na rádio Roquete Pinto, para acompanhar os grandes oradores da época, como o inesquecível político Luís Paes Leme. E o Rio era bem mais simples do que hoje, sem tantos problemas de saúde, saneamento, proliferação de favelas, etc.

Moderniza-se o legislativo fluminense – e ganhamos todos. Louve-se igualmente a decisão do deputado Jorge Picciani no que se refere ao fórum permanente por ele criado. Há duas vertentes essenciais nesse trabalho: estimular a expansão da economia fluminense, em íntima cooperação com o governo estadual, e descobrir novas vocações regionais, para o que é intenção do presidente da Alerj dar o apoio possível às ações desenvolvidas pelas Secretarias Estaduais. Infra-estrutura, comércio exterior, cultura, indústria, legislação e responsabilidade social serão atividades compartilhadas, com evidente ganho geral.

A razão desse entusiasmo não é o fato de ser um empenho inusitado do Legislativo fluminense, mas a criação de um clima nem sempre existente de cooperação harmoniosa, sem que se desprezem as diferenças existentes. Elas serão sempre respeitadas, mas com a prevalência do interesse público. É a missão primeira e mais importante da Escola do Legislativo, outra bela criação da nova casa. Serão formados especialistas em Direito, Finanças e Políticas Públicas, além de Administração, para servir de apoio à produção de leis e projetos em defesa da população do estado do Rio de Janeiro.

A GÍRIA QUE ESTÁ NA MODA

Muitos jornais repetiram a frase de Fernando Henrique Cardoso: “O PT está mais bêbado do que peru na véspera de Carnaval.” Eu sabia que, em nossa terra, costuma-se embebedar o peru na véspera de Natal, mas o ex-presidente, que pensa que pode tudo, mudou a época. Recebeu críticas de todo lado. Abstraindo-se o fato de ser ex-presidente, o que exige um certo recato na linguagem, FHC valeu-se de um lugar-comum para exagerar no ataque ao partido adversário. Teria utilizado gíria?

O conceito é amplo, como demonstra com muita propriedade o jornalista e escritor J.B. Serra e Gurgel, amigo dos velhos tempos de jornalismo, que agora chega à sétima edição do seu conhecido livro dedicado às gírias praticadas na língua portuguesa.

Deixando FHC de lado, podemos classificar de utilíssimo o trabalho do amigo. Paciente como um chinês (todos os chineses são pacientes?), Serra e Gurgel, que hoje vive em Brasília, relacionou um sem-número de gírias, até porque cada região tem as suas próprias características, no manejo da nossa língua.

Tive o privilégio de conviver muitos anos com a figura admirável do acadêmico R. Magalhães Jr. Chegávamos cedo à redação da revista *Manchete* e antes que o expediente pesado tivesse início, o que ocorria a partir das 9 horas, repasávamos os nossos assuntos, pessoais e profissionais, como dois bons amigos, embora a distância da idade fingisse nos separar.

Era uma grande e solidária figura humana, além de pesquisador emérito. E lembro que R. Magalhães Jr., também

teatrólogo, falava do seu interesse pela gíria brasileira. Certamente para colocar nos seus diálogos teatrais, pois não seria para uso nas sessões literárias da Academia Brasileira de Letras, onde se pratica predominantemente a norma culta de nosso vernáculo.

Faço essas considerações a propósito do trabalho do jornalista, antropólogo e pesquisador J.B. Serra e Gurgel, um homem sério em tudo o que faz (e faz bem). Suas raízes de formação hão de tê-lo induzido à realização da obra, que agora atinge a glória da sétima edição. Costumo dizer que o vestibular do escritor está na passagem da primeira para a segunda edição, quando o público aprova o trabalho e lhe dá consagração.

Encontrei Serra e Gurgel, depois de um bom tempo sem nos vermos. Ele vive em Brasília, na Esplanada dos Ministérios, eu no Rio de Janeiro. Seus olhos brilharam quando falou no seu *Dicionário de Gíria*: 'Mestre Arnaldo, é um sonho que se realiza!' Concordo com ele e apenas discordo quando me disse que 'a gíria agride a língua-padrão'.

Lembrei-me do utilizadíssimo ditado '*vox populi, vox Dei*' (voz do povo, voz de Deus). Se o o nosso povo (não somente os malandros) encurta a distância entre o falar e o compreender através da gíria, como anular a sua existência ou condená-la sumariamente?

A gíria não é um modismo lingüístico utilizado apenas pelas camadas mais pobres da população. Incorporou-se aos usos e costumes do nosso vernáculo, não sendo justo qualificá-la como expressão de segunda categoria. Pelo menos esse é o meu pensamento.

A obra é rica de signos e significados. Concordo com a observação do autor do que ela 'é manifestação da língua vi-

va', representando apreciável vertente de nosso vernáculo. Se assim não fosse, como justificar a inclusão de tantas expressões de uso corrente no *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*, obra elaborada pelo filólogo Antonio Houaiss para a Academia Brasileira de Letras? São mais de 350 mil verbetes cadastrados, muitos dos quais relativos ao que se convencionou chamar de gíria brasileira.

CAPÍTULO 13

PERSONALIDADES

A REAL DIMENSÃO DO PADRE VIEIRA

Não há como estranhar a repercussão de qualquer trabalho, literário ou não, que seja feito a respeito da vida e da obra do padre Antônio Vieira. Mesmo não tendo nascido no Brasil, aqui desenvolveu ações tão intensas – e por muitos anos – e se tornou uma das figuras estelares da nossa cultura.

De obra vastíssima, com intensa atuação política, conselheiro e legado especial do rei de Portugal, D. João IV, Vieira foi personagem de debates em Paris, Amsterdã e Haia, a respeito dos interesses lusitanos no comércio internacional. Daí pode ter advindo a sua defesa dos comerciantes judeus da época, grandes financistas, que poderiam tirar Portugal da crise, se lhes fossem dadas condições dignas de sobrevivência, mesmo que nas colônias espalhadas pelo mundo, a principal das quais era o Brasil.

No livro de Evaldo Cabral de Melo, intitulado **O negócio do Brasil**, é possível entender com clareza os acontecimentos políticos, comerciais e militares da época que sucedeu à presença holandesa entre nós. Vieira é lembrado por suas cartas e o “papel forte” exercido. Como afirmou o escritor Vasco Mariz, na conferência sobre Vieira (**Carta Mensal**, maio de 2004), este, com o imenso prestígio que desfrutava junto ao rei, passou a advogar a causa dos cristãos-novos. O governo deixaria os seus bens livres do fisco e seria decretada a abolição da distinção entre cristãos-novos e cristãos-velhos. Essas facilidades foram abortadas pela interferência da Inquisição. E também pela reação à idéia de entregar o Nordeste aos holandeses, em busca da paz com Portugal. O desagrado aos inquisidores custou ao religioso dois

anos de prisão, de 1665 a 1667. Voltou a pregar na Capela Real, em virtude da comiseração da rainha.

Com todas essas idéias formigando, pensamos na realização do livro **Padre Antônio Vieira e os judeus** (Editora Imago), há pouco lançado no Rio de Janeiro. A idéia cristalizou-se em 1989, quando, na sinagoga da Associação Religiosa Israelita, o poeta Augusto Frederico Schmidt realizou aplaudida conferência, num brilhante improviso. A conversa posterior com a acadêmica Rachel de Queiroz levou-nos à obra, brilhantemente prefaciada pelo escritor Antônio Carlos Villaça. São suas palavras: “Imenso Vieira. Figura absolutamente genial. De uma flexibilidade, de uma concreitude, de um senso do real que faz dele um grande político. Foi três coisas: pregador, moralista e político.”

UM PERÍODO EMBLEMÁTICO

O livro foi recebido de forma simpática pela crítica. Segundo o acadêmico Antônio Olinto, “ele aclara momentos de uma vida que foi uma luta contínua contra a Inquisição, contra a escravidão de negros e de índios, contra a burrice geral dos governantes, contra os campos de concentração antecipados em que foi preso... Vieira enfrentou a oposição dos poderosos de então, a incompreensão e o ódio de parte da população média, ao se colocar abertamente na linha de defesa da nação de Israel, dos cristãos-novos, dos judeus, enfim”.

O século XVII foi um período emblemático para o Brasil. Vieira colocou sempre a sua poderosa eloquência a serviço do que, na época, se compreendia como direito à li-

berdade. Viveu muitos anos, mas ao final crivado de doenças. Apesar das dificuldades que enfrentou, com a mão quebrada e quase cego, conseguiu ditar várias cartas a amigos de Portugal, dotado ainda de combatividade. A carta de 31 de julho de 1694, uma espécie de carta de despedida, é bastante reveladora:

“E para que o despacho deste forçado memorial não pareça gênero de ingratidão da minha parte, senão contrato útil de ambas, e muito digno de aceitação, sirva-se V. Exa. de considerar que, se me falta uma mão para escrever, me ficam duas mais livres para levantar ao Céu, e encomendar a Deus os mesmos a quem não escrevo, com muito maior correspondência do meu agradecimento, porque uma carta em cada frota é memória de uma vez cada ano, e as de oração de todas as horas são lembranças de muitas vezes de cada dia...”

Um dos prazeres intelectuais que mais cultivamos é trocar correspondência com a grande escritora Anita Novinsky. Está preparando um livro com inéditas revelações, sob o título **Uma nova leitura sobre o padre Antônio Vieira**. Antes, a professora da USP elaborou três artigos sobre o tema, o que levou a sua inspiração à idéia de criar o Museu da Intolerância, à semelhança do que existe em Los Angeles. Será uma extensão do Laboratório de Estudos sobre a Intolerância, já em funcionamento na Universidade de São Paulo.

Vale referir ainda que Vieira, sobretudo nos seus últimos anos, viveu cercado de judaizantes e cristãos-novos. Na sua obra-prima, intitulada *Clavis Prophetarum*, enfatiza os so-

nhos de reconciliação entre judeus e cristãos. Aprofunda, para isso, suas leituras sobre as Sagradas Escrituras, na esperança de que, juntando a Lei Antiga e a Lei Nova, haja um só rebanho e um só pastor.

UM HERÓI NACIONAL

O acaso faz das suas. Embora conhecesse pessoalmente o marechal Waldemar Levy Cardoso, avô do meu amigo Eduardo Levy Cardoso, só agora tive a oportunidade de conversar demoradamente com o grande e exemplar militar brasileiro. Foi na casa de D. Lily de Carvalho Marinho, no Cosme Velho, onde se reuniram os membros da Associação que congrega os homenageados pelo governo da França com a prestigiada Legion d'Honneur.

Aproximando-se em cadeira de rodas (“fui vítima de uma queda”), cumprimentou-me calorosamente, para depois se dirigir com não menos entusiasmo ao médico Ivo Pitanguy: “Aprecio muito o senhor, que só faz embelezar o mundo.” A conversa prosperou, demonstrando uma primeira e grande descoberta: a memória daquele homem de 104 anos, nascido em dezembro de 1900, no Rio de Janeiro, não conhecia panes. Discorria sem dificuldades sobre o passado e o presente (“minha esposa não pôde vir porque a saúde não permitiu. Ela está com 97 anos de idade.”).

Ganhei a festa. O marechal, acompanhado da filha e do genro, também militar, discorreu sobre diversos aspectos da guerra na Itália, onde esteve na frente de combate, onde foi ferido gravemente, mas conseguiu salvar-se, segundo ele, graças a uma pequena medalha de Santa Bárbara que lhe foi

dada pela mulher, na véspera da partida para a guerra. “Sou judeu, não nego, mas Santa Bárbara, a quem venero, foi quem salvou a minha vida.”

Amante da matemática, o marechal Waldemar Levy Cardoso desenvolve uma lógica especial para explicar a sua mistura de religiões: “Minha mãe era muito religiosa. Tinha o sobrenome Levy. Não queria que me casasse fora da religião judaica, mas aconteceu. Quando nasceu o meu filho César, infelizmente morto em Itu (SP) num acidente de automóvel, aos 40 anos de idade, nele tínhamos feito a circuncisão. Com as outras duas filhas não houve problema.” E deu um amplo sorriso.

Entremeando a conversa com goles de uísque, sempre firme em suas lembranças, o marechal Waldemar Levy Cardoso recordou sua passagem pela Petrobras e o quanto essa empresa é importante para o futuro do Brasil. “Ser seu presidente foi uma das maiores honras da minha vida.”

Depois, sempre sorrindo, voltou a falar do amor por sua esposa. Explicou as razões da longevidade de ambos e prometeu: “Vou levá-la até os 100 anos, pelo menos.”

Falou da sua vida regrada e, provocado, não deu uma razão objetiva para chegar assim lúcido aos 104 anos: “Não se pode dizer que seja uma questão genética, pois os meus pais morreram cedo.”

E voltou às origens do sobrenome: “Sei que há Cardosos que são de origem judaica, mas não é o meu caso. É nome de origem portuguesa. O meu confessado judaísmo provém do sobrenome Levy, da minha mãe, com origem provável na Argélia. Disso me orgulho muito, pode crer.” Uma figura notável da história do Brasil.

LEMBRANÇAS DE JOSÉ VERÍSSIMO

A primeira lembrança de José Veríssimo vem à minha memória a partir de uma visita feita à Oficina Literária Afrânio Coutinho (OLAC), no Leblon. Discutimos o futuro da educação brasileira e o grande crítico literário me aconselhou a ler o que pensava o autor paraense, nascido em Óbidos, em 1857. Havia idéias que, já naquela época, se adotadas continham uma nítida característica de modernidade. O nosso grande Afrânio subiu as escadas da sua biblioteca e trouxe lá do alto um volume fininho, mas denso, que me deu carinhosamente de presente. Jamais me afastei dele. Era sobre a educação brasileira.

Depois, pude me deter mais sobre a vida e a obra de José Veríssimo, que chegou a estudar engenharia no Rio de Janeiro, sem concluir o curso, voltando para o seu estado, onde fundou e dirigiu a **Revista Amazônica**. Autor de diversos ensaios sobre a Amazônia, retornou ao Rio, onde exerceu o magistério na Escola Normal e no Colégio Pedro II. Foi fundador e primeiro ocupante da Cadeira n.º 18 da Academia Brasileira de Letras.

Como crítico, acompanhou no **Jornal do Brasil** as reformas implantadas por Benjamin Constant em 1890, quando nasceu o primeiro Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos. Foi a base do seu clássico **A educação nacional**, editado em 1906. Não se deteve apenas nas insuficiências da educação escolar, mas repassou com uma límpida visão de sociólogo muito da realidade de uma vida doméstica e social do Brasil daquele tempo, com os vícios que a corrompiam, e que o secular regime da escravidão havia arraigado profundamente nos nossos costumes.

José Veríssimo dirigiu a terceira fase da **Revista Brasileira**, de 1895 a 1899, e na ABL recebeu João Ribeiro em 30 de novembro de 1899, tendo sido secretário-geral de 1909 a 1912. Chegou a presidir a Academia nas diversas ausências de Rui Barbosa e participou de acaloradas discussões sobre filosofia e questões ortográficas.

Faleceu em 1916, deixando notáveis obras como a **História da literatura brasileira**. Constituiu com Araripe Jr. e Silvío Romero a trindade crítica da era naturalista, com pontos de vista bastante distintos. A sua crítica tem a permanente presença do equilíbrio e da ordem, a que ele juntava pensamentos filosóficos e morais, reforçando o crítico no educador. Para ele, criticar é compreender.

Deixou diversos estudos e ensaios, como **Cenas da vida amazônica**, **A Amazônia** e, na Pedagogia, **A instrução pública e a imprensa**. Foi um crítico da escolha de Benjamin Constant para a Pasta da Educação, citando a sua falta de competência, apesar da “benemérita inspiração superior com que executou a sua tarefa”. A reforma dos ensinos primário e secundário, em 1890, pecou pela excessiva liberalidade dada aos estados e municípios, já na ocasião sem recursos financeiros para essas tarefas.

Assunto ainda oportuníssimo, criticou a prevista gratuidade nos estudos superiores, sem um meio adequado de fiscalização dos cursos. Trazendo para os dias de hoje, a crítica permanece atualíssima, o que dá bem a dimensão do pensamento avançado do grande educador brasileiro, que se manifestou favorável à ação do Estado, sem abrir mão da colaboração da iniciativa privada.

D. QUIXOTE, SEMPRE

O meu convívio com Mário Mendonça nasceu nas sessões do Conselho Cultural da Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro. Presença sempre constante, nas reuniões presididas por Sérgio Pereira da Silva, Mário defendeu durante muito tempo a necessidade de se construir, no Rio, um Museu de Arte Sacra. Se não pudesse ser semelhante ao da Bahia, que pelo menos tivesse o espaço e a visibilidade necessários para abrigar milhares de preciosidades, algumas das quais colocadas em risco por motivo de segurança precária.

Além de grandes quadros, em que a inspiração religiosa é predominante, Mário é um estudioso da secular arte sacra, o que não o impediu de voltar a sua atenção para o extraordinário D. Quixote de la Mancha, obra-prima de Miguel de Cervantes. Segundo ele confessou, ficou tocado, comovido e impressionado. “Nunca li um livro tão importante escrito por mãos humanas.”

Sobre o Quixote, com suas milhares de edições, quase tudo se escreveu, na literatura universal. Vieram à luz também os seus desdobramentos, como a peça teatral **O homem de la Mancha**, que primeiro assistimos em Nova York, para depois vibrar com a sua apresentação no teatro Adolpho Bloch, no Rio de Janeiro, na genial interpretação de Paulo Autran (com Grande Otelo no papel de Sancho Pança). Lembro que fui ao espetáculo oito vezes. E chorei em todas elas. A cena final, da morte do Fidalgo, é de uma força dramática raramente vista. Acompanhando aquela emoção toda, a música “Sonho impossível”, com tradução de Chico Buarque de Holanda, depois popularizada pela cantora Ma-

ria Betânia. Mistura forte demais, com inevitável repercussão nas nossas coronárias. É toda essa magia que cerca a obra-prima universal.

Mário Mendonça ficou também dominado por esse sentimento. Pintando em Tiradentes compôs a coleção **D. Qui-xote**, exposta pela primeira vez na Espanha, onde se disse que, como pintor, era também poeta, visionário e mortal, nos desenhos do homem alucinado, herói apaixonado, figura central de um dos melhores livros escritos em qualquer época.

É preciso testemunhar que Mário Mendonça reúne, na sua personalidade, não só o talento artístico, mas uma bela e generosa alma. Não é movido por interesses comerciais primários, ao dedicar-se por horas e dias ao que o inspira. No caso, nem pensa vender o patrimônio valorizado pelos magníficos desenhos do homem da triste figura. Teria prazer se pudesse doar os quadros para uma ou várias instituições culturais, com o natural compromisso de garantia da sua conservação, para alcançar a posteridade.

São 400 anos de construção dessa obra-prima. Quantas gerações, em épocas distintas, deliciaram-se com a comovedora história desse incorrigível sonhador, amante da sua Dulcinéia e amigo inseparável de Sancho Pança. Aliás, cabe o registro de que este último, considerado por muitos de fraca inteligência, tinha um exemplar bom senso, de que se serviu o Cavaleiro Andante em diversos momentos da sua agitada trajetória.

JOSÉ CÂNDIDO DE CARVALHO, “INVENCIONEIRO E LINGUARUDO”

Sentimos falta do convívio com José Cândido de Carvalho, que neste ano faria 90 anos.

A sua grande realização, o livro *O coronel e o lobisomem*, teve a primeira edição em 1964.

Zé Cândido amava ser campista. Não só ambientou obras na cidade de Campos, como contava histórias a respeito da valentia dos goitacazes. Só contraía o rosto quando alguém duvidava da veracidade dos seus relatos.

Em Campos, estudou em escolas públicas e trabalhou em diversas funções, inclusive como ajudante de farmacêutico. Como jornalista, começou como revisor na redação de *O Liberal*, tendo atuado depois como redator em outros jornais.

Outro famoso campista foi José do Patrocínio, também jornalista e romancista. A busca incessante pelo ideal abolicionista de Patrocínio se assemelha, com certeza, à luta de José Cândido em prol da cultura brasileira. Ambos pertenceram à Academia Brasileira de Letras. Na crítica a pessoas e costumes eram muito parecidos. E riam, no chá ou fora dele, para desespero dos que estavam de mal com a vida.

Convivemos durante cinco anos com José Cândido. Rimos muito do seu incomparável espírito crítico e da forma como debochava dos falsos e efêmeros poderosos. Com uma piada, acabava com a pose de qualquer um. E sabe-se lá a razão disso, sempre ao lado do sóbrio e quase zangado José Honório Rodrigues, um dos grandes historiadores do Brasil. A dupla era originalíssima, pois vivia unida pela diversidade de temperamentos, um aberto, outro fechado.

Durante a minha convivência com José Cândido de Carvalho, observava muito o seu comportamento moral e ético. Isso fez com que eu verificasse a grande figura humana que ali existia. O comportamento do autor de **O coronel e o lobisomem** o aproxima, de uma certa forma, do escritor português José Saramago, que disse certa vez: *“Ao romance e ao romancista não restava mais que regressar às três ou quatro grandes questões humanas, talvez só duas, vida e morte, tentar saber, já nem sequer donde viemos e para onde vamos, mas simplesmente quem somos.”*

O livro **O coronel e o lobisomem**, obra-prima de José Cândido de Carvalho, gerou curiosidade pela originalidade da linguagem utilizada, com muito humor, realçando o falar simples do povo. Escrito na primeira pessoa, ao mesmo tempo em que enfoca os contrastes das vidas rural e urbana, toda a trama se desenvolve em torno do que poderíamos chamar de sobrenatural, fantástico, absurdo, místico e/ou misterioso. Foi comparado aos grandes mestres da literatura latino-americana, como Gabriel García Márquez e Vargas Llosa, que privilegiam a magia em suas obras, vide **Cem anos de solidão**, de Márquez, com a sua enigmática Macondo.

No livro de Zé Cândido, o coronel Ponciano de Azeredo Furtado, dono de fazendas no interior do estado, abastado, mas apaixonado pelos acontecimentos da cidade e pelos negócios, procura, sem muito sucesso, conviver também no meio urbano. O resultado dessa luta interna, dessa contradição, não foi nada gratificante para o nosso herói (ou seria o anti-herói, como Macunaíma, de Mário de Andrade). Ponciano acaba sendo duramente nocauteado pela vida, enlouquecendo e perdendo a fortuna.

É por essas e por outras que o acadêmico Carlos Heitor Cony considera Zé Cândido “um dos nomes mais importantes da literatura brasileira de todos os tempos”.

A PEQUENA NOTÁVEL

Uma das lembranças mais fortes que guardo refere-se à morte de Carmen Miranda. Foi um enterro como poucos, com o comparecimento em massa do povo entristecido. Ela repousa no Cemitério São João Batista, em Botafogo, perto de Francisco Alves, o Rei da Voz, outro que também é alvo de visitas estrondosas sobretudo no Dia de Finados.

O que terá levado Carmen Miranda a tamanho sucesso? O fato de ter nascido em Portugal? Os inúmeros shows no Brasil? Um êxito ainda maior nos Estados Unidos? Deve ter sido a soma de tudo isso.

Foi cantora, atriz e dançarina. Sua maior atração foi a música, estreando no disco em 1930, com “Não vá simhora” e “Se o samba é moda”. No carnaval desse mesmo ano, fez sucesso com a marcha “Iaiá Ioiô”, de Josué de Barros. Para ficar definitivamente famosa com a marchinha “Tai”, de Joubert de Carvalho.

Estreou no cinema em 1933, logo se tornou “A pequena notável”, título que levou até a morte. Foi-lhe atribuído na rádio Mayrink Veiga pelo famoso César Ladeira. Eleita a maior cantora do Brasil, fez dupla com Mário Reis, Chico Alves, Sílvio Caldas e os irmãos Barbosa, Castro e Luiz. Com o “Bando da Lua” surgiu a chance de ir para os Estados Unidos, onde a sua vida se transformou, até falecer na residência de Beverly Hills, em 5 de agosto de 1955, com ape-

nas 46 anos de idade. Sua última vontade era ser enterrada no Rio, ao som de “Adeus batucada”, de Sinval Silva, diante de cerca de 500 mil pessoas. O seu corpo foi velado na Câmara Municipal, diante de milhares de fãs, que não esqueciam a explosão *de Brazilian Bombshell*, com os vigorosos movimentos de cores, ritmos e o corpo predestinado.

Agora, decidimos homenagear a memória de Carmen Miranda. Um supermusical, dirigido por Maurício Sherman, com Marília Pêra no papel principal e a participação especial de Carlinhos de Jesus, além de 21 artistas. Será um mês de temporada no teatro João Caetano (1.300 lugares), ocupando o mês de outubro, com o apoio da Secretaria de Estado de Cultura e da Vivo, naturalmente sob os auspícios do governo do estado.

Nossas homenagens não se restringem ao show musical. Referem-se também às obras de restauração do Museu Carmen Miranda, situado no Aterro do Flamengo, onde existem milhares de peças da grande artista, que até hoje tem fiéis seguidores, num fenômeno raro de sucesso permanente.

Uma particularidade de Carmen: quando esteve em Hollywood, na década de 40, alcançou o maior salário pago a uma artista estrangeira. Nem essa riqueza fez com que ela esquecesse o seu país de adoção. Aqui sempre manteve contato com familiares e amigos. Lá nos Estados Unidos, a residência com David Sebastian, seu marido, era uma verdadeira embaixada do Brasil. Com o prato típico: camarão ensopadinho com chuchu. E manteve o repertório das nossas músicas, em seus shows, numa impressionante fidelidade cultural.

Esta é a Carmen Miranda, homenageada por todos os seus méritos, com a alegria contagiante que repetimos no legado lembrado em 2005.

SÉRGIO E A ENERGIA NUCLEAR

O Brasil perdeu uma grande figura da sua diplomacia. E também da cultura. O embaixador Sérgio Correa da Costa, membro da Academia Brasileira de Letras desde 1983, somava uma série de qualidades raras na mesma personalidade. Elegante, com domínio de vários idiomas, historiador de primeira categoria, legou ao País trabalhos que jamais serão esquecidos, dado o seu inquestionável valor. Isso foi dito no velório, realizado na sala dos poetas românticos da ABL, antes do enterro no Mausoléu dos imortais.

Suas principais obras figuram no acervo da historiografia brasileira, a começar pelo clássico **As quatro coroas de D. Pedro**, editado em 1942, com prefácio de Oswaldo Aranha. Mais recentemente, lançou **Palavras sem fronteiras**, com prefácio de Maurice Druon, famoso autor de **O menino do dedo verde**. Ganhou o prêmio do Instituto de France, por recomendação da Academia Francesa. O último livro, com enorme repercussão, foi **Crônica de uma guerra secreta**, em que trouxe à luz inúmeras revelações contidas no período em que trabalhou para o Brasil na Argentina, descobrindo as íntimas conexões da Alemanha nazista com o governo Perón. Isso explica muita coisa, como, por exemplo, as razões pelas quais inúmeros oficiais nazistas fugiram para a Argentina, após o fracasso da II Guerra Mundial.

Fomos instados pela viúva Michele, com quem Sérgio esteve casado durante 27 anos, a dizer algumas palavras na missa de sétimo dia, realizada no Mosteiro de São Bento. Oficiada pelo padre Sérgio Costa e Silva, sobrou tempo para que este seu velho amigo lembrasse de uma passagem da Bíblia, Gênesis 1, a propósito do que representou a sua

vida exemplar. Reiteramos a existência da árvore da ciência do Bem e do Mal. Essas árvores não existem em nenhum catálogo florestal. São símbolos tirados das lendas da antiguidade.

Ser imortal e fazer tudo o que nos apetece, sem estarmos sujeitos às leis do Bem e do Mal, é uma grande aspiração dos mortais.” A afirmação bíblica não passou pela existência de Sérgio Correa da Costa. Ele foi um ser humano que sempre respeitou as leis do Bem, aproveitando-se da sua longa imortalidade acadêmica para a realização de obras notáveis, em todos os sentidos.

Ainda cabe uma referência ao homem público de postos de muito relevo, aqui e no exterior. Visitei-o nos Estados Unidos, quando era embaixador do Brasil junto à ONU. Recebera instruções do Itamaraty para votar contra o sionismo e estava inconformado. Lembro suas palavras: *Nosso país tem compromissos históricos com a existência do Estado de Israel. Fui eu que levei o martelo com que Oswaldo Aranha bateu na mesa da ONU para criar o Estado de Israel até o kibutz Bror Chail, onde se encontra até hoje. Como podemos ser incoerentes?*

Em outra ocasião, a visita foi ao seu gabinete, ainda no Rio, quando era secretário geral do Ministério das Relações Exteriores, na época do chanceler Magalhães Pinto. Sérgio abriu uma gaveta e de lá retirou uma batata que, segundo ele, tinha pelo menos quatro meses de vida. Estava perfeita. Falou ao jovem repórter sobre as virtudes dos radioisótopos, ou melhor, da sua enorme crença no emprego pacífico da energia nuclear. Nada de bomba atômica, nem aqui nem em qualquer lugar do mundo. Era esta a sua formação, o seu espírito.

CECÍLIA E O BOM COMBATE

O oficiante da missa de 7.º dia, no Mosteiro de São Bento, no Rio, pediu aos presentes uma salva de palmas para a professora Cecília Barreto Parreiras Horta, falecida uma semana antes. Talvez nunca se tenha visto, naquela bonita e histórica igreja, tamanha manifestação de comoção e solidariedade: foram minutos aparentemente sem fim, coroando uma vida bonita de dedicação e apreço ao próximo. Era uma verdadeira educadora, com o entusiasmo próprio de quem tem Deus no coração (a palavra entusiasmo contém *Théo*, Deus em grego).

A doença insidiosa foi enfrentada por Cecília, ao lado dos familiares, sobretudo do marido Luís Paulo, de forma heróica. Quando o tratamento permitia, jantava com os amigos, comparecia aos espetáculos do Teatro Municipal, fazia de conta que não era com ela. Mulher bonita e corajosa, não queria que os seus parentes e amigos sofressem pela sua doença. Que ela, muito religiosa, compreendia como um desígnio de Deus.

Assim que Ele a chamou, fechando os seus lindos olhos, iniciou-se uma nova vida, sem os óbices da condição humana e as vantagens da eternidade. Flor que era, levou o seu perfume ao céu, tomando a vaga que lhe cabia ao lado do Todo-Poderoso.

Cecília era de uma família de educadores. Chegamos a conhecer de perto o seu pai, Barreto Filho, um destacado machadista e homem de leis, sobretudo pedagógicas, tendo presidido por muitos anos o respeitável Conselho Federal de Educação, ainda na fase em que trabalhava no Rio de Janeiro, com todos os mitos de então. Muitas leis saíram desse

órgão, sob o comando de Barreto Filho, o que hoje não é mais lembrado com tanta freqüência, como é da tradição brasileira. Somos mesmo um país de curta memória.

Na missa, estavam presentes mais de 40 alunos do Colégio São Bento. Uniformizados, todos meninos, cantaram diversas músicas em homenagem a Cecília. Todas de fundo religioso, que era da sua natureza.

Na ocasião, foi dito que ela era uma guerreira, sem perder a doçura. Mulher com a fibra dos macabeus, uma feliz e oportuna lembrança do Velho Testamento e que retrata o temperamento da nossa querida Cecília. Daí a força do seu trabalho junto aos alunos das escolas em que brilhou como mestra. Uma delas, com a significativa abreviatura de CEL (céu?). Premonição?

Sabemos que Cecília não morreu. Talvez tenha se encantado, como disse o escritor famoso. Sua imagem terrena é muito bonita, pois na verdade ela soube combater o bom combate, como afirmou o padre Max, de forma extremamente carinhosa. Foi assim como filha, irmã, esposa, mãe, educadora, exemplar em tudo o que fez, com um senso muito especial de responsabilidade e de coragem diante da vida. Pena que não tenha ficado mais uns anos conosco. Revelamos esse egoísmo, mesmo sabendo que, onde hoje se encontra, estará velando por todos aqueles que a amaram e admiraram, que somos todos nós. Cecília querida, descanse em paz. Em vez de chorar, sorriremos sempre na sua lembrança.

DRUCKER E O CORAÇÃO

Morrer aos 95 anos de idade, com uma vida plenamente realizada, foi o presente que Deus reservou ao escritor austríaco-norte-americano Peter Drucker. Ele nasceu na Áustria, mas, sendo judeu, foi obrigado a deixar o seu torrão natal, em virtude das perseguições e mortes provocadas pelo nazismo, a partir dos anos 30.

Fixou-se na América, como tantos outros gênios. Foi professor da Universidade de Claremont, Califórnia, no período de 1971 a 2003, quando se tornou consultor. Nos 75 anos de atividade, pai da administração como área de estudo, escreveu diversas obras-primas, como **Uma era de descontinuidade**, na década de 60, que nos traz uma feliz lembrança. Encontramos o ex-governador Carlos Lacerda, numa festa, e ele foi gentil: “Já leu o novo livro do Peter Drucker? Para quem gosta de educação, como é o seu caso, trata-se de obra fundamental.”

De posse do livro recém-saído, fizemos a leitura e a releitura dele todo, com especial atenção para o capítulo de educação. Numa época em que os trabalhos manuais começavam a perder força entre os professores do ensino básico, Drucker defendeu ardorosamente o seu emprego, demonstrando como pelas mãos seria possível chegar mais rapidamente ao cérebro. E não o caminho inverso, como era o hábito fazer.

Escreveu 39 livros. O primeiro, **O fim do homem econômico**, em 1939. O último foi **O executivo eficiente em ação**, ainda inédito, escrito em parceria com Joseph Maciariello. Era uma pessoa de extraordinária visão de futuro, como pôde demonstrar quando, nos anos 50, previu a importância do

emprego dos computadores. Na década seguinte, exaltou com antecedência o que viria a ser a explosão econômica dos tigrês asiáticos. Suas lições não se concentraram nas aulas em Clarement (Ciências Sociais e Administração). Estenderam-se aos livros e às conferências no mundo inteiro.

Já com idade avançada, nos anos 90, aceitou nosso convite para realizar uma teleconferência destinada às entidades brasileiras de previdência privada. Foram 50 minutos de palestra e mais respostas às perguntas da platéia, que, segundo dados da Abrapp, alcançou mais de mil participantes localizados em diferentes áreas do território brasileiro. Falou da importância da previdência privada como instrumento de democratização do capital.

A nossa pergunta, óbvia, foi sobre a formação de recursos humanos, ou seja, de que maneira a educação poderia colaborar para a maior eficiência do sistema ainda embrionário entre nós (hoje, acumula reservas superiores a 13% do PIB). Peter Drucker deu uma ajeitada na cadeira, na Califórnia, sorriu discretamente, e respondeu: “Para quem tem a educação no coração nunca faltarão bons argumentos para valorizá-la. É a ferramenta mais importante do processo de crescimento social e econômico de um país.”

ENTRE O ENGENHO E A ARTE

Conhecemos Oscar Dias Correa durante o período 1976 – 1980 em que dirigiu a tradicional Faculdade de Direito do Catete, hoje Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Fomos colegas do Conselho Universitário, onde se destacava, como foi constante em tudo o que fez, pela seriedade da sua

postura de educador exigente, sem concessões demagógicas. O certo era o certo, os direitos eram para ser sempre respeitados, professores e alunos deveriam ser exemplares, pois estavam operando numa carreira que não poderia trabalhar com dúvidas ou meias verdades. Esse o homem que sempre respeitamos e do qual tínhamos notícia desde que assumira o cargo de secretário de Educação do governador Magalhães Pinto, em Minas Gerais, no ano de 1961, preocupado com a interiorização do ensino.

Formado em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais, lá começou a lecionar economia política e direito do trabalho, estendendo depois suas atividades de magistério para a então Universidade do Brasil (hoje, UFRJ) e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Em ambas, como brilhante professor titular.

Foi homem público destacado, membro do Supremo Tribunal Federal e ministro de Estado de Justiça do governo José Sarney. Sempre fez da ética o seu principal mote, não fora ele destacado fundador da União Democrática Nacional (UDN). Conversamos sobre essa epopéia no Cemitério São João Batista, ao encontrar o ex-governador Rondon Pacheco, também presente, com muita tristeza, ao enterro de Oscar. “Perdi um irmão”, disse-nos ele.

Entrou para a Academia Brasileira em 1989, num pleito aguerrido, como tantos outros por ele enfrentados na sua vida pública de deputado federal por Minas Gerais. Homem reto, de posições claras e de cristalino espírito democrático, destacou-se, na Casa do Convívio, pela adesão à causa acadêmica e pela facilidade no trato com os seus confrades. Nessa tarefa, justiça se faça, contou com a inexcusável colaboração da companheira e esposa Diva, por nós

também amada, sentimento que se estende aos filhos Ângela e Oscar Júnior, bem assim aos demais familiares. Todos educadíssimos.

Nos últimos anos, como fomos testemunhas, Oscar dedicou-se a outra paixão de toda a vida: a literatura. Escreveu contos, traduziu com enorme competência Dante Alighieri. Hoje, como era seu desejo, será lançado o último livro, intitulado **Viagem com Dante**. Pediu antes a Diva: “Quero esse lançamento, na Academia, mesmo que me aconteça alguma coisa.”

Quis o destino, de decisões imprevistas, que ele morresse ontem cedo. No caixão, na Sala dos Poetas Românticos, Diva se aproximou do corpo inanimado e disse baixinho, perto de onde nos encontrávamos: “Fique tranqüilo. Aqui estão todos os seus amigos.” Percebemos a dolorosa cena, para usar a linguagem de Dante. Pareceu, a seguir, ouvir a voz de Deus, ainda na palavra do poeta italiano: “Até aqui te trouxe, com engenho e arte.”

Assim viveu, entre nós, Oscar Dias Correa. Deus certamente o acolherá, com ternura e respeito, na vida eterna.

HOMEM MÚLTIPLO

É difícil administrar a educação numa cidade do porte de São Paulo. A população é altamente expressiva, com bolsões de atraso em boa parte fruto da migração interna muito intensa, sobretudo do Nordeste.

Mesmo assim, o médico, educador e pesquisador José Aristodemo Pinotti utiliza toda a sua experiência, que não é pouca, para encontrar as melhores soluções que atenuem a

gravidade dos problemas encontrados. Ele foi reitor da Unicamp, com brilhante atuação, razão pela qual nada lhe é estranho, nessa área, onde tem ainda a vivência da presidência do Instituto Metropolitano de Altos Estudos, cujas pesquisas têm se revelado muito positivas na conquista da qualidade entre os alunos da UniFMU.

Nada se faz, no entanto, sem sacrifício. O Dr. Pinotti tem a imagem de homem público, sem perder a de grande cirurgião. Se as suas idéias não podem ser combatidas por inimigos políticos, a estes resta o apelo a um argumento inteiramente pueril: ele não deveria ser Secretário Municipal de Educação. Se ainda fosse Saúde... As coisas não podem ser resolvidas de modo tão simplista. Por que não pode um grande médico, com a experiência de educador, dirigir uma Secretaria, quando é sabido que ele domina toda a sua área como poucos antecessores?

Dr. Pinotti encontrou 52 escolas de lata, sem computadores e recebendo apenas merenda seca; 70% das escolas com três turnos diurnos; falta de oito mil professores; permissão legal aos funcionários de tirarem até 7 dias de licença, todos os meses, com um simples atestado médico ou de dentista. O número de licenças por saúde em 2002 era de 6.274 e passou para 37.352 em 2003.

A queixa principal dos alunos era falta de professores e os 21 CEUs tinham, praticamente, todas as contas por pagar desde junho de 2003 e as creches (CEIs) deixaram de atender a 6 mil crianças.

Em 2001, o analfabetismo de menores de 15 anos em domicílios com menos de 1 salário era de 29% e o IBGE descobriu, este ano, mais de 50% de analfabetismo funcional na população adulta.

Segundo a última avaliação da Educação Pública da Região Metropolitana de São Paulo pelo Saeb, em 2003, menos do que 4% das crianças estavam em condições adequadas de aprendizado em Português e Matemática e 50% delas em situação “crítica” e “muito crítica”, apesar do excelente corpo docente, boas escolas e 31% do orçamento da Prefeitura de São Paulo. Um paradoxo difícil de entender.

Não adianta fazer uma coisa de cada vez, a dívida com a Educação em São Paulo é grande e antiga; não adianta ir devagar. Se não começar tudo no primeiro ano, a história mostra que não dará tempo; não adianta tentar simplificar uma questão que é complexa. Não adianta querer contentar a todos e não quebrar alguns ovos, é impossível ser patriota e popular ao mesmo tempo e já são sentidos os resultados de algumas medidas tomadas na SME – SP: eram 31 coordenadorias e hoje são 13; 800 professores foram devolvidos às salas de aula e aboliu-se a permissividade das licenças que, de doze mil por mês, caíram para 114. Foram contratados sete mil professores, devendo se iniciar o ano letivo de 2006 sem falta de professores. Quatorze escolas de alvenaria foram entregues às comunidades, substituindo as de lata, com economia de 13 a 48% por m². Dessa forma, o Dr. José Aristodemio Pinotti confirma toda a competência granjeada em tudo o que faz. É digno de todo o nosso respeito.

60 ANOS DE CNC

Antonio Oliveira Santos foi homenageado pela Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro com a concessão da sua maior láurea, a Medalha Tiradentes. Uma bonita e concorri-

da solenidade, presidida pelo deputado Jorge Picciani (PMDB), em que igualmente foram comemorados os primeiros 60 anos da Confederação Nacional do Comércio.

Na ocasião, a CNC recebeu justa homenagem. Tem se mantido fiel à Carta da Paz Social, de 1945, dela se originando o Senac e o Sesc, com uma soma imensa de realizações no setor terciário da economia brasileira.

Vamos nos deter objetivamente sobre conquistas que têm a ver com a nossa educação. A formação e o treinamento profissional alcançam mais de 2 mil municípios, hoje abrangendo cerca de 2 milhões de jovens, que assim se preparam para o mercado de trabalho. Além disso, há unidades móveis (escolas sobre rodas) que servem a mais de 300 pequenos municípios, sem contar a balsa-escola que se situa ao longo do rio Amazonas. Salas de aula, restaurantes, bibliotecas, gabinetes odontológicos e consultórios médicos, teatros, cinemas e centros culturais, além de 1.300 espaços destinados a práticas esportivas compõem um quadro formidável de assistência pedagógica, na verdade inigualável em nosso País.

As ações, desenvolvidas em 21 centros de atividades, não são lineares. Para sermos mais claros: há uma nítida preocupação com a qualidade. Professores, especialistas e instrutores são treinados com as técnicas mais modernas, para que se saia da mesmice oficial. A melhor prova disso está no recurso à modalidade da educação à distância, em que o Senac tem provas concretas de pioneirismo e agora será beneficiado pelo avanço que se assinala em nosso sistema.

Por sua ação combativa e coerente, digna de todo o respeito, Antonio Oliveira Santos tornou-se modelo de administrador. Conhece profundamente os meandros da política

e da educação, professor que foi por mais de 20 anos da Universidade Federal do Espírito Santo (Física).

Daí ser perfeitamente compatível a prioridade com que a entidade que dirige trabalha nos campos da formação profissional, educação, cultura, esporte, lazer e turismo, com os milhões de alunos atendidos anualmente – e de forma eficiente. Além disso, a CNC figura à frente do que o ex-ministro Cristovam Buarque chamou de “escola modelo de ensino médio”. Está em plena construção, para funcionar a partir de 2008, com capacidade para 500 alunos, em tempo integral, a Escola Sesc de Ensino Médio. Já é possível olhar-se o imenso *campus* de 130 mil metros quadrados, na Avenida Ayrton Senna, na Barra da Tijuca, com os edifícios emergindo do solo, depois de um grande trabalho de aterro. Os alunos serão atendidos em classes de 15, no máximo, residindo no próprio espaço escolar. Será a primeira vez, no Brasil, que se terá uma experiência assim fascinante, destinada aos filhos de comerciários de todo o País.

QUANDO FALHA A MEMÓRIA

Outro dia, homenageou-se no Rio a memória do grande pensador San Tiago Dantas. Eram 40 anos da sua morte. Dele pode-se recordar uma frase lapidar: “O pré-requisito básico da cultura é a memória.”

Não é difícil concluir que somos um povo de pouco apreço pelas lembranças históricas. Desprezamos fatos e mitos com relativa facilidade, como se não tivéssemos o que comemorar. Sabe-se que isso não é verdade. Nosso povo é rico em história, tem seus heróis bem delineados, mas o proble-

ma reside no cultivo disso tudo. Se não se valoriza a escola, no cotidiano mesmo é que vamos encontrar com maior abundância o que poderia ser uma falha da nossa formação cultural.

Vejamos o caso das residências das grandes personalidades brasileiras. Assim como é possível viajar até o interior de Alagoas e encontrar, na cidade de Floriano, como bem tombado, a residência do marechal Floriano Peixoto, hoje transformada em museu, assiste-se no Rio de Janeiro, sempre capital cultural do país, o apreço relativo pelas casas em que moraram os grandes nomes da nossa história. Algumas foram conservadas, de forma aleatória, outras viraram espigões que representam o símbolo da cupidez imobiliária, sem qualquer intervenção salvadora do Poder Público.

No excelente livro **Onde morou**, de Alda Rosa Travassos, Elizabeth de Mattos Dias e Gilda Boruchovitch, da Coleção Retratos Cariocas, procura-se mostrar, de forma objetiva, o panorama das residências que acolheram nossos grandes nomes, como Manuel Bandeira, Noel Rosa, Tom Jobim, Pixinguinha, Carlos Drummond de Andrade e outros, numa genial mistura de estilos e profissões, o que é bem a cara do Rio de Janeiro, na sua imbatível mescla cultural.

O livro é bem produzido, tem textos curtos e cristalinos, não deixando de focalizar o que existe de melhor na biografia dos selecionados. Será útil para todos aqueles que amam ou visitam o Rio de Janeiro.

Em alguns casos, como vimos na Espanha, existem placas reveladoras (o que deveria ser obrigatório). Lembrar que aqui morou este ou aquele autor tem efeito didático e revelador. E nem custa tanto assim passar a exigir esse hábito.

Mas o que mais reivindicamos – até mesmo em homenagem às autoridades – é que se crie uma lei protegendo esses bens culturais. Veja-se o caso do maior dos nossos escritores, patrono da Academia Brasileira de Letras. Machado de Assis não teve a sua casa preservada, na rua Cosme Velho, onde viveu 34 anos felizes com a sua amada Carolina. No local, existe, hoje, um imponente edifício de apartamentos. Onde estavam as autoridades que permitiram esse sacrilégio? Se a memória do autor de **D. Casmurro** não foi devidamente respeitada, o que dizer dos outros que não puderam alcançar o seu glorioso prestígio?

Que o livro **Onde morou** sirva também para despertar quem de direito para a importância da preservação dos espaços ocupados por tantos cariocas de nascimento ou adoção. É a melhor forma de contribuir, como Noca da Portela, para a exaltação do Rio, “que fez da paisagem escultura”. Além de ter um povo admirável.

ASSIM FALOU VIDIGAL

Numa sala imensa, confortável, Brasília com 20 graus de temperatura, portanto fria, sou recebido calorosamente pelo ministro Edson Vidigal, presidente do Superior Tribunal de Justiça. “Deixei milhares de processos, todos urgentes, para conversar um pouco sobre jornalismo e literatura com o amigo.” Agradeço a deferência e estico a mão, para entregar ao grande jurista e professor a última edição do meu livro **O padre Antonio Vieira e os judeus**.

Os olhos do presidente se iluminam. “Como todo bom maranhense, adoro o padre Vieira... E o tema não poderia

ser mais oportuno. Quero conhecer detalhes dessa obra, pois tenho ascendência judaica.” O papo aquece e depois deriva para a experiência de magistério de cada um de nós. O ministro é professor de Direito Penal em Brasília e em São Paulo. Mas fala mesmo com orgulho de um dos seus feitos no STJ: “Combinei com a Universidade de Brasília, onde leciono, que se deveria estender aos nossos estagiários, no Tribunal, as cotas para afro-descendentes. É uma preocupação que justifico como amplamente democrática.”

Edson Vidigal conta que não sonhara com a magistratura. Advogado e jornalista, sim. Nesta segunda atividade, passou por diversos órgãos de relevo, como a revista **Veja** e os jornais **O Globo** e **Jornal do Brasil**. Ama a profissão, onde tem até hoje alguns dos seus melhores amigos, todos citados com carinho.

Ele retoma o livro sobre Vieira e lembra uma frase que gosta de repetir: “O padre Antonio Vieira dizia que os sacerdotes são empregados de Deus. Da mesma forma, somos empregados de um único patrão, para o qual trabalhamos. É o contribuinte que paga impostos. Somos empregados do povo brasileiro.”

E se levanta, para pegar um dos seus livros na estante clássica. Traz o **Missas-Convites** e abre na página 33. Penso que foi para testar a resistência de minhas emoções. Lê com voz forte e o gostoso sotaque nordestino:

“Quando minha mãe me beijou na testa, dizendo ‘meu filho, eu não demoro’ e embarcou no trem – eu fiquei muito triste... Vi um barco solitário, lá longe no mar, na hora da chuva, e isso é muito triste... Eu vi uma moça sorrir sobre o cadáver do pai que ela imaginava estar ressuscitando, talvez só porque ele se chamasse Lázaro... Vi também a morte, querendo

me agarrar, eu quase me afogando – era tudo muito triste... Mas tem uma coisa: nada é mais triste do que uma criança triste. Caindo de sono. Mais de tristeza do que de sono.”

Um tipo muito característico de cristalina prosa poética. Sem a rima limitadora, que só ocorre por acaso, valorizando o ritmo do texto inspirado. Como aconteceu em seus outros livros, como o **Assim Falou Vidigal** (prefácio de Luís Orlando Carneiro), **Plato a la Bill Clinton** (prefácio de Villas-Boas Correia) e o **De como ganhar o mundo e ser ganho por ele** (prefácio de Tão Gomes Pinto).

Ainda há tempo para o almoço típico, em sua casa, com a hospitalidade redobrada de Eurídice. Não acreditem que a conversa girou sobre justiça e política. Continuou no domínio da literatura, em que José Sarney, Josué Montello, Marcos Vilaça e Rachel de Queiroz foram muito lembrados. No caminho de volta, sozinho, lembrei-me da crônica *Aplausos do silêncio*, de Edson Vidigal. Nada mais apropriado.

NADA DE EXAGEROS

Nenhuma prática de exercícios físicos em qualquer idade deve ser consumada sem um prévio exame médico. São as condições gerais de um indivíduo que vão indicar qual a forma ideal de atividade física a partir de um histórico da saúde de cada um.

Especialistas em Medicina Desportiva são de opinião que o exagero no exercício faz mal à saúde, ao contrário do que pensam muitos que condenam a vida sedentária. O importante é que seja determinada a dosagem certa para cada organismo e cuja intensidade seja moderada.

Se os comentários anteriores são válidos para os atuais fanáticos pela cultura do corpo, mais importantes se tornam em referência à terceira idade. Como não é de longa data o culto à forma física, não é provável que os idosos de hoje tenham um passado de atividades físicas regulares. Não é todo dia que se encontra uma Maria Lenk, campeã mundial de nado de peito, que até hoje pratica a natação de forma regular.

O que é possível é que esses idosos, nesta fase de transição, tenham levado uma vida sedentária em consequência talvez de uma imposição cultural que agora assume outros contornos. Não quer isso dizer que o idoso se deva lançar a uma atividade física intensa, o que seria contraproducente, especialmente se não houver um acompanhamento médico.

O ideal é que, analisado o histórico de saúde do idoso e determinada sua avaliação de desempenho, o exercício seja assumido de forma gradativa e que, também, se leve em conta a capacidade aeróbica do indivíduo em questão.

Em entrevista à revista *Veja*, o médico Victor Matsuda, diretor do Conselho Internacional de Ciência do Esporte e Educação Física, órgão da Unesco, é taxativo ao indicar a caminhada para quem é sedentário, atividade essa que tem a melhor relação custo-benefício. Com suas próprias palavras, “esse tipo de exercício diminui um pouquinho a gordura, melhora a capacidade aeróbica e ajuda a controlar a pressão arterial. Também possibilita um mínimo de força na perna e, no caso das mulheres, contribui para evitar a osteoporose. Digo que o custo dessa prática esportiva é baixíssimo porque caminhar não lesa articulações, músculos e dificilmente resulta em tendinite”.

O exercício físico para o idoso não tem por objetivo o aspecto estético como tem para o jovem, mas é comprovado cientificamente que os riscos de enfarte se tornam menores. O dr. Victor Matsuda comenta ainda a existência de uma tabela de longevidade em função da atividade física.

No trecho que interessa ao idoso ou àquele que está no limiar da terceira idade, diz ele o seguinte:

“Quem começa aos 50 ou 55 anos ganha 2,1 anos. Aos 60 anos, ganha-se 1,7 ano. Aos 70 anos, o ganho médio é de 8 meses de sobrevida. Quem começa a se exercitar regularmente nessa idade pode esticar a expectativa de vida em cinco meses.”

Parece irrisória essa expectativa de vida aos 70 ou 80 anos em oito ou cinco meses, respectivamente, mas diz o citado médico: “... o exercício não apenas estimula a vida, mas a torna melhor.”

E isso é importante para o idoso.

O ESTILO FERREIRÊS

O estilo é o homem. Se não foi o escritor francês Buffon que disse isso, pelo menos pensou. Hoje, há uma busca desenfreada pela originalidade, na fala da língua de grandes oradores como Rui Barbosa e Alcides Carneiro.

É o que caracteriza a obra literária, meio iconoclasta, do escritor e jornalista Joaquim Ferreira dos Santos. Ele escreve semanalmente em *O Globo* (*Gente Boa*) e lança livros com assiduidade, como a seleção de crônicas de Antônio Maria (*Benditas sejam as moças* e *Seja feliz e faça os outros felizes*), além do seu já clássico *Em busca do borogodó perdido*. Ele ga-

rante que o *borogodó* continua sendo carioca, bem nosso – e ninguém tasca.

Com a sucessão de crônicas, sempre em defesa da língua portuguesa, a seu modo, Joaquim deu à luz o **ferreirês**, que pode ser interpretado como a maneira original de Joaquim Ferreira dos Santos, um tímido de carteirinha, tratar o idioma que consagrou Machado de Assis. Sua máxima preferida é o máximo: ao inferno com os lugares-comuns.

Especialista do linguajar antigo, biógrafo de Antônio Maria, reutiliza com fina ironia os modismos de cada época:

– Para uns pode parecer que é *fogo na roupa*, de *lascar o cano*. Mas pode ser coisa de *bilontras*, *parlapatões*, *biltres* ou *jilós*.

Vê-se pela escolha dos grandes exemplos que Joaquim (nem *Quincas Borba*, nem *Berro D'água*) não deixou de fora o grande Eça de Queiroz, de quem Nelson Rodrigues herdou o **biltre** que aparece em quase todas as suas crônicas.

Seguimos com fuzarca, *frezê* ou *fuzuê*, para chegar a *muquirana*, *estrupício*, desengonçado e o verbo *encasquetar*. Apesar da evolução da semântica, que tanto preocupa Marcos Vilaça, na presidência da Academia Brasileira de Letras, devemos continuar a brincar com essas sonoridades *supimpas*. Nem todas ainda dicionarizadas, embora pudessem figurar como arcaísmos inevitáveis, marcas de diferentes fases da nossa rica literatura.

Vamos deixar de *lero-lero*, não amolar com *nhenhêném* (palavra revivida por um ex-presidente da República), *muxiba*, *mixuruca* e *xarope*. Deixar de lado essa prosa cheia de *nove horas*. É preciso retomar o **ferreirês**, na plenitude da saudade vernacular, e mandar os contrários solenemente

pentear macaco, não sem antes *lamber sabão*. O resto é *conversa mole pra boi dormir*.

Quando alguém, incluindo o patrão, na redação da **Manchete**, começava a contar vantagem sobre conquistas femininas, o acadêmico Murilo Melo Filho, acompanhado do gesto respectivo, afirmava que era só *gogó*, ou seja, *conversa fiada*.

Esta crônica, feita assim *à bangu*, não deixa de demonstrar o prazer das palavras, em que de forma *cabulosa* podemos lembrar também de *mequetrefe*, *debalde*, *nefelibata*, *à socapa*, *à sorrelfa* e outras menos votadas.

Só se espera de Joaquim Ferreira dos Santos, um valente escritor filho de portugueses, que nos dê de *lambujem*, *sem balela*, e que lhe valha algum *caraminguá*, a segunda edição da obra-prima do *borogodó* carioca. Sem *patacoada* e sem ser *fuinha*.

POR QUEM TOCAM OS TAMBORES DE SÃO LUÍS

Josué Montello era um narrador excepcional. O autor da frase é Alceu Amoroso Lima, por muitos considerado o maior dos nossos críticos literários. De fato, o escritor maranhense, autor de mais de cem livros, foi uma das mais férteis e bem-sucedidas carreiras da literatura brasileira.

Conseguiu o milagre de aliar a sua inequívoca vocação literária com uma série de belas incursões na vida pública, em que acumulou bons serviços a Juscelino Kubitschek, na direção da Biblioteca Nacional e na Embaixada do Brasil na Unesco, em Paris. A que se pode agregar os dois anos de pre-

sidência da Academia Brasileira de Letras, sucedendo Austregésilo de Athayde, e realizando uma obra fundamental de restauração da Casa de Machado de Assis.

Dono de prodigiosa memória, capaz de recitar de cor diversos poemas de Machado de Assis, como o clássico “A Carolina”, também se servia das ferinas quadras de Emílio de Menezes, quando precisava alfinetar algum desafeto, invejoso de sua obra. Não cultivou inimigos, mas teve uma encenação histórica com Guilherme Figueiredo, por desavenças ligadas à representação diplomática brasileira na França. Foi à forra, como sempre fez com os outros que não apreciava: deixou-os mal nos vários “Diários” (da Manhã, da Tarde, do Entardecer, etc.). “Assim, a história lhes fará justiça, quando eu não mais estiver por aqui.”

Filho de um rigoroso pastor protestante, casou cedo, teve duas filhas que sempre adorou, e encontrou em Yvonne a sua grande e definitiva musa inspiradora. Ela foi não só a sua grande companheira, como uma colaboradora eficaz, pois vezes sem conta datilografou os seus originais. Escrevia a sua vasta obra numa pequena máquina portátil e, em muitas ocasiões, à mão mesmo. A versão final era dada por Yvonne, que, no entanto, ao contrário da Carolina de Machado de Assis, nunca mexeu nos seus originais.

Quando se brincava com a sua fecundidade, Josué atribuía ao pouco sono com que foi brindado pela natureza; “Durmo somente duas ou três horas por noite e isso é suficiente.” Acordava diariamente antes das 4h, esquentava o café que lhe era deixado de véspera pela bem-amada, e começava a trabalhar, com um pormenor: o fato de estar elaborando um novo romance não evitava que cultivasse, religiosamente, o hábito de responder às suas centenas de fãs. A

todas dedicava uma palavra de carinho. Devia ter o maior fã-clube literário do país.

Vaidoso, senti uma sensação de plenitude quando recebeu a notícia que o seu clássico **Os tambores de São Luís** foi considerado pela Unesco como um dos patrimônios culturais da humanidade. Raros são os brasileiros que alcançaram essa glória.

Ganhou o Prêmio de Literatura do Ministério da Cultura, no ano de 1998. Embolsou R\$25 mil, com o meio sorriso que lhe enfeitava os lábios, e jamais confessou o que fez com o dinheiro. Sobre essa matéria, moita total.

Numa visita à Universidade de Estocolmo, senti natural curiosidade. Queria saber quais eram os autores brasileiros mais lidos pelos estudantes suecos. Entre os poucos preferidos, Josué Montello figurava com brilho, em virtude do seu consagrado **Os tambores de São Luís**, romance que retrata uma dinastia de negros, todos com o nome de Damião, ao longo de três séculos da movimentada história maranhense.

Josué nasceu em São Luís, no dia 21 de agosto de 1917, mas viveu no Rio desde 1936. Sempre manteve rigorosa fidelidade às suas origens. Escreveu com o sabor natural dos locais e dos sons da sua infância e juventude, daí o interesse universal das suas obras.

Lembro o inesquecível Adonias Filho. Um dia, na Academia Brasileira de Letras, me disse que, quando escrevia, sentia-se como se estivesse vivendo o transe de um médium. Assim também era com Josué Montello, com quem tive o privilégio de conviver muitos anos na redação de **Manchete**. O seu romance, **O baile da despedida** (Nova Fronteira, 1992), que li de um só fôlego, reflete a facilidade incomparável em que as idéias desciam da cabeça à mão da escrita,

“ao mesmo tempo que todo o seu encadeamento me vem à consciência, refulgindo como o clarão”. Poucos romancistas brasileiros tinham a sua fluência, “a feição do barco que desliza pela superfície do lago, tangido pela aragem matinal” (expressão do próprio escritor).

Em companhia de Rachel de Queiroz, João Condé e José Sarney, visitamos a Casa de Cultura Josué Montello, na São Luís da sua permanente inspiração. No casarão da rua das Hortas, totalmente restaurado, são promovidos estudos, pesquisas e trabalhos em literatura, artes, ciências sociais, história e geografia, utilizando-se de um acervo bibliográfico-documental de 30 mil peças.

Com toda naturalidade, enquanto mostrava pormenores da sua casa de cultura, Josué falava dos novos planos, como se a sua veia romanesca fosse mesmo infindável: “Estou preparando outros romances. Enquanto houver fôlego, idéias não faltarão.”

A produção é impressionante, pois a quantidade não prejudicou em nenhum momento a indispensável qualidade, em obras que se dividem em vários gêneros, como romance, ensaio, crônica, história, antologia, educação, novela, etc. Por ele, os tambores de São Luís tocam de forma permanente, em sinal de respeito, reconhecimento e regozijo.

Tinha pela ABL um amor completo. Nela entrou, eleito para a cadeira n.º 29, em 4 de novembro de 1954, na sucessão de Cláudio de Sousa. Foi recebido por um querido amigo, Viriato Correia. Filho do pastor Antônio Bernardo do Motenllo e de Mância de Souza Montello, estudou em São Luís na Escola Modelo Benedito Leite e no Liceu Maranhense, onde concluiu o curso secundário, como primeiro aluno. Até 1936, colaborou nos principais jornais mara-

nhenses. Nesse ano, mudou para Belém, onde publicou, em colaboração com Nélio Reis, seu livro de estréia. Colaborou em vários jornais e revistas, e assinou críticas teatrais em **A Vanguarda**.

O seu primeiro romance é de 1941: **Janelas fechadas**. A convite de Rodolfo Garcia, planejou a reforma da Biblioteca Nacional, que veio a dirigir em 1947. Em 1953, deu aulas na Universidade Nacional Mayor de San Marcos, em Lima, Peru. Lá foi professor de Vargas Llosa. Colaborou no **Jornal do Brasil** de 1954 a 1990. De 1969 a 1970 foi conselheiro cultural da Embaixada do Brasil em Paris, cidade a que voltou, de 1985 a 1989, para ser embaixador do Brasil junto à Unesco.

O PRIMEIRO PROFESSOR

Quem terá sido o primeiro professor do Brasil? Quando os portugueses aqui chegaram, encontraram tribos organizadas. No seu modo próprio é natural que os mais velhos tenham sido instrutores dos curumins. Os jesuítas, que aportaram com os primeiros governadores gerais, a partir de Tomé de Souza e Duarte da Costa, também exerceram basicamente essas funções, no processo de catequese.

É o embaixador Dário Castro Alves, em conversa, no Rio, que chama a minha atenção para o primeiro professor nomeado no Brasil. Estudioso dos primórdios da nossa civilização, aponta com firmeza para a nomeação de José da Silva Lisboa, o célebre visconde de Cairu, como o pioneiro.

Um dos primeiros atos de D. João VI, ainda na Bahia, foi a nomeação do professor titular de “ciência econômica”. Ele queria chegar ao Rio de Janeiro com esse fato consumado,

tamanha a admiração que nutria pelo homenageado. Isso fazia parte da sua decisão de “tornar o Brasil maior do que o encontrara”.

Curioso é que os três atos oficiais do Príncipe Regente, na passagem pela Bahia, tratam de assuntos econômicos. O primeiro foi a abertura dos portos às nações amigas, um imperativo econômico do Reino, no dizer do historiador Oliveira Viana. O segundo, com data de 23 de fevereiro de 1808, instituía uma cadeira de “ciência econômica”, no Rio de Janeiro, em nome de José da Silva Lisboa, mais tarde visconde de Cairu. Ali se tratava até do seu futuro ordenado. Reparem com que pompa se fez essa nomeação.

O primeiro professor nomeado do Brasil nasceu na Bahia, se licenciara em Coimbra e tornou-se famoso como economista e administrador. Em 1804 a Imprensa Régia de Lisboa publicou o seu livro, muito apreciado, sob o título **Princípios de economia política**. Deve-se pensar que, ao contrário do que muitos consideram, nessa primeira fase não se deu tanta ênfase assim ao bacharelismo, representado pelos estudantes de direito.

No decreto de nomeação de Cairu, assinala-se que “é absolutamente necessário o estudo da ciência econômica na presente conjuntura, em que o Brasil oferece a melhor ocasião de se pôr em prática muitos dos seus princípios”. Mais adiante, o Príncipe Regente, referindo-se à habilidade de Cairu nessa ciência, afirmou que “sem ela se caminha às cegas e com passos muito lentos, e às vezes contrários nas matérias de governo”.

Nosso primeiro professor nomeado foi por muitos considerado o Adam Smith de Portugal e do Brasil, pois foi quem traduziu para o português o clássico **A riqueza das nações**.

O terceiro ato de D. João VI refere-se à criação da Companhia de Seguros Boa Fé. Com esse lastro ele chegou ao Rio de Janeiro, onde ficou por 13 anos, sendo autor de uma série de benfeitorias, entre as quais a Biblioteca Nacional, o Jardim Botânico e o Museu Nacional de Belas-Artes. Na verdade, o começo da nossa presença cultural.

Essa instrumentação política e administrativa foi fundamental para a existência do país que em pouco tempo se tornaria independente de Portugal, viabilizando a liberação da indústria e a existência da imprensa (*A Gazeta do Rio de Janeiro*).

A MAGIA DA IMAGEM

Cada indivíduo tem a sua opinião, o que é próprio da democracia. No caso dos meios de comunicação de massa, há os que se impressionam com o rádio, dada a extensão do seu alcance. Outros citam a televisão como o mais poderoso veículo de comunicação já engendrado pelo espírito humano. De fato, a sua imagem representa um instrumento de informação, de cultura e de entretenimento, envolvendo milhões de telespectadores e um número incrível de horas vividas diante do que se convencionou chamar de telinha.

Fui instado por amigos a conhecer a visão crítica do livro *Elogio do grande público*, escrito por Dominique Wolton (Editora Ática, SP). A sua leitura foi um prazer aliado ao desafio de procurar interpretar muitos dos seus pensamentos. Como as idéias de que, na televisão brasileira, de características “geralistas” (tradução malfeita), muitos programas são

fundamentais para a integração nacional e outros contribuem para valorizar a nossa identidade.

É claro que nem todos podem ser enquadrados nessa visão simplista. Há que se cuidar para que seja evitada a estandardização da nossa cultura. As telenovelas, hoje espalhadas pelo mundo, muitas vezes são verdadeiras aulas de Brasil. Por outro lado, minisséries valorizam a nossa proclamada diversidade cultural. O melhor exemplo disso ocorreu com o recente trabalho sobre JK, de enorme repercussão, como também foi o caso de **O tempo e o vento**, de Erico Verissimo, e o **Memorial de Maria Moura**, de Rachel de Queiroz.

A educação, nas escolas, pode se aproveitar disso, desde que os professores sejam devidamente instrumentalizados para defender adequadamente o respeito às raízes e à nossa maneira de ser. Esse equilíbrio é indispensável.

O livro de Wolton tem 10 anos de vida e analisou os efeitos do predomínio da Rede Globo de Televisão, a partir de 1965, na cena brasileira. Há também nesse êxito o triunfo tecnológico, que será sensivelmente ampliado com a entrada em cena da TV Digital. Imagina-se uma imensa variedade de programas e ofertas, com a pletera de novos canais, abandonando-se aos poucos, como é evidente que ocorrerá, a experiência anterior e volumosa da TV analógica.

Dominique Wolton afirmou, em 1996, que “a televisão educativa se desenvolve”, mas sinceramente não se pode concordar com essa visão. Ela ficou estagnada, embora tenha uma imensa destinação pedagógica, infelizmente esmaecida pela notória falta de vontade política dos nossos governos. O rolo compressor da modernidade passou ao largo desse processo. No quadro hoje existente – é nossa opinião – o destaque da Globo, como TV aberta/gratuita, é imenso,

fruto da competência que lá se pratica como se fosse uma religião e também da compreensão de que existe uma clara diferença entre hegemonia e monopólio. Este seria sempre condenável, mas o que registra o mercado é a competência da quarta maior rede de televisão privada do mundo, onde o nacional e o local convivem harmoniosamente, dentro da pluralidade democrática.

CHEDIAK, UM CAVALHEIRO

Dona Rosália telefona e, bastante emocionada, comunica o falecimento do seu marido, meu querido amigo Antônio José Chediak. Foi uma das pessoas mais notáveis que conhecemos ao longo da vida. Como professor, político e administrador. Bom mineiro, manteve as características de suavidade no trato de todas as questões nacionais, ele que foi um dos melhores amigos do ex-presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira.

Foi assim que o conhecemos. Gozava de grande intimidade, desde as Alterosas, com JK, de quem foi também um permanente assessor. Era muito comum os dois conversarem a sós, sobre assuntos que só Deus sabe. Em muitos discursos, no entanto, era possível sentir a presença de Chediak, na leveza do estilo e na essência do que afirmava.

Jamais se afastou dessa companhia. Tinha orgulho da amizade, que se tornou mais forte ainda quando houve a cassação de JK. Ele saiu do Brasil, mas jamais perdeu o contato com o velho amigo. Na volta do ex-presidente do exílio, Chediak foi companhia constante e era assim que sempre visitava a **Manchete**. Eram figuras extremamente agradáveis e cheias de histórias para dizer às novas gerações.

Quando JK resolveu contar as suas experiências de homem público, encontrou no intelectual Antônio José Chediak o interlocutor talhado para a função de revelar segredos possíveis daquele longo convívio. Sob esse aspecto, teve a companhia de grandes escritores, como Caio de Freitas, Josué Montello e Carlos Heitor Cony. A edição de **Como construí Brasília**, feita com tal solidez, tinha mesmo que ser um sucesso, além de registro necessário sobre tudo o que se referiu à construção da capital, com toda a sua glória e os percalços inevitáveis. Vida e obra estão, íntegras, nesse registro histórico, seguido de outros.

Chediak foi um grande professor de Língua Portuguesa. Escreveu livros e tivemos o privilégio de editar alguns deles, na Bloch, em parceria com o seu grande amigo Walmírio Macedo. O conteúdo era rico e criativo, como se poderia esperar de autores experimentados. A dupla teve a felicidade de conviver no tradicional Colégio Pedro II, do qual Chediak foi exemplar diretor por muitos anos.

Com o seu jeito manso, colocou a casa em ordem: criou o Curso Superior de Formação de Professores, também funcionando em São Cristóvão, para dar um *plus* aos que, empolgados pelo magistério, desejassem galgar mais um degrau na formação profissional. Jamais se desligou da sua paixão pela língua portuguesa. Vez por outra, no entanto, incursionava pela política, como ocorreu quando atendeu ao apelo do amigo Francisco Negrão de Lima para ser Secretário de Estado de Administração da antiga Guanabara. Com o sucesso de sempre. Ainda colaborou para uma nova edição do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, na ABL, além de ter coordenado o grupo que preparava a edição do Dicionário. Morreu com o status de acadêmico, em-

bora, por modéstia, tenha se recusado a receber os votos certos dos seus admiradores da Casa de Machado de Assis.

QUANTO MAIS VELHO, MELHOR

A frase lembra o que se diz sobre o vinho. Estamos pensando em seres humanos, apesar de abominarmos a palavra “velho”. Uma vez, o arquiteto Oscar Niemeyer, às vésperas dos 100 anos, disse-nos que *“a velhice é uma droga”*. Na mesma época, Fidel Castro fez o seu depoimento: *“Nenhum perigo é maior do que os relacionados com a idade e uma saúde da qual abusei, no tempo que me correspondeu viver.”*

Na televisão carioca, apareceu um grupo de 1.500 voluntários para trabalhar no Pan. O mais velho deles era um senhor de postura atlética, ex-remador, 87 anos, que se disse fascinado pelo trabalho: *“Depois da minha mulher, o que eu mais gosto no mundo é de esportes.”*

São visões distintas, que não escondem uma verdade: a nossa vida pode ser prolongada até limites impensáveis se cuidarmos sempre da saúde. Evitar o diabetes, o fumo, comidas pouco saudáveis, a bebida excessiva, etc. O professor Cândido Mendes contou, na Academia Brasileira de Letras, que o jornal japonês **Asahi Shimbun** publicou no obituário de um certo dia que haviam morrido dez pessoas: sete com mais de 100 anos; uma com 100 anos; outras duas de 78 anos em acidentes de carro. Só faltou dizer que, com vida regrada, só morrem os que querem. A verdade não é bem essa, temos que considerar as doenças incontornáveis, mas o comentário serve para reflexão. Inclusive sobre os poderes dos médicos e suas máquinas quase mágicas, que podem fa-

zer sobreviver uma pessoa por muitos meses, a um custo altíssimo, com vida vegetativa. Mas essa é outra discussão, que envolve os conceitos de eutanásia e “viver com prazer”.

Citemos o II Fórum da Longevidade, promovido no Rio pelo presidente do Bradesco Vida e Previdência, Luís Carlos Trabuco Cappi. Ele próprio fez algumas observações, na abertura, que nos permitem pensar no fenômeno da vida longa:

“Em 1950, segundo a ONU, a expectativa de vida girava em torno de 51 anos de idade para os brasileiros. Cinquenta anos depois, essa idade subiu para 67. Até 2025, o Brasil será o sexto país do mundo em número de idosos... Com a descoberta do primeiro gene associado à longevidade, tudo está muito próximo de nós e o fenômeno é irreversível.”

No Fórum foi feita por especialistas a proposta de ações para que os idosos possam viver mais e melhor, com a valorização da saúde física e mental, espiritual e renda. Assim, o bem-estar desejável estaria condicionado a uma série de fatores, como o respeito, a cidadania e o adequado convívio com os mais jovens. A isso chamamos de boa qualidade de vida.

Na atualidade, pode-se assinalar o envelhecimento dos alunos universitários. Hoje, é comum encontrar pessoas de mais idade frequentando cursos superiores, não só em busca do tempo perdido (se se pode falar assim) ou de novas oportunidades de emprego, que não demandam força física, mas sabedoria. Dia virá em que repetiremos a lição de vida do profeta Moisés: apesar de todas as suas vicissitudes, alcançou os 120 anos de idade. E de forma gloriosa.

OCTAVIO FRIAS DE OLIVEIRA, A PASSAGEM DE UM GRANDE BRASILEIRO

A surpresa foi grande, quando recebemos o telefonema da redação da **Folha de S. Paulo**. A voz não demorou a dar a má notícia: “O seu Frias morreu e gostaríamos de uma opinião a respeito. Sabemos que o senhor foi grande amigo dele.”

Como resumir numa frase a imensa admiração pelo homem que transformou o seu jornal numa trincheira em defesa das liberdades democráticas? Foi uma grande personalidade, empresário bem-sucedido, e depois jornalista de primeira qualidade.

O nosso conhecimento tem mais de 40 anos. Convidados pelo amigo Calazans Fernandes, almoçamos pela primeira vez na sede da rua Barão de Limeira, ouvindo as palavras do chefe, apreciando as suas aguçadas observações, e plantando ali a semente de uma amizade que jamais sofreu qualquer pane. Na ocasião, a Folha lançava o seu pioneiro Caderno de Educação.

Anos mais tarde, foi a vez de atender a uma ponderação do jurista Ives Gandra Martins: “Não é possível ficar tanto tempo sem visitar o Frias.” Quando citamos “Dr. Frias”, Ives nos deu o grande conselho: “Jamais chame assim. Ele detesta esse título de doutor.”

Homem simples, com quatro filhos maravilhosos, fruto de uma longa lua-de-mel com D. Dagmar, Octavio Frias de Oliveira era muito atento à política brasileira, detestando com grande fervor os que se valiam dos cofres públicos para encher os bolsos. Com grande sinceridade, em nossos almoços (como gostaríamos que tivessem sido mais numerosos!) ele abria uma conversa franca e transmitia isso aos circuns-

tantes, na presença dos filhos. A despedida, na saída, era sempre com um beijo na face.

No ano passado, tivemos o privilégio de participar da solenidade em que o “seu” Frias foi homenageado pelas Faculdades Integradas Alcântara Machado (FIAM) com o título de “professor honoris causa”. Ele estava visivelmente comovido, depois de ter vivido tantas emoções aparentemente maiores. Gostou da homenagem e prometeu que ampliaria o convívio com os jovens universitários.

Há pouco tempo, na Academia Brasileira de Letras, a convite de Marcos Vilaça, trouxe toda a família de São Paulo, para acompanhar o lançamento do livro **A trajetória de Octavio Frias de Oliveira**, de Engel Paschoal. Fomos ao seu encontro. Depois do abraço apertado, a confissão: “Volto ao Rio com muita alegria. Sabia que nasci em Copacabana?” Sabíamos, inclusive com o pormenor de que era descendente do barão de Itambi, grande figura do Segundo Reinado. Raízes nobres que nunca faltaram ao homem disciplinado e doce no trato.

Não se considerava propriamente jornalista. Na década de 90, para prestigiar os filhos, que amava, cedeu a direção do complexo, passando à condição de **publisher** do Grupo Folha. Não foi pretexto para antecipar a aposentadoria que nunca ocorreu, na vida de 94 anos. Apenas uma forma de olhar a sua obra do alto, para enxergar suas necessidades futuras, como a constante renovação do parque gráfico e a incorporação de novos produtos, como o jornal **Valor**, em parceria com as Organizações Globo.

A vida de Octavio Frias de Oliveira continuará, na devoção dos seus seguidores.

GUIMARÃES ROSA NO JARDIM DOS JUSTOS

Bons tempos aqueles em que havia o saudável hábito de reunir as pessoas somente para conversar, contar piadas, atualizar informações. Pedro Bloch foi um desses patriarcas, acompanhado da sua Miriam. Era comum, no apartamento da rua Constante Ramos, em Copacabana, encontrar escritores famosos, jornalistas, editores, somente para viver momentos de conagração.

Foi assim que conhecemos o escritor Guimarães Rosa, sempre retraído, sem dar sinais do que já era: um dos maiores nomes da literatura brasileira de todos os tempos.

Os mais jovens, como era o meu caso, cobravam do escritor a sua posse na Academia Brasileira de Letras. Ele des-conversava. No fundo, como sempre nos conta Vilma Guimarães Rosa, sua querida filha e colega de ofício, ele teme que a solenidade fizesse mal ao seu coração. Foi exatamente o que aconteceu. Morreu quatro dias depois da gloriosa festa da sua consagração, na Casa de Machado de Assis.

Como diplomata, viveu as agruras de representar o Brasil na cidade alemã de Hamburgo, em plena II Guerra Mundial. Contrariando totalmente sua formação, recebera do governo brasileiro da época (ditadura Vargas) a incumbência de negar vistos a todos os judeus que, pressentindo o Holocausto, quisessem viajar para o Brasil, em busca de uma nova vida.

Com a cumplicidade da sua Aracy, desobedeceu as ordens superiores, liberando mais de 100 passaportes que asseguraram a sobrevivência de todos eles. Ainda há pessoas vivas, dessa época, que lembram a epopéia. Não esquecerão jamais do que foi, ao mesmo tempo, um ato de cora-

gem e de profundo conteúdo humano daquele que assumira, na Alemanha, como vice-cônsul, o seu primeiro posto no exterior.

O governo de Israel, como faz com personalidades desse porte, batizou com o nome do escritor um lindo bosque de árvores que margeiam os caminhos para Jerusalém. É o hoje famoso “jardim dos justos”.

A recordação desses fatos, na Associação Religiosa Israelita, foi de extrema importância, sobretudo para as novas gerações. Muita gente esqueceu que, nos idos de 1942, Getúlio Vargas e alguns dos seus colaboradores, como Felinto Müller, andavam de namoro com Hitler e Mussolini, o que também acontecia com Joseph Stalin. O rabino Sérgio Margulies fez muito bem ao promover uma sessão na ARI para recordar todos esses fatos.

No caso do autor do clássico **Grande Sertão: Veredas**, o gesto demonstrou como era corajoso e o quanto o seu espírito de justiça e de solidariedade estava acima de quaisquer outras considerações de ordem pessoal. É o caso de Pascoal Carlos Magno, grande figura do teatro brasileiro, que fez o mesmo quando cônsul em Liverpool, na Inglaterra.

Integramos um povo que não se dissocia de três elementos vitais: a justiça, o direito e a liberdade. Reagindo à injustiça de um regime assassino, resgatamos o nosso apreço pelo Estado de direito e a defesa da liberdade, fundamento da própria democracia.

VARGAS LLOSA E A LITERATURA

O Rio de Janeiro sempre recebe atrações da cena internacional, pela sua indiscutível capacidade de imantar mitos. Foi assim na década de 20, quando trouxe para o nosso convívio Albert Einstein e mais recentemente quando foi a vez de Mário Vargas Llosa, um dos maiores escritores contemporâneos.

Conosco, aliás, ocorreu uma cena digna de registro, quando tivemos o ensejo de visitar pela primeira vez a Real Academia de Espanha. Os fardões ficam dependurados em cabides especiais, com os nomes famosos nitidamente afixados. Assim que nos deparamos com o registro de Vargas Llosa, manifestamos a d. Fernando Carreter, então presidente, a nossa estranheza: “Ele não é peruano?” A resposta veio pronta: “Foi. Hoje é espanhol.” Abdicara da sua nacionalidade em função de acontecimentos políticos provenientes da sua fracassada tentativa de ser presidente da República.

Aqui se pode questionar, não o direito de uma pessoa maior de idade, em pleno gozo dos seus direitos políticos, candidatar-se a um cargo eletivo, seja ele qual for. Um escritor de ofício, com renome internacional, já citado para o Prêmio Nobel de Literatura, é ocorrência mais rara. Nada disso impediu Vargas Llosa de se aborrecer bastante, na campanha eleitoral, pois os seus inimigos não perdoaram a sua ousadia. Ele foi atacado de forma vil, inaceitável, o que o levou à decisão extremada de abandonar a própria cidadania. Por aí se pode aquilatar o tamanho do seu desgosto, não com o povo que talvez tenha até sufragado o seu nome, mas com todo o lamentável processo.

O autor de *A cidade e os cachorros* e *Pantaleão e as visitadoras* participou de colóquios em nossa cidade, ensejo em

que aproveitou para falar com a sinceridade que nele todos reconhecem. Só não abriu a boca para dizer algo sobre a sua famosa briga com Gabriel García Márquez: “Não aceito perguntas sobre ele.”

Citando Flaubert, Vargas Llosa sintetizou a sua forma de ver a literatura como ofício ou lazer: “Escrever para mim é uma forma de viver.” A verdade é que tem vivido de forma bastante competente, como demonstrou a reação do público que o aplaudiu, no auditório do Centro Cultural Banco do Brasil.

Vargas Llosa evitou comparar-se a outros escritores, mas concordou na afirmação de que “hoje, escreve-se bem diferente do que há 50 anos. Agora, temos de encarar a atração dos meios audiovisuais”. E foi além, para nos permitir esse comentário: “Hoje, a literatura não é mais considerada uma disciplina fundamental nos colégios, o que se constitui numa verdadeira aberração. Por isso, encontramos profissionais destacados que são analfabetos funcionais.”

A denúncia é pertinente. O Ministério da Educação, no Brasil, que demonstra séria preocupação com o estado lamentável da língua portuguesa, na sua ministração em nossas escolas, é o mesmo órgão que, em governos passados, liderou a retirada da literatura dos currículos de ensino médio do país. Quer realizar uma Olimpíada de Português, mas retira os fundamentos do processo de aperfeiçoamento lingüístico, que se faz por intermédio da leitura.

A coerência, já vimos em outras ocasiões, nunca foi o nosso forte. É preciso ouvir o truísmo de Mário Vargas Llosa, para que sejam repensados os caminhos da redenção da última flor do Lácio, nem tão inculta, mas sempre bela.

CAPÍTULO 14

SEC

EMOÇÕES EM VALENÇA

A cidade fluminense de Valença, no Vale do Paraíba, tem excepcional valor histórico. Abrigou grandes fazendas de café, que atingiram o auge da produção entre 1830 e 1870, com reflexos na presença de nobres e escravos, além dos valentes índios coroados dos seus primeiros tempos.

O resultado é que a região conseguiu preservar, além do seu admirável clima, uma série de imensas propriedades, onde hoje se desenvolve intenso trabalho de preservação do patrimônio cultural, o que enseja o despertar de uma política de turismo de primeira ordem. Quem não deseja tomar conhecimento da arquitetura secular, dos móveis característicos, das lendas e mitos de que a região é pródiga?

As entidades oficiais, do tipo IPHAN e INEPAC, lutam com bravura para que as casas não sejam destruídas. Quando há tentativas, nesse sentido, o ministério público é acionado, para que se interrompa o processo – e o responsável seja punido, na forma da lei. Existe, no entanto, um fato do qual não se pode fugir. Feito o tombamento, como aconteceu recentemente com 134 imóveis do Centro Histórico de Valença, uma bela e corajosa iniciativa do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural, fica mais complicada a operação quando se trata de promover o restauro. Conversei com um produtor de leite: “Hoje ganha-se tão pouco que não dá nem para reformar um forro.”

Ocorreu-nos, então, promover estudos para que seja criada uma espécie de incentivo à restauração, na linha dos impostos estaduais ou mesmo federais (ação conjunta). Todos ganhariam com isso. As cidades ficariam mais bonitas, o nosso passado preservado, e as propriedades seriam verda-

deiros pólos de atração turística, assegurada a qualidade de uma comida de primeira.

Com recursos do próprio estado, a Secretaria de Cultura restaurou a Matriz de N. S. da Glória. Um prédio bonito, onde estive o cardeal D. Eusébio Oscar Scheidt, para a bênção das instalações, e que mais tarde, no mesmo dia, ofereceu à população local um espetáculo de música, com o templo lotado, para que fossem aplaudidos os membros da Orquestra Jovem da Escola de Música Villa-lobos e do seu respectivo Coral Infantil.

Registrou-se uma emoção generalizada quando, no final da tarde, foi apresentada a música “Noite feliz”. Houve a participação do público que, ao contrário do que afirmam os descrentes, tem muita sensibilidade para essas questões. Na saída, com a alma leve, ainda pude olhar para a esquerda e me recordar da Escola Estadual Benjamin Guimarães. Em 1980, em outras circunstâncias, igualmente nobres, inaugurei as obras de recuperação e ampliação daquele estabelecimento de ensino. Passa pela nossa imaginação uma quantidade imensa de alunos e professores que, por mais de 20 anos, tiveram o privilégio de ali estudar, formando o seu caráter e adquirindo o verdadeiro espírito de brasilidade que não pode faltar, na relação ensino-aprendizagem.

OS GESTORES CULTURAIS

James Joyce escreveu a maior obra literária do século 20, *Ulisses*, sustentando-se (mal) como professor de inglês, exilado da sua Irlanda natal. Franz Kafka suportou o trabalho burocrático de escriturário numa companhia de seguros

para poder escrever suas incomparáveis parábolas sobre a condição humana como *O processo* e *A metamorfose*. E que dizer dos pintores malditos do impressionismo e do expressionismo, que se alimentavam de absinto e morriam de fome em suas mansardas? Van Gogh, o recordista dos leilões milionários de hoje, não vendeu uma só tela em seu tempo de vida. Todos estes artistas eternizaram a sua arte sem nenhum patrocínio, apoiados apenas pela crença interior na sua arte e movidos pelo impulso de criar sem nenhuma garantia imediata de sucesso.

Devemos reconhecer, portanto, que os grandes gênios se impuseram, contra tudo e contra todos. Mas há um outro lado que deve ser levado em conta. Por exemplo, o que seria de toda a arte da Renascença italiana sem o patrocínio dos reis e da Igreja? A quem devemos os afrescos de Michelangelo na Capela Sistina senão ao patronato do papa Júlio II? É bom lembrar que o patrocínio cultural é coisa muito antiga, vem dos tempos anteriores a Cristo. A própria palavra “mecenas” vem de Caio Mecenas, ministro do Império Romano, que na gestão de Augusto César (63 a.C.–14 d.C.) estimulou a produção cultural e “financiou” os poetas Horácio (autor das *Sátiras*, *Epístolas* e *Odes*), Virgílio (da *Eneida*, das *Éclogas* e das *Geórgicas*) e Ovídio (autor de *Lamentos*, *Arte de amar* e *Metamorfoses*). Cultura e marketing já estavam de mãos dadas desde tempos imemoriais e, embora tenham mudado as formas de incentivo e, ao mesmo tempo, aumentado os setores e entidades a serem alcançados pelos benefícios, a essência continua a mesma.

A importância do papel das empresas que investem no patrocínio de produtos culturais é do conhecimento geral. Agora, o status do patrocínio mudou, passando a represen-

tar um papel estratégico dentro do organograma das empresas, que ampliam seu campo de atuação através de novos conceitos de mercado.

Como salientou o professor de Harvard, David Ellis, num recente seminário sobre gestão cultural promovido pelo Senac-Rio, “são muitas as vantagens para as empresas que apóiam instituições culturais. Em primeiro lugar, é visto por muitos como a empresa evidenciando o seu apoio para a comunidade na qual opera. Algumas pesquisas recentes em Boston sugerem que é importante para os membros da comunidade. Em segundo lugar, a empresa está ajudando a construir um meio ambiente atraente quando busca empregar pessoas para trabalharem na comunidade e quando tenta manter seus empregados. Em terceiro, o apoio à cultura é visto como uma atividade a mais para os empregados de uma maneira geral”.

A liderança nacional do Estado do Rio de Janeiro na área cultural é indiscutível.

Estudos sobre a presença do setor cultural no PIB fluminense, baseados nos tributos do ICMS (estado) e do ISS (capital fluminense), indicam uma estimativa de 3,8% de participação da cultura no PIB do Rio de Janeiro, que chega hoje a 160 bilhões de reais. Assim, a cultura alcança o valor de seis bilhões de reais anuais, gerando emprego para milhares de pessoas. O setor cultural é, portanto, altamente estratégico.

Queremos dimensionar a cultura como valor econômico. Um dos projetos é levar para o povo fluminense, num curto intervalo de tempo, sessões de cinema a 1 real, em todos os 92 municípios, pois 67% destas cidades não tinham acesso à sétima arte, que hoje vive uma nova fase de expansão em nosso país.

As ações da Secretaria de Cultura no setor do cinema têm contado com o apoio do Instituto Telemar, mas a ajuda poderia também vir do governo federal, através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), dono de um orçamento representativo, embora não foque sua atuação nessa área cultural.

Outro bem cultural a se considerar é o acesso da leitura a todos. Com o apoio da Biblioteca Nacional, será universalizado o atendimento no Rio de Janeiro, uma antiga aspiração dos homens de cultura.

O mesmo se fará na área do teatro, outra vocação nossa que teve origem nas andanças do padre José de Anchieta entre nós. O missionário jesuíta acreditava piamente no valor do teatro como instrumento educacional. Vinculou o teatro à escola.

A questão do patrocínio cultural passa obrigatoriamente pela Lei Rouanet que tem sido alvo de muitas críticas.

Segundo produtores culturais, a Lei Rouanet não possibilita um acesso mais simples aos benefícios. Para reverter esta situação, o Ministério da Cultura (MinC) pretende promover algumas mudanças na legislação. Ainda em fase de debate, estas mudanças já estão provocando polêmica, pois deverão repercutir profundamente no atual modelo de incentivo.

A intenção do governo é criar a possibilidade de beneficiar cada vez mais projetos, democratizando o acesso aos produtos e bens culturais, avaliando a qualidade e pertinência dos projetos apresentados, facilitando e apoiando pequenos empreendedores, desburocratizando e melhorando os instrumentos de gestão e desconcentrando o acesso aos recursos da lei.

Por mais controversos que sejam os critérios de promoção cultural através dos incentivos, a intenção deste patronato moderno, adaptado à complexa realidade do século 21 que se inicia, não se distanciou muito daquela que moveu o mecenato de antigamente. Ou seja: procuram-se, urgentemente, os Michelangelos e Van Goghs da nossa época. Se surgirão, só o tempo dirá, mas a gestão cultural é, sem dúvida, o melhor caminho para esta busca.

OFICINA DE ANIMAÇÃO

Numa visita a Volta Redonda, fomos convidados para conhecer um projeto fascinante: A Oficina de Cinema de Animação, patrocinada pelo Ministério da Cultura (Minc) e realizada pelo FanCine, com outros parceiros. Um espetáculo que enche os olhos, com a garotada mobilizada pela realização dos seus trabalhos, em que se misturam a vocação inequívoca e a criatividade. A oficina envolveu dezenas de estudantes de escolas públicas e resultou num filme de animação de curta-metragem sobre os cinquenta anos do município. O livro infantil, oriundo do projeto, tem o condão de levar a milhares de outras pessoas esse exemplo de devoção ao trabalho, o que se pode facilmente verificar pela reprodução dos fotogramas desse painel cultural em que se revela a alma da cidade de Volta Redonda e o seu apreço pelos projetos ambientais que são essenciais para a sua sobrevivência com a qualidade de vida.

Admiração maior é devida à psicanalista e produtora cultural Fatita Bustamente-Celes, presidente do FanCine, principal responsável, com o seu entusiasmo, pela realização deste “Arigó” em livro.

Quando da nossa visita, em São Paulo, ao laboratório de animação do desenhista Maurício de Sousa, ficamos entusiasmados com o trabalho de 150 artistas, em geral jovens, que são os produtores das suas conhecidas revistas em quadrinhos. Parecia um sonho, digno de Hollywood, com um zelo, uma limpeza e uma qualidade notáveis. Esse sentimento voltou quando estivemos em Volta Redonda. Embora em modestas instalações, vibramos com a competência dos nossos animadores e agora já se pode comemorar, com toda ênfase, a realização do seu primeiro de uma longa e vitoriosa série de filmes.

Essa é a criatividade dos nossos artistas, confirmando a enorme vocação que temos para a ilustração de qualidade, como se pode verificar pela exposição sobre o **Tico-Tico**, apresentada na Biblioteca Nacional, sob o patrocínio do Sesc e do Instituto Antares. Nos inúmeros painéis expostos, arrancando admiração de adultos e crianças, aplausos para os desenhos do século passado, mas amplamente atuais, de artistas como J. Carlos, Agostini, Storne, Acquarone e Luiz Sá, entre outros, cuja personalidade encanta a sensibilidade de gerações.

Deve-se louvar também os textos apresentados, com ênfase em valores nacionais, o que depois foi lamentavelmente substituído pelos **comics** americanos e japoneses, com a inestimável ajuda das nossas televisões. Tivemos exceções como o **Patati Patatá**, apresentado pioneiramente na Televisão Educativa do Rio de Janeiro (década de 80), o **Castelo Ratibum**, da Televisão Cultura de São Paulo e o imbatível **Sítio do Picapau Amarelo**, da TV Globo.

Não há investimentos expressivos na produção nacional, com vistas à mídia eletrônica. Já se percebeu que competência não nos falta. O que está ausente é uma política de pro-

dução, descentralizada, aproveitando, por exemplo, o nosso folclore, tão rico e, ao mesmo tempo, tão pouco explorado. No Plano Estadual de Cultura do Rio de Janeiro o assunto está sendo objeto de atenção especial – e haverá resultados em muito pouco tempo.

TECNÓLOGOS NA ZONA OESTE

Quem vive a realidade do ensino superior registra um fato objetivo: há uma nova tendência na praça. Os jovens preferem lidar com menos teoria e mais prática, procurando em larga escala os cursos mais rápidos, como os que são realizados nos Institutos Superiores de Tecnologia. Não se trata de uma infeliz volta aos cursos de engenharia operacional, um fracasso completo.

Os cursos superiores tecnológicos permitem o ingresso numa pós-graduação **Lato-Sensu** (Especialização e MBA) ou **Stricto-Sensu** (Mestrado e Doutorado) e, para todos os efeitos, os tecnólogos têm a mesma validade de bacharéis e licenciados quando se trata de concursos públicos que exigem o nível superior. Ainda por cima, foi introduzido no sistema, pelo decreto n.º 2.208/97, o direito dos alunos de educação tecnológica à avaliação por competência. Isso significa que, por intermédio de provas, os alunos podem obter a dispensa de certas disciplinas, desde que comprovada a sua competência nos exames realizados. Assim, os cursos são mesmo mais rápidos, dependendo do ritmo de aprendizagem dos próprios alunos, que serão beneficiados com o aprofundamento dos conhecimentos na área específica da sua escolha. Em geral, a conclusão se faz em três anos.

Verifica-se, assim, um saudável encurtamento no enlace universidade-empresa. Os empregos são mais facilmente obtidos e o país ganha com a absorção de especialistas no mercado de trabalho, onde os formandos pelo sistema tradicional chegam com mais lerdeza e pouca prática, exigindo um tempo adicional de treinamento.

Vivemos uma experiência notável, no governo do Estado do Rio de Janeiro. De olho nos empreendimentos industriais que estão nascendo em território fluminense, a governadora Rosinha Garotinho criou um Grupo de Trabalho, de que fizemos parte, para sugerir o que fosse melhor, em termos de nível superior, na vasta Zona Oeste. O GT, presidido pelo secretário Wanderley de Souza, de Ciência e Tecnologia, houve por bem levar à chefe do Executivo a idéia de criar o Centro Universitário Estadual da Zona Oeste (UEZO). Tornou-se realidade através do decreto n.º 37.100, de 18 de março de 2005, “para atender às demandas específicas por conhecimento tecnológico de nível superior”.

Está inserido na estrutura da Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro (Faetec), dirigida pela professora Terezinha Lameira, que evitará duplicidades desnecessárias e ocupará (por sugestão nossa) um espaço ocioso no Instituto de Educação Sarah Kubitschek, em Campo Grande, onde foram separadas 39 salas de aula para suas atividades iniciais, que contemplam igualmente a montagem de laboratórios específicos e bibliotecas bem abastecidas. Começará a funcionar ainda em 2005.

O UEZO conterà um Instituto Superior de Educação e mais os seguintes Institutos Superiores de Tecnologia: a) produção em siderurgia; b) produção em polímeros; c) pro-

dução em construção naval; d) produção de fármacos; e) produção em biotecnologia e f) informação.

Assim, pela visão de futuro da governadora Rosinha Garotinho, as plantas industriais da Thyssen/CVRD, do Pólo Gás-Químico de Sepetiba e da grande expansão da indústria naval fluminense estarão abastecidas de recursos humanos formados na própria região. Um modelo a ser seguido.

SERESTA EM CONSERVATÓRIA

*“Minha vida era um palco iluminado
Eu vivia vestido de dourado
Palhaço das perdidas ilusões.”*

De longe, mesmo antes de chegar à rua da seresta, era possível ouvir o Caldas e seu violão recordando, com voz forte e segura, o clássico “Chão de estrelas”, que consagrou o seu homônimo Silvío Caldas. Estávamos em Conservatória, um mimo da cultura brasileira, a duas horas e meia do Rio de Janeiro, perto de Valença e Barra do Pirai. Preciosidade histórica, antiga estação de trem, onde hoje fulgura a “Maria Fumaça 206”, de outros tempos, mas que os orgulhosos moradores dizem que ainda está em forma. Fui até o seu interior, de onde acabei expulso pelas violentas badaladas de um jovem que, freneticamente, acionava o sino da antiga máquina, de tantas idas e vindas a Valença. Como seria bom se isso voltasse...

É uma canção atrás da outra, num espetáculo ao ar livre que se repete de sexta a domingo, para milhares de forasteiros vindos do Rio, de Minas, de São Paulo e até do exterior.

É uma forma tocante e bem pensada homenagear as preciosidades eternas da música popular brasileira.

O povo pede, os violonistas estão a postos. Agora uma para recordar Herivelto Martins, a lembrança pega também a sofrida Dalva de Oliveira. Agora é a vez de Lupiscínio Rodrigues. Vamos lembrar o Cartola? As músicas se sucedem, o entusiasmo aumenta, chega um rapaz sendo puxado pelo braço do pai ou algum parente. Ele tem só 13 anos. Uma surpresa para o senhor. Ele fica sozinho, com o seu violão, e canta um dos nossos clássicos. O parente vibra de alegria: “Estamos cuidando do futuro da seresta. Ele é um dos que não vão deixar cair a nossa paixão pela seresta brasileira.” Aplausos.

Um deles mostra a canção que dedicou à esposa, ali presente. “Tu és a minha vida!” Ela faz o contraponto e é tudo tão emocionante que dá vontade de chorar de alegria. Festa para quem tem o coração ainda forte.

Uma volta pela cidade é suficiente para conhecer o seu respeito à tradição. Lojinhas em penca de produtos artesanais, santas barrocas de papel (serão exibidas na França), museus sucessivos. O primeiro que alcançamos é o de Vicente Celestino. Somos recebidos pelo curador Wolney Porto, que pede tempo para depois visitar também os museus dedicados a Sílvio Caldas, Gilberto Alves, Nelson Gonçalves e Guilherme de Brito. “Vim para cá há seis anos, sempre fui colecionador, aqui encontrei o clima para este tipo de rememoração.” Roupas expostas do grande cantor, fotos dos gloriosos tempos da rádio Nacional, a vestimenta estropiada da peça teatral **O ébrio**, talvez a obra-prima da carreira de Vicente Celestino. No meio daquelas preciosidades, Wolney aponta para um vestido preto: “Foi a Ângela Maria que me deu de presente.” Quanto vale isso?

Não se diga que o governo tenha sido pródigo no apoio a esses “heróis”. Às vezes, alguma ajuda, mas nada substancial. Está na hora de reverter esse quadro. Vamos levar os seresteiros para se apresentar no **Fim de Tarde**, no Teatro João Caetano. Temos certeza do seu êxito. E vale o apelo para que as autoridades de obras pensem em asfaltar o caminho que liga Valença a Conservatória, para facilitar o acesso a partir de uma região que, como ocorreu com o Festival de Inverno, recebeu cerca de 50 mil turistas. Seria um natural desdobramento desse bom momento da valorização cultural por que passa a região onde floresceu o cultivo do café, com seus mistérios, barões e muito dinheiro.

ATRAÇÕES BRASILEIRAS EM PARIS

As atrações, com representantes da música, do teatro, da dança, da moda, das artes plásticas e do artesanato foram apresentadas com brilho no Ano do Brasil na França, no Carreau du Temple, em Paris. Arquitetura inovadora, de jovens profissionais brasileiros, abrigou o chamado **Espaço Brasil**, que ocupou uma área de 2.400 metros quadrados. Por lá passaram e vibraram cerca de 10 mil pessoas.

O Governo do Estado, através da Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro, com o apoio da Secretaria de Turismo e a Secretaria de Desenvolvimento Econômico teve uma participação efetiva no evento, cujo tema foi *Brésil, Brésils – O contemporâneo e o diverso na cultura brasileira* – considerado muito importante para o implemento das relações franco-brasileiras na área cultural. Serviu, tam-

bém, para reforçar a cooperação entre os dois países, em todos os níveis.

A Semana do Rio de Janeiro no Espaço Brasil ocorreu no período de 30 de agosto a 4 de setembro. Os dois países de cultura latina estreitaram, assim, laços de cooperação e intercâmbio. O clima estava ameno, apesar do verão parisiense e deu aos franceses a oportunidade de conhecer e apreciar os nossos artistas.

Apresentou-se a cantora Ithamara Koorax, uma das melhores em samba-jazz; o Grupo Água de Moringa, com os seus famosos choros; a harpista Cristina Braga; o músico Raul de Barros Jr., inventor e construtor de novas sonoridades com oficinas de ritmos e sons da MPB.

Tivemos, ainda, Karen Accioly, que há 20 anos se dedica ao público infantil e juvenil e apresentou em Paris a Sinfonietta Braguinha em homenagem ao consagrado João de Barros; o Grupo Tá Na Rua fez bonito com o teatro popular.

A Companhia Aérea de Dança e a Cia. de Dança Brasil Mestiço (antigo grupo Pau da Braúna) representaram as diversas formas de dança de salão e coreografias do folclore fluminense, respectivamente. As artes plásticas e a contemporânea mostraram que Cildo Meirelles, Néelson Félix, Lula Wanderley e Antônio Manuel, não são só reconhecidos como artistas do Rio de Janeiro, mas, também, reverenciados na Europa.

Wuelinton Ferreiro e Chico Tabibuia, de arte popular, destacaram-se com obras que refletem a religiosidade, os usos e os costumes das manifestações populares. Na área de artesanato, o artista Deneir apresentou um trabalho de aproveitamento de resíduos industriais, transformando-os em brinquedos e a Casa do Artesanato do Rio de Janeiro es-

colheu 14 artesãos para apresentar seus produtos no Carreau du Temple. Ainda hoje, muito aplaudida, a Mostra Audiovisual com filmes de curta-metragem, de documentários, de ficção e de animação.

A história do café fluminense não foi esquecida: a Escola do Café, do município de Itaipava, deu mostra da qualidade do nosso mais conhecido produto e o Instituto Preservale – Instituto de Preservação do Vale do Paraíba, com um riquíssimo patrimônio do estado do Rio, participou com as antigas fazendas dos Barões do Café, numa área que abrange oito municípios do Médio Paraíba. Foi, enfim, uma prova de competência do governo do estado, num evento de cunho internacional.

A PROTEÇÃO DE BENS IMATERIAIS

A proteção de bens imateriais, ou seja, aqueles que não são físicos, como prédios e esculturas, tem sido defendida há muitos anos no Brasil, e atende à preocupação de entidades internacionais, que têm se dedicado com afinco ao tema. A Unesco, por exemplo, através de sua “Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial”, de 17 de outubro de 2003, considera incluídas nesta categoria as “práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante do seu patrimônio cultural”.

Em 1936, quando produzia, a pedido de Gustavo Capanema, o texto do anteprojeto que criaria o então Serviço de Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

(SPHAN), o escritor Mário de Andrade já falava da importância de se preservar as manifestações culturais. Por essa iniciativa, ele é considerado um dos precursores do tema no país.

Com base no preceito constitucional, algumas manifestações não-materiais já estariam devidamente protegidas. Mas, na verdade, falta a regulamentação, para que se saiba realmente o que deve ser amparado.

Em 1996, em função das comemorações dos 500 anos do Descobrimento do Brasil, foi criado, através de decreto, o Museu Aberto do Descobrimento, no Monte Pascoal, na Bahia, o primeiro local avistado no Brasil pelos portugueses da fragata de Pedro Álvares Cabral. O decreto assinado em 22 de abril de 1996 era ambicioso: rios, povos indígenas e paisagens fariam a composição de um espaço que abrigaria toda a costa do descobrimento, uma área de 1,2 mil quilômetros quadrados. A idéia não vingou.

No dia 4 de agosto de 2000, o então presidente Fernando Henrique Cardoso assinou o decreto 3.551, instituindo a proteção legal para patrimônios não-materiais, que seriam os elementos do nosso folclore, as festas, as danças e as diversas manifestações culturais e religiosas. Pelo decreto, o bem não seria propriamente tombado, mas sim registrado em quatro livros diferentes: dos Saberes, de Celebrações, das Formas de Expressão e de Lugares.

O tema esteve em pauta recentemente através do artigo publicado do acadêmico José Sarney, **Lampião e o Iphan**. O ex-presidente da República lembrou que o Iphan tem apenas quatro funcionários para cuidar dos registros de bens imateriais. E o pior: a entidade encontra-se há 20 anos sem concurso público. No texto, ele informa que o Iphan foi

criado em 1935, por Rodrigo Mello Franco de Andrade, e teve entre seus quadros figuras notáveis como Lúcio Costa, Joaquim Cardoso, Oscar Niemeyer e Carlos Drummond de Andrade.

Já é hora, pois, de pensar seriamente no assunto.

Temos alguns exemplos de bens imateriais: a pintura corporal dos índios Wajãpi (Amapá), o trabalho das paneleiras de Goiabeiras (Espírito Santo) e o ministro da Cultura Gilberto Gil sugeriu o tombamento do samba como Patrimônio Cultural da Humanidade.

O caminho é longo, mas há que se perseverar na sua condução.

CONSELHO DE LEITURA

Sofremos, mas insistimos. É antiga a luta pela melhoria das condições de oferta de livros à sociedade brasileira. Primeiro foi uma longa fase de colonialismo cultural. Éramos escravos de obras produzidas na Europa e que influenciaram nossos maiores escritores. Portugal e França se revezaram nessa espécie de imposição, agravada pelo fato de que o Brasil foi proibido, até 1808, de ter suas próprias gráficas.

Depois foi a nossa pobreza. A maior parte do País recebia livros da capital, Rio de Janeiro, até hoje detentor de um grande parque gráfico, rivalizando com São Paulo. A cultura, representada por esse elemento insubstituível, partia do centro para as periferias, movimento nem de todo superado, como pode ser registrado pelo que ocorre nos livros didáticos. Obras feitas especialmente em São Paulo, com currículos da sua realidade, são espalhadas pelas compras do

MEC por todo o País, num fenômeno absurdo de dependência cultural e pouca importância dada às peculiaridades locais.

Enfrentamos ainda a questão do preço do livro. Nossa riqueza é mal distribuída. Existem estados e municípios paupérrimos, que não dispõem de massa crítica de bons autores para oferecer aos meios oficiais – e que possam merecer altas tiragens. Insistimos que os preços de capa são elevados para uma nação emergente e injusta, do ponto de vista da distribuição de renda.

Quando se exemplifica com um estado que nem o Rio de Janeiro, o fenômeno do centralismo está presente. Muitos dos seus 92 municípios ainda sofrem com padrões de renda mínima. Seus prefeitos hoje têm a vontade política de reverter o quadro, como demonstra a Apremerj (Associação dos Prefeitos Municipais do Estado do Rio de Janeiro), sob a liderança de Vicente Guedes.

Esse fato levou-nos a criar, com o apoio da governadora Rosinha Garotinho, o inédito Conselho Estadual de Leitura, com 21 membros. Sua principal atividade, no âmbito da Secretaria Estadual de Cultura, será oferecer a oportunidade de uma distribuição mais democrática de livros para as cidades do interior, além de facilitar a sua produção com autores locais. Funcionará na sede da Biblioteca Pública do Estado do Rio de Janeiro, sob a competente direção de Ana Lygia Medeiros. Também oferecerá prêmios anuais para autores, ilustradores e distribuidores de livros, sejam eles didáticos ou não.

Queremos estimular o acesso ao livro através desse órgão consultivo, como determina o decreto n.º 28.398/05, com a formulação de uma competente política pública para o desenvolvimento da área do livro – e do gosto pela leitura. Ha-

verá uma interface com a Secretaria de Estado de Educação, que detém o controle de quase 2 mil escolas, e que não poderia faltar a esses novos tempos que estão sendo anunciados. Saudamos efusivamente a existência do Consel/RJ, que, dentro da política cultural do Rio de Janeiro, irá colaborar para o aumento do índice **per capita** de leitura do povo brasileiro. Não pode haver conformação com os atuais dois livros por habitante por ano. O Rio assumiu a liderança dessa reviravolta.

O RIO DE TODAS AS CORES

O Rio de Janeiro é um estado de todas as cores, de gente essencialmente alegre e realizadora, o que nos leva a crer que aqui nasceu o bom humor do povo brasileiro.

O fotógrafo Pércio Campos decidiu, com extraordinária sensibilidade artística, fazer um retrato inédito do nosso estado. Pércio realizou um documentário fotográfico com temas diversificados, como a arquitetura, a cultura, os sabores, a paisagem, a força e a luz do estado fluminense.

Deus não precisou de ajuda para criar o Estado Maravilhoso. A natureza e o esforço do homem deram-se as mãos para compor uma verdadeira pintura, elogiada por estrangeiros de diferentes latitudes. Como o Rio de Janeiro é bonito, como são lindas as suas praias, os seus campos, os seus lagos, os seus rios, as suas montanhas, enfim, tudo aquilo que se poderia ter de melhor em matéria de deslumbramento natural.

Mas não é só isso. O acadêmico Antonio Olinto retratou, no seu belíssimo ensaio, ele que é mineiro, mas ama essa terra, um trabalho de muita competência de homens e mulhe-

res em diferentes etapas da vida. Hoje, ocupamos o segundo lugar na economia nacional.

A riqueza fluminense se distribui pelo interior de forma inédita, com a valorização por intermédio da renda *per capita* de municípios como Quissamã, Carapebus, Rio das Ostras, Porto Real, Búzios, Macaé, Casimiro de Abreu, São João da Barra, Piraí e Campos dos Goytacazes – os 10 primeiros colocados, segundo o IBGE.

O resultado dessa obra é um conjunto lindo de fotos; algumas áreas mereceram destaque. É o caso da Arquitetura. Quantas igrejas, quantas lembranças da influência francesa, quantos centros históricos no estilo das construções em Portugal? O Rio a todos acolheu, mantendo, entretanto, a sua forte personalidade.

Há monumentos, grandes e pequenos, que marcam a liderança cultural do Rio de Janeiro, como o Museu Nacional de Belas-Artes, o Museu Histórico, o Museu da República, o Museu de Arte Moderna, o Estádio do Maracanã, a Biblioteca Nacional, o Museu Imperial, o Teatro Municipal, a Academia Brasileira de Letras, o Jardim Botânico, o Observatório Nacional.

A economia, com os ciclos de açúcar, de café, de sal e de ouro, diversificou-se inteiramente. O petróleo, da bacia de Campos, assumiu a liderança nacional. Somos um País auto-suficiente em ouro negro. Surgiram os pólos industriais entre os quais o gás-químico, a força da energia termonuclear de Angra dos Reis, o recrudescimento da indústria naval, a pesca, a fruticultura, a siderurgia para além da Companhia Siderúrgica Nacional, uma geração de postos de trabalho inéditos na realidade brasileira. É o estado que mais emprega.

A cultura fluminense não repousa somente no carnaval, a nossa maior festa popular. Esta obra assinala outras importantes realizações do nosso folclore, como as Pastorinhas de Santo Antônio de Pádua, Folias de Reis da Mangueira, Encontro de Folias em São Gonçalo, Velha Guarda da Mangueira, Festa Junina praticamente em todas as cidades, Reis de Congo em Caxias, Emboladores de Coco na Central do Brasil, Jongo da Serrinha em Madureira, Cordel e Repente, Cavalhada em Campos, Procissão de São Sebastião na Tijuca, Festa da Penha, além dos formidáveis seresteiros de Conservatória.

Não seria exagero afirmar que aqui se concentra o paraíso dos nossos sonhos, com praias, manguezais, reservas litorâneas, montanhas, pedras e rochas, mata atlântica, rios, como o Paraíba do Sul de tantos poemas, lagoas e cachoeiras, numa combinação que se enriquece com a nossa grande vocação artística e desportiva, uma aquarela tropical de rigoroso e resplandecente deslumbramento, que este livro consagra.

ANKITO NA BAIXADA

Insisto num ponto sem qualquer arrependimento: não somos muito chegados a cultuar os mitos nacionais. Se não são totalmente esquecidos, porque aí seria demais, a névoa do tempo se encarrega de torná-los distantes, inclusive para as homenagens devidas. Ocorre isso de modo geral e – fenômeno inquietante – com grande incidência nos tempos modernos.

Da velha geração, que tem pelo menos 50 anos de lucidez, podemos lembrar no cinema um trio que fez muito su-

cesso: Oscarito, Grande Otelo e Ankito. Este último, perto dos 80 anos, vive placidamente no município de Belford Roxo, onde descansa ao lado da esposa, às voltas com textos, fotos, recortes de jornais, latas de filme dos seus tempos de glória efêmera.

O cinema brasileiro deve muito a Ankito. A cena em que ele dança um tango divertido com a atriz Violeta Ferraz, ele pequenino e ela imensa, é verdadeiramente antológica. Ele cochicha, ao lado da governadora Rosinha Garotinho: “Tudo de improviso. Sem ensaio e sem repetição, como era comum naquela época.”

Rever Ankito, pessoalmente e em fitas memoráveis de um humor ingênuo, foi uma das alegrias que tivemos, ao inaugurar a primeira Sala Popular de Cinema, em Belford Roxo, na Baixada Fluminense, de uma série de 11 que estão sendo construídas. Para a apresentação de filmes, preferencialmente nacionais, inclusive aos domingos pela manhã, numa região sem maiores atrações, ao preço simbólico de 1 real.

Alguém perguntou se o projeto tinha algum sentido didático-pedagógico, e a resposta quem deu, com propriedade, foi a governadora: “Vamos fazer uma seleção cuidadosa para que assim seja, daí a preferência inicial por filmes brasileiros. É um dos programas mais expressivos do nosso projeto de inclusão cultural, numa região em que milhares de jovens estão em busca de oportunidades para enriquecer os seus conhecimentos. Ali, antes, nunca houve um cinema.”

Sem muito esforço, pudemos reconhecer no Rio de Janeiro a inexistência de cinemas em mais da metade dos seus municípios. Hoje, há um interesse crescente pela sétima arte e nem a violência urbana contém o desejo da nossa po-

pulação, sobretudo a mais jovem, de sair de casa para ver um bom filme. As bilheterias estão aquecidas, sobretudo nos shopping centers.

O projeto da Secretaria de Estado de Cultura é simples: em parceria com as prefeituras, construir e equipar salas de 100 lugares e manter a vivacidade da programação, inclusive para as escolas públicas, que terão horários próprios. Outro aspecto destacado é o fato de que a projeção cinematográfica não será isolada. Ela será precedida de explicações dos professores sobre o conteúdo da obra e, sempre que possível, debates após a exibição, com a presença de atores ou diretores que participaram do filme.

Vencida a etapa do cinema, dois outros desafios se colocam à face do governo do Estado: avançar com a apresentação de peças teatrais e valorizar a música popular brasileira, de que fará um festival estudantil. Como se vê, imaginação não falta.

CAPÍTULO 15

SEE

ACESSO, PERMANÊNCIA E SUCESSO

Lutar nunca me foi estranho. Enfrentar desafios tem sido uma constante em minha vida. Tenho 51 anos de magistério, sobretudo numa universidade pública, que é a UERJ. Sempre mantive com a educação uma relação muito íntima de cumplicidade. Tive o apoio permanente da minha família e dos amigos.

Os anos vividos no Conselho Federal de Educação e no Conselho Nacional de Educação sedimentaram no meu espírito a crença de que esse é o setor estratégico mais importante, na busca do sonhado desenvolvimento econômico e social.

Trabalhei dois anos e três meses, no governo Rosinha Garotinho, administrando a Secretaria de Estado de Cultura. Dedicada equipe foi capaz de grandes realizações. Criamos 17 Salas Populares de Cinema, especialmente em municípios do interior, dando curso à idéia de prestigiar as políticas públicas no interior fluminense.

Todo o apoio foi dado aos projetos da Escola Vila Lobos, hoje com 9 mil alunos espalhados por 10 centros regionais, e também à Escola Martins Pena. Foi criada a Orquestra Jovem. A Funarj manteve uma viva programação nos 28 espaços por ela administrados, com ênfase na nossa querida Sala Cecília Meirelles. Assim também funcionou o Museu da Imagem e do Som, com novos espaços provenientes do projeto de valorização cultural da Lapa. Notável foi o desempenho da Comissão de Incentivos Fiscais do ICMS, que, com o apoio da iniciativa privada, só no ano passado comemorou a realização de 310 projetos culturais.

Tivemos uma forte ação no que se refere ao Patrimônio, tombando prédios da avenida Rio Branco e no Centro His-

tórico de Valença, graças à vigilância permanente do Inepac. Tudo dentro das diretrizes do Plano Estadual de Cultura, que nasceu no Conselho Estadual de Cultura, nomeado em nossa gestão.

Há muito mais o que fazer. O Centro Cultural Imperator, o Museu do Futebol no Maracanã, o Centro Cultural do Leblon, os novos prêmios Golfinho, Estácio e Governo do Estado. Aí entra a confiança que temos no novo titular da pasta, entregue em boa hora a Noca da Portela, um autêntico e consagrado homem do povo, sambista de primeira, autor de mais de 300 composições, duas das quais, modestamente, tiveram a ajuda das minhas letras. É a esse parceiro e amigo que passei o bastão, cheio de esperanças.

Agora, o novo desafio. É a quarta vez que assumo uma Secretaria de Estado, em 70 anos de vida. Nada devo temer, a não ser o pouco tempo para realizar todos os sonhos de aperfeiçoar a qualidade do ensino, de dar melhores condições de trabalho a professores e especialistas, de recolocar o Rio de Janeiro, como quer a governadora Rosinha Garotinho, no primeiro lugar em matéria de nível médio de instrução do País.

A Secretaria de Estado da Educação tinha bons projetos, caracterizados pelo tripé Acesso, Permanência e Sucesso Escolar. Estejam certos os nossos 70 mil professores e 1,3 milhão de alunos que tudo seguirá com a busca permanente da qualidade. No primeiro momento basta a citação de inovações, como o reforço da Informática à grade curricular com novos laboratórios, a introjeção da educação científica no processo e a necessária valorização da língua portuguesa, compromisso vital da Academia Brasileira de Letras, que tive a honra de presidir.

CAPÍTULO 16

REFORMA

OS DESAFIOS DA REFORMA

Antes mesmo que o MEC desse à luz a nova versão da reforma universitária, com 67 alterações no projeto original, o UniFMU de São Paulo, por intermédio do IMAE, realizou um debate sobre os desafios prementes da educação brasileira. Dele participaram membros do Conselho Nacional de Educação, como os professores Roberto Bezerra (presidente) e Edson Nunes (presidente da Câmara de Ensino Superior), além do prof. Ronaldo Mota, diretor de educação à distância do MEC, e membros do IMAE, que é presidido pelo prof. José Aristodemo Pinotti.

Não era para levantar conclusões, mas para expor idéias muito claras sobre as questões que perturbam o bom andamento da reforma em que se empenham as nossas autoridades. Deseja-se a modernização em todos os níveis e graus de ensino, assim como é a preocupação geral a busca da qualidade (padrão de excelência), o que só pode ser alcançado com professores e especialistas mais bem formados e percebendo, pelo trabalho, salários compatíveis.

Discutiu-se com muita ênfase a duração de cursos superiores, uns de quatro anos quando podem ser dados em dois, desde que haja uma sensível melhoria no ensino médio, o que pareceu a todos uma prioridade a ser considerada, dados os seus baixos níveis de apreensão de conhecimentos. Não cabe à universidade fazer esse tipo de correção, pois é desperdício. Cada coisa no seu tempo e seu lugar. Devemos ter um ensino médio de melhor qualidade, e pronto.

Há uma indiscutível certeza de que vivemos com excessiva regulamentação. A febre da Medida Provisória parece ter contagiado a nossa sociedade. Para tudo há leis, portarias,

decretos, num delírio este sim tipicamente subdesenvolvido. Nada disso contribui para melhorar a carga horária do que se ministra nos cursos superiores. Dados recentes comprovam que os nossos alunos de cursos superiores recebem exatamente a metade dos conhecimentos que são oferecidos em países da Europa, da Ásia e dos Estados Unidos. Quando se aborda o problema da internacionalização (ou globalização), em que a competição é pra valer, como podemos nos ombrear com tais nações se os nossos recursos humanos saem bem atrás, nesse revezamento cultural?

Por outro lado, não adianta disfarçar uma realidade patente: aumenta o número de oferta de vagas, mas a renda média brasileira diminuiu, com exceção do estado de São Paulo. Assim, fica difícil aproveitar melhor a inequívoca criatividade do povo brasileiro. A renda limita nossos esforços.

Na mesma ocasião do debate, que contou com a participação do professor Edevaldo Alves da Silva, ficou comprovada a necessidade de atuar mais pesadamente na educação à distância. Já temos cerca de 310 mil alunos envolvidos nessa modalidade, que custou a pegar no Brasil, mas agora cresce de forma inexorável. A sinergia entre a educação presencial e a educação à distância começa a ser realidade entre nós, que costumamos a assimilar essa necessidade.

Enfim, os problemas não são de simples solução. Eles partem da educação infantil (ainda precária), percorrem as agruras da educação básica, para desaguar na qualitativamente insuficiente educação superior. Será que o futuro nos reserva boas surpresas?

REFORMA UNIVERSITÁRIA: AINDA FALTA MUITO

Sejamos práticos: na segunda versão do anteprojeto de reforma universitária, houve um avanço, fruto da audiência de 121 instituições, mas ainda estamos longe de um documento em condições de ser aprovado pelo Congresso.

A discussão vai continuar, segundo afirmação do ministro Tarso Genro, para que se chegue a uma terceira versão – e depois a remessa ao Parlamento, onde seguramente não passará menos de dois anos. Ou mais, se considerarmos que 2006 será um ano eminentemente eleitoral. O apetite para legislar arrefece de forma extraordinária.

Vamos debater o documento oferecido à Nação. Em primeiro lugar, é mais enxuto. São menos 28 artigos, com a eliminação de muitos nitidamente inconstitucionais. Houve a fusão de outros, o que dificulta a comparação entre as duas versões, mas há pontos evidentes sobre os quais se pode afirmar, convictamente, que estão a merecer estudos mais acurados. Pela presença ou pela ausência.

Para alegria nossa, entrou a educação à distância, mas continuou em falta um melhor posicionamento sobre a educação tecnológica. Não se pode prestigiar os cursos noturnos somente com o aumento na oferta de vagas. Há que se debater o difícil problema da sua qualidade, hoje bastante precária. Promete-se maior verba para as universidades federais, mas não se sabe de onde virá o dinheiro. No artigo 29, há referência à ajuda financeira da União a estados e municípios. Já imaginaram quanta pressão política virá? Esse dinheiro somente será exequível se minguar o apoio às universidades federais. Parece difícil compreender ou visua-

lizar que o cobertor é curto. Tem faltado vontade política, nesse sentido, e quem garante que isso mudará?

Fica a discutível questão de eleição direta para reitor. Quem viveu os dois tempos (o antes e o depois), como é nosso caso, não se conforma com a excessiva politização dessa escolha. Ganha quem mais promete, sem nenhum compromisso com a realização do que constou da campanha. Isso tende a se agravar. Quem se escuda na expressão de que assim a escolha é mais democrática ou não entende de democracia ou menos ainda de universidade. Não será essa providência isolada que trará paz às universidades, muito menos recursos. Ao contrário, toda vez que for eleito um candidato que vá de encontro à política do governo, como tem ocorrido, quem sofre é a instituição, pela não transferência de recursos essenciais. Isso é tão comum que custa a crer que se esteja insistindo numa prática demagógica, conforme o tempo nos mostra.

Havia falhas no falecido “Provão”. É certo que o atual Enade também apresenta as suas, como a pretensa proteção à identidade do estudante. Não há indícios de que o ensino tenha melhorado por esta ou aquela razão.

Continua a discussão das cotas. O anteprojeto de lei avançou um pouco, prevendo que as universidades federais reservem, em cada processo seletivo, pelo menos metade das vagas a alunos oriundos de escolas públicas. As vagas seriam divididas entre negros, pardos e indígenas, na proporção da sua presença naquela unidade federativa (valem os dados do IBGE). Já se viu que somos uma nação de mestiços. “Branco é o que se revela branco”, como fez recentemente o craque Ronaldinho, cujo pai se disse de origem negra. Como se irá resolver tamanha contradição? Tem é que

melhorar o ensino médio público, para que prevaleça no grau superior o defensável sistema do mérito. Esse prazo dado até 2015, como outros prazos (erradicação do analfabetismo, etc.) não funcionará na prática.

A confusão que se prenuncia está na manutenção do projeto de lei n.º 3.627/2004, que tramita na Câmara dos Deputados. Ele conflita com o que está na segunda versão. Ou um ou outro. Os dois caminhando paralelos vão gerar interpretações distintas, lançando lenha na fogueira.

Positiva é a limitação da entrada do capital estrangeiro. O ensino superior não é mercadoria exposta ao mundo inteiro. Nossos educadores, com os ajustes necessários, serão capazes de conduzir o processo. Quem pensa o contrário certamente está a serviço de grupos de fora. Isso fica evidente. Há um trabalho para implantar no Brasil um modelo globalizante neoliberal, o que não condiz com a nossa realidade – e nem com a grande vontade de transformação, numa linha de respeito à nacionalidade. O “modelo Internet” precisa ser visto com muito cuidado.

CAPÍTULO 17

SESC

O GINGADO DE ANA JÚLIA

É dia de festa na Cidade de Deus. A comemoração é pelos 15 anos de vida da Associação dos Moradores da União Comunitária da Cidade de Deus (Amunicom) e os seus dirigentes, à frente José Neves e Geraldo Ferreira, estão felizes. Nem a chuvinha que teimava em cair prejudicou os planos, elaborados com tanto carinho. Era preciso mostrar do que são capazes os 35 mil moradores daquela região, parte de um conjunto que alcança 90 mil habitantes.

A mesa é feita, senta-se também o cônsul Andrés Ordoñez, do México, além de autoridades do governo estadual e do Sesc/Senac. A primeira atração é constituída pelas jovens bailarinas, em sua roupagem colorida, que apresentam de forma graciosa e competente alguns números baseados no cancionero popular brasileiro, depois de um lindo começo com a abertura de Copélia. Lembramos que foi com esse balé que estreamos a temporada de ópera do Teatro Municipal, no ano de 1980, sob a direção de Dalal Aschcar.

O presidente José Neves cochicha ao meu ouvido: “Temos 300 bailarinas. Algumas deixaram de vir por não terem dinheiro para confeccionar suas roupas.” Ficamos imaginando o sacrifício de meninos e meninas para demonstrar a sua arte. Soubemos que os professores estão sem receber há meses. Mas o espetáculo deve continuar. Para delírio – e até muito orgulho – da comunidade ali reunida. Sem dar bola para a chuva estraga-prazeres.

Entra na quadra a bateria nota 10 da Coroado de Jacarepaguá. Um ritmo alucinante, que não deixa ninguém quieto na cadeira. Só pode fazer sucesso nos desfiles de carnaval. A alegria era tão grande que algumas bailarinas, já em trajes ci-

vis, retornaram à quadra para mostrar o que é o verdadeiro samba no pé. Média de 15/16 anos. Todas com um requerebrado próprio, como se fossem profissionais.

A grande surpresa e o maior sucesso ficaram por conta de uma pequerrucha, cabelos encaracolados, de cinco anos, saia curta e sandálias coloridas. Mascando com vigor um chiclete que não acabava nunca, Ana Júlia acompanhou o ritmo imposto pela bateria, olhando firme para a frente, e dando ao seu corpo toda a malemolência a que tinha direito. Quase um fenômeno. As mais velhas cansaram. Ana Júlia prosseguiu, mesmo sozinha, como se estivesse pensando: “Enquanto houver música, eu não paro.” Foi muito aplaudida.

Depois, os dirigentes da Amunicom nos conduziram para inaugurar a Biblioteca Comunitária Arnaldo Niskier. Homenagem àquele que doara os seus primeiros 500 livros. As crianças estavam contentes, abnegadas professoras idem, pois não havia antes como utilizar a boa companhia desse importante instrumento cultural. Nos discursos, um em nome do governo do estado, outro em nome do Sesc, feito pela professora Cláudia Fadel, surgiram informações concretas de que a região ganharia mais 500 livros, doados por Dionino Colaneri, e haveria um Laboratório Móvel Odontológico, decisão simpática do presidente Antonio Oliveira Santos, da Confederação Nacional do Comércio. Uma prova de estima e respeito, como a significar que os homens, independentemente da sua condição social e econômica, podem se dar as mãos, fazendo o melhor para as suas comunidades.

UMA BOA SELEÇÃO

Não se trata da seleção brasileira de futebol. Nem muito menos a de voleibol. O que cumpre destacar é o formato adotado pela Escola Sesc de Ensino Médio/RJ, sob a direção da professora Cláudia Fadel, para escolha dos profissionais que nela trabalharão, a partir de 2008. Então, cerca de 60 professores, de todas as disciplinas oficiais, num inédito concurso nacional, em que o único pistolão é o mérito dos candidatos.

Houve mais de 3 mil inscritos. Depois do exame cuidadoso dos currículos dos candidatos, sobraram 1.200. Então, os examinadores, todos mestres escolados, começaram a atuar na chamada “operação pente fino”, para chegar a 120 finalistas.

Foram dadas aulas no SESC/DN (Barra da Tijuca), para uma banca bastante exigente. E depois houve as entrevistas pessoais.

O que está em jogo é não somente a capacidade dos professores, no domínio das suas respectivas matérias, mas a possibilidade de aprovação às exigências da escola: residência no local, para a plena garantia de uma assistência educacional completa.

Serão 500 alunos quando houver as três séries previstas do ensino médio, com uma particularidade que arrancou aplausos dos alunos que conosco estiveram na conferência “Educação brasileira: só promessas”, no auditório do Senac/Santo Amaro (SP). Houve um silêncio na platéia, depois muitos comentários, quando foi anunciado que só haverá, nessa experiência-piloto, até 15 alunos por sala. Uma experiência inédita no país.

Compreendemos que nem todas as nossas escolas poderão alcançar esse resultado. Ainda mais aquelas que estão longe dos ideais do tempo integral e da dedicação exclusiva dos seus professores e especialistas.

Voltemos ao processo de seleção da ESEM. Os candidatos, além de demonstrar competência (pudemos acompanhar uma parte do processo), deveriam manifestar a sua concordância em residir no campus e oferecer um mínimo de 44 horas semanais de trabalho. Ou seja, viver da e para a escola.

Cada um deles participou da elaboração de um projeto interdisciplinar sobre tema sorteado na hora, com as seguintes e muito reveladoras preocupações para eventos de 2008: Ano Internacional do Planeta Terra, Olimpíadas de Pequim e Eleições Municipais no Brasil. O tema sorteado foi o primeiro deles.

Outro elemento decisivo, na seleção, foi a dinâmica de Estudo de Caso. Como a ESEM receberá alunos do Brasil inteiro (só 20 serão de São Paulo), é necessário saber lidar e conduzir a convivência das diferenças. Utilizou-se a Internet, para serem observados em “situação de tensão”. Foram avaliados pontos essenciais, tais como a competência para argumentação em grupo, a flexibilidade ou rigidez do candidato, o seu limite de tolerância, as atitudes para incluir ou excluir outros participantes, características relacionais, estilo de liderança e os valores éticos que norteiam seu modo de agir e de pensar.

Realiza-se uma boa seleção de recursos humanos, assegurando futuro promissor ao grande e modelar empreendimento.

CAPÍTULO 18

VIAGENS

UM SANTUÁRIO FLORIDO

A pouco menos de uma hora de Paris, numa região paradisíaca, é possível encontrar um dos maiores santuários floridos do mundo. Em Giverny viveu o pintor Claude Monet (1840-1926), o maior representante do que se convencionou chamar de escola impressionista. Atacado pela catarata e sem coragem para se operar, utilizou os jardins da sua casa como inspiração para quadros que ganharam admiração internacional.

Sua casa está preservada (hoje sob o controle da Academia das Belas-Artes, do Instituto de França) e os jardins, cuidados por experientes profissionais, são realmente espetaculares. Eles se estendem ao lago das ninféias, a que se chega por um túnel subterrâneo, construído graças a um expressivo doativo de Walter Annenberg. O sentimento predominante, nos momentos vividos naquele espaço, é de emoção. As pontes verdes são clássicas, transportando o visitante não só para novas surpresas, mas para um mundo de rara beleza. O poeta não se conteve:

*“Rosas brancas, vermelhas, amarelas,
Todas imponentes, abertas e belas.
Sem contar as rosas bem rosas,
Do jardim as mais cheirosas.”*

Outra comovente atração é a presença de escolares. Sempre guiados por uma professora, grupos de adolescentes, com tabuletas à mão, serpenteiam pelos jardins, fazendo preciosas anotações que serão depois discutidas em classe. Eles não usam uniformes, tanto que no meio dos grupos apareceu uma bonita camisa amarela da seleção brasileira.

Com o número do Ronaldo. A festa, naturalmente, tornou-se ainda mais colorida.

A nossa mente, naquele ambiente, voltou-se para o Brasil. Não é que nos falte um Monet. Temos os nossos mitos. Mas é raríssimo preservar o ambiente em que nossos artistas trabalharam. Exceção para Burle Marx e o seu sítio em Barra de Guaratiba. O que dizer, por exemplo, dos locais em que trabalhou o nosso extraordinário Di Cavalcanti? Onde estão?

O cuidado na França (região da Normandia) é tão grande que são também preservadas, por um trabalho minucioso, as gravuras orientais que acompanham a vida de Monet. Ele era fã da cultura japonesa. Os habitantes da cidade de Toyohashi, em retribuição, fizeram todo o replantio das azaléias do imenso jardim, em 1998, como a dizer ao Mestre “muito obrigado”.

No lago, os mesmos chorões de épocas passadas, o barco que figura em alguns dos seus quadros, as ninféias de tantas histórias, amores e lendas. Elas nos remetem às nossas vitórias-régias, igualmente fascinantes, na sua imponência. Foi mais ao final da vida que Monet utilizou as grandes decorações das ninféias, com o que o seu amigo Clemenceau classificou de “familiaridade do olho com as ginásticas luminosas, alcançando todas as nuances de todos os tons”.

O IMPÉRIO BRASILEIRO E SEUS FOTÓGRAFOS

Paris continua em festa. Apesar do calor intenso, estranho até para os cariocas da gema, os eventos se sucedem, no que se convencionou chamar de “Ano do Brasil na França”.

Somos testemunhas de que centenas de visitantes compareceram à exposição “O império brasileiro e seus fotógrafos”, no Museu Quai D’Orsay.

A expressiva coleção pertence hoje à Biblioteca Nacional e ao Instituto Moreira Salles e foi montada por Bia e Pedro Correa do Lago. As fotos são originalíssimas, guardando nitidez absoluta. Entre os autores, os nomes de Comte de Clarac, Hércules Florence, Marc Ferrez, Albert Dietze, Georges Leuzinger, Augusto Riedel, Albert Frisch, Carlos Hoenen e Joaquim Pacheco. Todos compoem um primeiro time digno de todo o respeito artístico e profissional.

O império brasileiro existiu durante os anos de 1822 e 1889. Fotógrafos franceses e brasileiros, como ocorreu em outras partes do mundo, revelaram pela primeira vez ao povo francês toda a sua arte, a partir dos trabalhos do pioneiro Florence em Campinas, em 1833. Desenhos, estampas e fotografias mostram uma excepcional vista da floresta virgem em torno do Rio de Janeiro, na lindíssima cor sépia. Quanta saudade da natureza preservada, a baía de Guanabara, os índios, cidades em pleno crescimento (não apenas o Rio, mas também Salvador e localidades de Minas Gerais).

Para o Brasil, no século 19, a França era considerada um modelo de civilização e vários artistas, pintores, fotógrafos e arquitetos visitaram o País, deixando marcas poderosas do seu talento. Foi o caso da Missão Artística Francesa, à qual devemos nossos primeiros contatos com o neoclassicismo. O exemplo pode ser dado com a Casa França-Brasil, no centro da cidade, pertencente à Secretaria de Estado de Cultura, hoje inteiramente restaurada e até com o reforço de uma nova iluminação cênica, ali instalada pelo governo. É uma presença de grande relevo.

Para sobreviver, os fotógrafos da época imperial viviam perto do centro da cidade. Os seus clientes, como retratistas que também eram, cingiam-se aos estrangeiros que nos visitavam. As paisagens utilizadas tanto poderiam ser as urbanas, como o que se chamava de “paisagem pura”, valorizando as metas do entorno das grandes cidades. Há um apanhado bastante rico das variedades de escravos, sobretudo nas capitais litorâneas, permitindo uma visão antropológica de primeira ordem. O mesmo pode ser referido pelas várias igrejas retratadas, como a do Carmo, na antiga rua Direita do Rio, hoje Primeiro de Março (de papel albuminado a partir de um negativo de vidro). O que seria da memória nacional sem esses preciosos registros?

Rememorar toda essa verdadeira coleção de arte, de conteúdo real, foi uma feliz iniciativa, a que correspondeu com o seu grande comparecimento o povo francês.

O ORGULHO DA PRESENÇA FRANCESA

Paris, nesta época do ano, troca os seus habituais moradores por 30 milhões de turistas que não se importam com o calor infernal. Neste clima, na cidade preparada para o frio, a Academia Francesa homenageou a sua co-irmã brasileira (ABL) com uma sessão solene “sous la coupole” (em sua belíssima sede), valorizada pela imponente cúpula de estilo clássico.

Presença de 15 imortais brasileiros e outros tantos franceses, sob a liderança da Secretária perpétua Hélène Carrère D’Encause, talvez a maior especialista em Rússia na língua de Marcel Proust. Houve diversos discursos, que se reveza-

ram na qualidade das análises feitas. Predominou o relacionamento cultural de Brasil e França. O poeta Ivan Junqueira, então presidente da ABL, falou com muita autoridade sobre o percurso literário de autores franceses. Jean D'Ormesson lembrou os anos vividos no Rio de Janeiro, pai embaixador, revelando o seu amor pelo futebol e ainda guardando na memória a marchinha "Mamãe eu quero". Foi um simpático momento de descontração.

Maurice Druon, genial autor do clássico **O menino do dedo verde**, com sua belíssima cabeleira branca, discorreu sobre o prazer com que nos visitou algumas vezes. Numa delas, em 1998, lançou as sementes do Prêmio da Latinidade e da Academia da Latinidade, tendo a delicadeza de salientar a nossa participação favorável às iniciativas, quando na presidência da ABL.

A nosso ver, o ponto alto da solenidade foi o discurso do ex-presidente José Sarney. Denso, oportuno, teve características de uma peça produzida e lida por um misto de escritor e estadista. Foi muito aplaudido. Referiu-se ao fato de que "nossas academias são guardiãs do patrimônio representado pelas línguas, saídas do mesmo berço do Lácio. Não queremos perder nossas identidades nem a maneira de pensar e viver".

Sarney falou dos livros escritos por franceses e brasileiros, numa ação recíproca, com o essencial refletido no orgulho da presença francesa entre nós. Isso está claramente identificado no imaginário popular e pode ser exemplificado, particularmente, com as várias manifestações culturais existentes em São Luís, onde a força da França perdura na alma popular, em suas estátuas, canções e na magia de pensar. "A França ali é aquela mulher mais bela, esvoaçante, símbolo da liberdade que flutua na alma rebelde da cidade."

Fora os ideais frustrados da França Antártica, recebemos uma forte influência cultural francesa, que só começou a perder substância a partir do fim da II Guerra Mundial. A troca pelos efeitos da cultura norte-americana, por intermédio de filmes, músicas, vídeo, televisão, etc., foi uma realidade. O que se questiona é se houve vantagem para a nação em desenvolvimento. Na dúvida, restituímos a língua francesa aos nossos currículos, a partir de 1980, com enorme sucesso. Pena que não tivesse ocorrido a necessária continuidade. São os argumentos hoje utilizados pelos especialistas da Aliança Francesa. Em consequência da obrigatoriedade da língua francesa no sistema público de ensino, nossos jovens passaram a conviver com autores como Baudelaire, Verlaine, Rimbaud, Mallarmé e Apollinaire, somente no que se refere à poesia.

Voltando a José Sarney, na Académie Française, são suas palavras: “Nossas línguas devem ser, acima de tudo, vetores de amplos movimentos de renovação cultural e de cultura e, por conseguinte, de desenvolvimento. Os universos lusófono e francófono tornaram-se amplos e diversificados. Neles se afirma um saudável pluralismo cultural.” A que se pode agregar, dizemos nós, a vontade expressa de valorizar a latinidade, movimento que passou a contar com a simpatia das Academias da Bélgica e da Romênia, como nos afirmou convictamente o embaixador Jerônimo Moscardo. Desses países está emergindo um movimento natural de criação do Conselho da Latinidade, que contará com a simpatia de intelectuais brasileiros interessados na matéria.

Concordamos com Sarney quando afirmou que a cultura, hoje, necessita de vigilante proteção. “Numa sociedade voltada para o consumo, para a riqueza, há uma constante e

perigosa diminuição dos elementos que construíram a nossa civilização... Por que não pensar também que uma potência cultural gera desenvolvimento econômico e político?”

Através do livro, instrumento insubstituível de cultura, onde está registrado todo o conhecimento, todo o amor, toda a fé, ricos e pobres terão condições de defender as novas idéias que animam a sociedade, daí a necessidade da sua universalização, que todos defendemos ardentemente. Foi a grande mensagem que prevaleceu, no encontro das Academias amigas.

PRIMAVERA EM TÓQUIO

Quem vai a Tóquio, nesta época do ano, deve estar preparado para viver algumas surpresas. A primeira delas – e talvez a maior – é a deslumbrante floração das cerejeiras, com o seu cor-de-rosa característico, enchendo a vista dos turistas e moradores locais. Estes comemoram o que chamam de **sakura**, que só acontece uma vez por ano.

A segunda é a forte presença do pólen na atmosfera, essencial às cerejeiras e aos lótus, mas provocador de fortes alergias. Aprendemos que as máscaras brancas usadas por boa parte da população se devem exclusivamente ao fenómeno da polinização generalizada, que provém das montanhas ao redor da capital.

Se quisermos uma terceira surpresa – e esta eminentemente cultural – busquemos as palavras portuguesas, aqui deixadas pelos jesuítas, no século 18. No complicado alfabeto japonês, de 50 mil caracteres, herança sobretudo da China, encontraremos diversos na língua de Camões.

Pão é pan, mango é manga, sereno é isso mesmo, ainda tem o ponto e bonito, este um peixe delicioso. É uma sensação gostosa vir de tão longe e sentir que estamos presentes, neste povo de tradição milenar, com religiões distintas como o shintoísmo, que defende a Natureza, e o Budismo, criado na Índia por Sakia Muni, e “polinizado” para a China e o Japão.

O que nos impressiona, no entanto, é o cuidado com a educação. A escola é para todos, de tempo integral, com forte apoio, como elemento de enriquecimento, na programação televisiva da rede NHK, certamente das maiores do mundo.

Mas na visita feita à “Tokyo Library for Children”, numa tarde ensolarada, aprendemos que nas suas atividades a televisão não entra. “Não é preciso”, diz uma das suas diretoras, “pois estamos exatamente interessados em fortalecer o gosto pela leitura.” A biblioteca, a que comparecem diariamente dezenas de escolares da região, desenvolve, por intermédio de cursos e narrativas, o interesse das crianças. Ali encontramos livros brasileiros, como os de Roseana Kligerman Murray e Mirna Pinsky.

O processo é simples: livros são emprestados por um pequeno prazo, para estimular os pais a lerem para as crianças (a partir dos três anos), antes de dormir. São sobretudo contos de fadas, os mais apreciados. A dinâmica é sintomática: as crianças é que pedem aos pais para ler. Quando gostam de uma história, ela é repetida outras vezes. No dia seguinte, relatam na escola o que ouviram. E dão a sua interpretação. Como se vê, um hábito saudável, que faz do Japão, com os seus 127 milhões de habitantes, um país de muitos e felizes leitores. Aliás, o respeito aos livros é tão

grande que as crianças, antes de pegá-los, na biblioteca, são instruídas a lavar as mãos e tratá-los com o maior carinho. Coisas da cultura...

Não é de estranhar, pois, que os seus principais jornais tenham 11 e 10 milhões de exemplares diários, consumidos principalmente via assinaturas.

As relações com o Brasil, povo a povo, são extremamente carinhosas. Eles têm um certo orgulho de existir, em nossa terra, uma comunidade de 1,4 milhão de japoneses, que por aqui encontraram terra acolhedora e de grandes oportunidades de trabalho (em compensação, lá, vivem 300 mil dekasseguis, que não esquecem as suas origens brasileiras – os filhos estudam em 96 escolas que dão aulas na língua portuguesa).

Agora, a Fundação Cultural do Japão ocupa-se do centenário da emigração japonesa para o Brasil, a partir dos primeiros 700 que vieram no navio **Kasato Maru**, em 1908, aportando em Santos, depois de 52 dias de viagem. Haverá diversas comemorações. Só o embaixador André Amado tem 52 projetos, a maioria com bons patrocinadores. Vamos esperar que tudo se confirme.

A DETERIORAÇÃO DAS CLASSES POPULARES

A Fundação Cultural do Japão proporcionou-nos o conhecimento mais íntimo do que hoje ocorre na educação do país de 127 milhões de habitantes, dos quais cerca de três milhões freqüentam as suas 726 universidades. Um número surpreendente, mas que tem a sua lógica, pois não há mega-instituições e a qualidade é a marca predominante. Daí

ser fácil explicar a explosão do crescimento do que hoje é a segunda economia do mundo.

A comprovação prática do que afirmamos pôde ser vista na ida a Kyoto e a participação na solenidade de formatura das turmas de línguas estrangeiras da sua universidade. Antes, numa ida à biblioteca de obras raras, tivemos a surpresa de conhecer livros impressos em papiro, coloridos, nos anos 1800, com o texto em português de diversos contos japoneses. Influência ainda da presença de jesuítas naquelas paragens.

Há uma grande integração com empresas do porte da Toyota Motors (que ultrapassou a GM), JR Tokai (estradas de ferro), Chubu (companhia de energia elétrica), e outras, ligando o ensino obrigatório e de tempo integral, no Japão, às futuras oportunidades de emprego. Hoje, tornou-se possível criar escolas administradas por empresas, num entrosamento há muito recomendado por grandes especialistas, como foi o caso de J.K. Galbraith. São sete milhões de alunos no ensino elementar e mais sete milhões nas escolas de ensino médio, divididas entre o nosso antigo ginásial e o colegial. A tendência vigente dos alunos é seguir o ensino superior. O que é natural, pois o índice de obtenção de emprego dos novos graduados alcançou o percentual de 95,3%. Os números falam por si.

Registra-se um grande cuidado no trato da questão do magistério. O valor dos salários é apreciável, com 1/3 dos professores de escolas públicas sendo subsidiados pelo governo. O valor médio dos salários, na educação básica, é de 3.800 dólares, enquanto nas universidades fica em torno de 4.650 dólares. É ligeiramente superior à remuneração dos funcionários públicos em geral, o que vem ocorrendo desde

a década de 70. Hoje há dificuldades, em virtude da situação financeira negativa. Isso levará o sistema a privilegiar não mais a subida periódica de posição em virtude da antiguidade. Valerá mais quem tiver melhor formação profissional. No Brasil, existe desde a lei n.º 5.692/71 um artigo que manda pagar aos professores de acordo com o nível de formação. Nunca entrou em vigor.

No império do sol nascente, discute-se como reconstruir o sistema de ensino público, que estaria piorando em virtude do que eles chamam de “deterioração das classes populares”. A Lei Básica Pedagógica recebeu uma emenda esclarecedora: 1) deve-se ensinar a ordem pública e ter consciência das normas sociais, para evitar que se pense somente no próprio direito, com o perigo de se perder o espírito de benefício público; 2) estipula-se também uma nova idéia, tendo como ponto importante o respeito às tradições, à cultura e às pessoas de outros países. Uma guinada digna de registro, criando-se uma sociedade onde os jovens possam ter sonhos e refazer seus desafios.

A leitura é valorizada nas escolas e no lar, a TV Educativa (NHK) presta relevantes serviços à educação, reproduzindo experiências vitoriosas de professores em suas classes, e procura-se reduzir as diferenças sociais com o aumento do grau de liberdade e de escolha. Assim se prepara o Japão do futuro, para novas conquistas.